



**UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DO  
MARANHÃO**



**Pós-Graduação em  
Geografia, Natureza  
e Dinâmica do Espaço**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA  
DO ESPAÇO – PPGeo**

**MARA DIELLY SANTOS DA CRUZ**

**PRESSÕES E CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU – MA**

**São Luís - MA**

**2025**

**MARA DIELLY SANTOS DA CRUZ**

**PRESSÕES E CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Claudio Eduardo de Castro.

**São Luís - MA**

**2025**

Cruz, Mara Dielly Santos da.

Pressões e Conflitos na Terra Indígena Alto Turiaçu. / Mara Dielly Santos da Cruz. – São Luís (MA), 2025.

119p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.  
Programa de Pós Graduação em Geografia. 2025.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Eduardo de Castro.

1. Alto Turiaçu. 2. Comunidades Indígenas. 3. Conflitos. 4. Municípios. I. Título.

CDU: 347.193(=1-82) (812.1)

**MARA DIELLY SANTOS DA CRUZ**

**PRESSÕES E CONFLITOS NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Eduardo de Castro.

Aprovada \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO**  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
(Orientador)

---

**CLAUDIO UBIRATAN GONÇALVES**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
(Examinador Externo)

---

**JOSÉ ARILSON XAVIER DE SOUZA**  
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)  
(Examinador Interno)

Dedico a todas as vidas que foram arrancadas deste plano enquanto lutavam em defesa de Gaia.

Dedico também à memória do meu pai, Divino, e da minha avó, dona Nega.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e sobretudo, agradeço a Deus por me fazer acreditar e ter fé de que tudo é possível para aqueles que buscam.

Quero expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de maneira significativa para a realização deste trabalho, notadamente, e em especial, ao meu orientador, professor Dr. Claudio Eduardo de Castro, pela orientação, paciência e encorajamento ao longo deste processo. Seus *insights* foram fundamentais para moldar este estudo e para o meu desenvolvimento acadêmico.

À minha família, Grazielly Mesquita, Helena Marcielly Aguiar e Laura Maria Aguiar, e especialmente ao Mikael Aguiar, por seu apoio incondicional, compreensão e encorajamento durante todos os altos e baixos deste percurso acadêmico. Você foi meu alicerce e demonstrou ser um forte companheiro.

Ao professor Arilson Xavier por sua colaboração e pelos valiosos comentários que enriqueceram significativamente esta dissertação.

Agradeço particularmente ao professor e amigo Claudio Ubiratan, o BIRA, que me acolheu em Pernambuco e durante os campos realizados na Bahia, em especial a todo o grupo do LEPEC.

À professora, Quesia Duarte, que, mesmo durante os curtos encontros que tivemos, foi acolhedora, com uma escuta atenta e sensível. Às professoras Melina Fushimi, Livia Cangiano, Iris Maria Porto, todas profissionais inspiradoras as quais tenho muito orgulho de conhecer, e especialmente à Nana, que foi meu anjo da guarda durante o mestrado. A todas que generosamente compartilharam seus conselhos, conhecimentos, escuta, abraços e experiências ao longo desta trajetória, meus sinceros votos de carinho e estima.

Agradeço ainda ao professor e amigo Ademir Terra, pelas conversas, instruções e apoio nesta caminhada.

Aos meus amigos e colegas de curso, obrigada por compartilharem suas ideias e experiências, e por proporcionarem um ambiente de apoio.

Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo suporte financeiro que viabilizou esta pesquisa.

Então, por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos.

(Ideias para adiar o fim do mundo –  
Ailton Krenak

## RESUMO

Em todo o globo, os conflitos estão presentes, sejam de ordem política, econômica, cultural, ideológica ou fundiária. Os fatores nem sempre seguem um padrão único ou um motivo isolado, sendo muitas vezes complexos. Diante disso, apresentamos a pesquisa intitulada Pressões e Conflitos na Terra Indígena Alto Turiaçu – MA, que propõe discutir uma temática bastante pertinente para a Geografia. Focamos na realidade do povo Ka'apor, que, juntamente com os Awa Guajá e Tembé, divide a TI Alto Turiaçu – território que, assim como outros, permanece envolto em uma rede de fenômenos estruturantes e estruturados por relações de poder, revelando contradições conexas às conflitualidades existentes. Conhecendo os possíveis malefícios, bem como futuras ameaças – que ainda não se concretizaram, mas podem emergir como resultado dessa realidade – torna-se crucial compreender as pressões e os conflitos. Quanto mais exposto se torna um problema, mais mecanismos e formas de contenção ou solução são evidenciados. À luz desse contexto, objetiva-se compreender quais os tipos de pressões existentes na Terra Indígena Alto Turiaçu no Maranhão. O trabalho é delineado a partir do método dialético. Foi adotado um delineamento metodológico misto, no qual os procedimentos qualitativos e quantitativos se complementam, para apreender os fenômenos simbólicos, sociais e territoriais, partindo assim de entrevistas abertas e semiestruturadas, aliadas a escuta atenta, para partir a uma integração nas métricas objetivas e mensuráveis mapeando os usos do território ao longo dos anos. A revisão bibliográfica é necessária para compreender o contexto histórico de criação e formação da TI, bem como a questão das pressões. Os territórios indígenas, dentro e fora do estado, seguem um padrão de violência crescente, com pressões e ameaças constantes. Podemos impelir que a proximidade entre comunidades indígenas e municípios limítrofes tende a intensificar os conflitos, devido a diversos fatores, como questões territoriais, fluxos indevidos na TI, extração ilegal de madeira, expansão de pastagens e aumento de minerações ilegais. Os dados da análise de uso e cobertura da terra possibilitou atestar uma crescente pressão sobre a TI Alto Turiaçu, consolidando os relatos dos Ka'apor sobre seu território.

**Palavras-chave:** Alto Turiaçu. Comunidades Indígenas. Conflitos. Municípios.

## ABSTRACT

Conflicts are present all over the globe whether political, economic, cultural, ideological, or land-related. The factors do not always follow a single pattern or a single motive, and are often complex. In view of this, we present the research entitled Pressures and Conflicts in the Alto Turiaçu Indigenous Territory – MA, which propose to discuss a topic that is highly relevant to geography. We focus on the reality of the Ka'apor people, who, together with the Awa Guajá and Tembé, share the Alto Turiaçu Indigenous Territory – a territory that, like other remains entangled in a web of phenomena structured by power relations, revealing contradictions related to existing conflicts. Knowing the possible harms as well as future threats – which have not yet materialized but may emerge as a result of this reality – it becomes crucial to understand the pressures and conflicts. The move exposed a problem becomes, the more mechanisms and forms of containment or solution are evidenced. In light of this context, the objective in to understand the types of pressures existing in the Alto Turiaçu Indigenous Land in Maranhão. A mixed methodological design was adopted, in which qualitative and quantitative procedures complemente each other, to capture symbolic social, and territorial phenomena, starting with open and semi-estructured interviews, combined with attentive listening, to move on towards integracion objective and measurable metrics, mapping land use over the Years. A review of the literature is necessary of the creation and formation of the IT, as well as the issue of pressures. Indigenous territories, both within and outside the state, follow a pattern of increasing violence, with constant pressures and threats. We can argue that proximity between indigenous communities and neighboring municipalities tends to intensify conflicts are to several factors, such as territorial issues, undue flows into the IT, ilegal logging, expansion of pastures, and increase inillegal mining. Data from the land use and land cover analysis confirmed growing pressure on the Alto Turiaçu Indigenous Territory, corroborating the Ka'apors reports about their territory.

**Keywords:** Alto Turiaçu. Indigenous Communities. Conflicts. Counties.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização das TIs no Estado do Maranhão	33
<b>Figura 2:</b> Mapa de distribuição da vegetação – Bioma Amazônico nas áreas especiais: Terras Indígenas – Tis, e Unidades de Conservação – UC.	34
<b>Figura 3:</b> Mapa de Localização da Terra Indígena Alto Turiaçu .....	41
<b>Figura 4:</b> Representação do tempo Ka'apor	50
<b>Figura 5:</b> Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 1990	65
<b>Figura 6:</b> Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2004	66
<b>Figura 7:</b> Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2014	67
<b>Figura 8:</b> Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2023	68
<b>Figura 9:</b> Mapa de uso e cobertura da TI Alto Turiaçu – 1990.....	73
<b>Figura 10:</b> Mapa de uso e cobertura da TI Alto Turiaçu – 2023	74
<b>Figura 11:</b> Focos de calor entre maio e agosto /2023 na TI Alto Turiaçu	77
<b>Figura 12:</b> Entrada na TI Alto Turiaçu, aldeia Gurupiúna (Centro Novo – MA) .....	79
<b>Figura 13:</b> Indígenas Ka'apor recebendo mantimentos .....	80
<b>Figura 14:</b> Região de garimpo ilegal no Maranhão .....	84
<b>Figura 15:</b> Garimpo Chega- Tudo.....	85
<b>Figura 16:</b> Garimpo Chega- Tudo.....	86
<b>Figura 17:</b> Cooperativa de garimpeiros em Centro Novo .....	88
<b>Figura 18:</b> Lideranças na Associação Kaàpor Tá Hury (Zé Doca/ MA) .....	90
<b>Figura 19:</b> Indígenas Ka'apor em manifestação pela retirada dos invasores de seu território tradicional .....	91
<b>Figura 20:</b> Entrada na TI Alto Turiaçu, aldeia Ywera (Turuzinho) /Zé Doca – MA....	92

<b>Figura 21:</b> Aldeia Ywera, TI Alto Turiaçu .....	94
<b>Figura 22:</b> Posto de Saúde Básica Indígena .....	95

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Disponibilidade de Alimento Básico (Kg/per capita) / Brasil-1970-2017..61
- Gráfico 2:** Uso e Ocupação do solo / 2023 em ha.....71
- Gráfico 3:** Comparativo do desmatamento entre 2022 e 2023 na TI Alto Turiaçu....75

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Ferramentas metodológicas e sua utilização	38
<b>Quadro 2:</b> Processo de demarcação de Terras Indígenas conforme o Decreto n.º 1.775/96	42
<b>Quadro 3:</b> Informações das TI's maranhenses	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Área dos municípios inseridos na TI	44
<b>Tabela 2:</b> Espécies de animais da Amazônia maranhense ameaçados	45
<b>Tabela 3:</b> Cobertura Florestal no entorno da TI	69
<b>Tabela 4:</b> Área de Pastagem no entorno da TI	70
<b>Tabela 5:</b> Áreas de Mineração no entorno da TI	70
<b>Tabela 6:</b> Problemas ambientais na TI Alto Turiaçu	83

## LISTA DE SIGLAS

APPs	Áreas de Proteção Permanente
BR 010	Rodovia Federal
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
ISA	Instituto Socioambiental
PF	Polícia Federal
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamentos e Degradação Ambiental (CONAREDD)
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UTM	Universal Transverse Mercator

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS, DO COABITAR A NATUREZA ÀS PRESSÕES, CONFLITOS E LUTAS	19
2.1 Povos originários e o contexto de colonização no Maranhão.....	25
2.2 A possível descendência Tupinambá.....	28
3 METODOLOGIA	35
4 TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU	40
4.1 Povo Ka'apor	46
4.2 Língua e cultura Ka'apor.....	48
4.3 Dinâmicas espaciais e territoriais	51
5 ENTRE TEIAS E TRAMAS	62
6 CONSTRUINDO PARAQUEDAS COLORIDOS	100
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	113
Apêndice A: Campo na Aldeia Gurupiuna, Povo Ka'apor (Centro Novo. /MA. ago. 2023)	113
Apêndice B: Campo na Aldeia Turuzinho, lideranças Ka'apor (Zé Doca/ MA. jan. de 2024)	114
ANEXOS	
Anexo A: Carta aberta do povo Ka'apor à sociedade brasileira (2016).	115



## 1 INTRODUÇÃO

Refletir acerca do contexto atual dos povos indígenas requer um olhar apurado sobre os problemas por eles enfrentados. Trata-se de uma realidade com diversos contornos, haja vista que são muitos os povos, em diferentes contextos, com conflitos por vezes invisíveis. Essa realidade demonstra um jogo de forças desigual, em qual a maioria dos povos sofre com o desrespeito aos seus direitos, bem como são submetidos a pressões e enfrentam diversos conflitos.

Convém destacar, desde já, que as Terras Indígenas (TIs) são territórios tradicionalmente ocupados por esses povos, reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 (Art. 231) como bens da União, com usufruto exclusivo dos povos indígenas. Porém, uma complexa rede de interesses políticos, econômicos, sociais e ambientais gera, desde a chegada dos europeus, múltiplos conflitos. Essa diversidade de interesses, aliada à desigualdade de forças políticas, econômicas e paradigmáticas, deságuam na supressão dos direitos indígenas.

Silva (2018) lista as principais pressões geradoras de conflitos na atualidade, como: o avanço do agronegócio, com produtores rurais e grandes fazendeiros ocupando ou explorando áreas demarcadas, ou em processo de demarcação; o garimpo ilegal, que causa destruição e contaminação ambiental, além de gerar violência e abusos, inclusive sexuais; o desmatamento e a exploração madeireira, que degradam as florestas – principal área utilizada para o extrativismo vegetal e animal nas TI's; projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, estradas e grandes obras que frequentemente afetam territórios indígenas, sob a égide do interesse social; e a morosidade dos processos de demarcação, que agrava tensões.

Apreender a realidade que nos cerca revela um emaranhado sistema, que contempla variados tipos de fenômenos, mas que, por vezes, desemboca em um fio condutor. Desvelar tais redes e fenômenos pode responder às questões que circundam a dificuldade da sociedade atual em respeitar e valorizar a singularidade dos modos de vida indígenas.

Dessa maneira, propomos discutir uma temática de grande pertinência para a Geografia. Para tanto, focamos na realidade da TI Alto Turiaçu, que abriga os povos Ka'apor, Awa Guajá e Tembé. Buscamos compreender os problemas e entraves a que estão sujeitos os indígenas nessa TI, que, assim como outros territórios, permanece envolta em uma rede de fenômenos estruturantes e estruturados a partir

de relações de poder, revelando contradições conexas às *conflitualidades* existentes.

Em todo o globo, os conflitos se fazem presentes – sejam de ordem política, econômica, cultural, ideológica, fundiária ou de outra natureza. Os fatores nem sempre seguem um padrão ou detém um motivo isolado, sendo muitas vezes complexos. Entretanto, na maioria dos casos, pode-se constatar o dito “desenvolvimento moderno”, fruto do capitalismo, como a mola propulsora de diversos conflitos nos territórios.

Assim, por meio do território e de seus correlatos, busca-se desvendar fatos, dinâmicas, processos, alianças e conflitos, avanços e recuos do movimento real, a partir de diferentes recortes analíticos. Como afirma Heidrich (2008), é necessário refletir e desvelar o território sob a temática dos espaços naturais protegidos, envolvidos por um jogo de forças e conflitos, por exemplo, entre o uso capitalista e o tradicional da terra, com impactos ambientais distintos.

Conhecendo os possíveis malefícios e de outros ainda não manifestos, mas que podem ocorrer como resultado dessa realidade, é crucial analisar as pressões e os conflitos que incidem sobre a TI Alto Turiaçu. Assim, quanto mais exposto se torna um problema, maiores são os mecanismos e formas de contenção ou solução.

À luz desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender quais são os tipos de pressões existentes na Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão. Para corroborar esse objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: analisar o contexto em que se inserem as possíveis pressões e conflitos; apontar as práticas espaciais dos diferentes sujeitos desse território; e mapear os usos da terra ao redor da TI.

Com uma abordagem quali-quantitativa, a metodologia deste estudo divide-se em três frentes principais: a fundamentação teórica via levantamento bibliográfico; a coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas; e a análise espacial. Esta última etapa consiste no mapeamento dos usos do território através de técnicas de geoprocessamento.

Para tanto, o estudo foi realizado com os indígenas Ka’apor, conhecidos por sua bravura e célebres na arte plumária, (Lopes, 1932; Cruis, 1952; Ribeiro e Ribeiro, 1957). A provável formação dos Ka’apor teria ocorrido na região do atual estado do Pará, entre os rios Tocantins e Xingu, justamente onde os Kayapó Mebêngokrê teriam se dividido em dois ou três grupos entre o final do século XVI e

início do XVII. Posteriormente, esses grupos teriam sofrido inúmeras outras fissões, haja vista que eram hostis entre si, e principalmente, com outras etnias.

Uma importante colaboração desta dissertação é a reflexão sobre como os conflitos podem impulsionar lutas dos invisibilizados – por vezes mantidas no anonimato – e lançar um olhar para os fatores ambientais e o uso da terra por não indígenas, que pressionam as vivências das populações nas TIs e corroboram para o agravamento de problemas em escala local.

Estruturamos o estudo da seguinte forma: 1) uma breve introdução sobre o tema, destacando a relevância da pesquisa e seus objetivos; 2) desenvolvimento de uma fundamentação teórica intitulada “Territórios indígenas, do coabitar a natureza às pressões, conflitos e lutas”, que estabelece diálogos a partir das visões e pensamentos de autores indígenas, geógrafos, filósofos e antropólogos – ampliação que demonstrou ser pertinente para corroborar com o propósito da pesquisa; e 3) apresenta-se a metodologia utilizada e o cronograma com as atividades realizadas.

O texto encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira dedicada à apresentação da Terra Indígena, com suas características geográficas, políticas de demarcação e territoriais, incluindo os municípios que a adentram. Nessa seção também são resgatadas as vivências e histórias do povo Ka’apor, bem como suas subjetividades, percepções e concepções de terra e modos de vida.

Posteriormente, são abordadas as dinâmicas espaciais e territoriais dos não indígenas na região oeste do Maranhão, onde se encontram algumas TIs. Salienta-se que as ocupações pioneiras tiveram ação categórica nessa região, formando “centros” e, depois, municípios no entorno das terras, logrando aos poucos cada vez mais espaços.

A seguir trata-se das pressões e os conflitos, com seus pertinentes significados referentes à temática da pesquisa. Esse debate constrói um leque de reflexões ancoradas em autores que se debruçam sobre essas questões e que indicam o conflito enquanto intrínseco à humanidade. Essas tensões, oriundas de lógicas divergentes, funcionam como elementos catalisadores de mudança e criação. Todavia, a análise desses variados conflitos e pressões exige cautela: a complexidade dos fenômenos, sejam eles internos ou externos, torna a tarefa de apreensão especialmente desafiadora.

O capítulo “Entre teias e tramas” apresenta os dados da pesquisa, as entrevistas e os campos realizados. Para tanto, conta com uma análise de uso e

cobertura da terra que parte de 1990 até 2023, com base em dados de sensoriamento remoto, técnicas de geoprocessamento e informações do Mapbiomas.

O texto se encerra com uma alusão ao fragmento da obra de Ailton Krenak, supracitada na epígrafe, e, por isso, essa última seção é intitulada “Construindo paraquedas coloridos”. Nela, buscamos reunir os principais dados e reflexões, apresentando práticas imprescindíveis para atestar os tipos de pressões sofridas, como a perda de cobertura vegetal florestal, a expansão de pastagens e o aumento de minerações. Esses elementos ratificam os dados obtidos nas entrevistas com as lideranças e indígenas das aldeias Gurupiúna e Ywera, situadas nas zonas de proteção mais expostas da TI, cujas localizações fazem frente às defesas.

Também foram destacados os aspectos negativos aos quais estão atrelados os povos que habitam a TI Alto Turiaçu, entre eles o povo Ka’apor, que vive e resiste há séculos nesta região. Desde os primeiros conflitos com os luso-colonizadores e outros povos invasores, esse povo enfrenta condições avassaladoras. Posteriormente, lidaram com instituições como o Estado, dedicadas a alterar sua identidade. Atualmente, convivem com novas formas de violência: pressões de madeireiros, devastação ambiental evidente e o contínuo descaso com as políticas de proteção e direitos dos povos indígenas.

## 2 TERRITÓRIOS INDÍGENAS, DO COABITAR A NATUREZA ÀS PRESSÕES, CONFLITOS E LUTAS

É fato que muitas são as formas de pressões sofridas pelas comunidades e povos tradicionais. Em linhas gerais, essas pressões decorrem de uma constante busca por controle e poder, captação de mão de obra, dominação cultural e assimilação – o que, por conseguinte, se reflete em domínios sobre os territórios.

Embora todo espaço geográfico passe por transformações ao longo do tempo, quando se trata de grupos vulneráveis, como os povos indígenas, determinadas mudanças podem ocasionar perdas irreparáveis, como vidas ceifadas, identidades ameaçadas e a própria perda de territórios.

Assim, mesmo quando há uma garantia formal do território, esses povos sofrem com variados tipos de pressões e conflitos que os desterritorializa, posto que as assimilações se tornam cada vez mais frequentes, como evidencia Krenak (2015):

A presença tão próxima e que o assédio tão intenso da cultura regional abafa a expressão dessas línguas locais, e devagarzinho vai erodindo a cultura [...]. Onde os tais conhecimentos tradicionais sofrem uma erosão tão grave que em pouco tempo nos tornamos uma comunidade de iguais. Iguais no sentido de empobrecimento [...]. A gente fica cada vez mais pobre do ponto de vista cultural, do ponto de vista da diversidade, e do conhecimento [...] (Krenak, 2015, p. 330).

A palavra “pressão” deriva do latim *pressio* e, entre seus sinônimos, adotaremos aquele pertinente à ciência social: o de influência para coagir ou constranger. Já “conflito”, do latim *conflictus*, é definido pelo dicionário Priberam como choque, embate entre pessoas que lutam, reencontro, discussão, desordem, antagonismo, oposição, conjuntura ou momento crítico.

Trata-se, portanto, de circunstâncias que ditam momentos tensos com embate e oposição entre grupos, como ocorre, por vezes, entre os indígenas e não indígenas.

É precisamente sobre as *conflictualidades* que devemos voltar nosso olhar, tendo em vista que a apropriação do espaço, as práticas, os padrões culturais, as organizações e as técnicas são múltiplos, complexos e diversos.

Essas organizações e técnicas variam de acordo com o tempo e o espaço. Para além da apropriação do território material, os diferentes grupos imprimem suas simbologias e territorialidades. Como afirma Haesbaert (2004, p. 03), “[...] está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Dessa forma, todos os detalhes e fenômenos contam a história das singularidades de cada espaço.

Entende-se que o território possui várias ligações para além do material e econômico. Trata-se também de um conceito ligado a aspectos imateriais, à organização que integra fatores naturais e à vida social, com suas relações definidas pelo poder e controle (Gottmann, 1973). O território é, assim, uma construção social, natural e psicossocial, caracterizada por territorialidades marcadas por fluxos, conexões e articulações (Deleuze; Guattari, 1976).

Embora os estudos sobre os povos indígenas tenham crescido no campo da ciência da Geografia, sua quantidade ainda é pouco expressiva, dada a importância de aprofundar e explicitar essas discussões, como destacam Silva e Gonçalves, (2017, p. 173):

Apesar de antigos, os conflitos territoriais e o modo de vida das comunidades indígenas são pouco abordados nos estudos de Geografia; a maior parte das pesquisas e estudos realizados, no entanto, estão centrados na região Norte e Centro-Oeste do país, sendo escasso o número de trabalhos desenvolvidos nas demais regiões.

Todavia, embasar os estudos já existentes, bem como fortalecer e aprofundar as pesquisas nessa temática, é algo tão necessário quanto atual. As realidades complexas, distintas e, principalmente, de grupos que sofrem com injustiças, desrespeito e desigualdade de direitos justificam essa necessidade.

No que concerne à análise do território e seus usos, Santos e Silveira (2006) destacam a necessidade de articular diferentes sistemas de objetos e ações, com ênfase nas normas que regem o espaço e a atividade humana. Nesse sentido, os autores defendem que se deve levar em conta a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 21).

Outra ideia pertinente para a análise é o conceito proposto por Fernandes (2008), que extrapola a definição usual de território como mero espaço de governança, abarcando outras tipologias que convergem em diferentes construções

de territórios, sendo necessária a compreensão dessa abordagem, uma vez que ela frisa:

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e ressignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação, o que provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas, os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades (Fernandes, 2008, n/p.).

A resistência contra estruturas de dominação permitiu a criação de territórios que são, simultaneamente, simbólicos e concretos. Nesse contexto, o território indígena firma-se como um espaço de resistência à colonialidade persistente (QUIJANO, 1992). Tal estrutura permeia a contemporaneidade ao exercer variadas formas de controle que impactam diretamente a autonomia dos povos.

Ao destacar o território, não se pode desconsiderar que existem variadas tipologias, como “território-corpo”, “território-mundo”, “corpo-território” (Haesbaert, 2021), nos quais se configuram espaços e dinâmicas distintas. Mas, antes de tudo, são espaços vividos, nos quais se ampliam as conexões do ser e dos seres.

Os territórios indígenas são marcados por formas únicas e, ao mesmo tempo, diversas de apreensão e gestão, apresentando uma amplitude de significados e ressignificações que somente os povos tradicionais são capazes de produzir.

Homem e natureza: ambos são todos, e todos são um. Nessa perspectiva, a natureza não se separa do homem, pensar o contrário é uma invenção moderna (Krenak, 2019). Portanto, analisar o território pela óptica indígena é abrir um leque de possibilidades devido a sua diversidade de povos, tradições e diferenças.

Embora o conceito de território seja basilar para esta investigação, torna-se imperativo transcender uma análise estritamente geográfica. Tal perspectiva não invalida a autonomia epistemológica da Geografia defendida por Fernandes (2008); pelo contrário, reconhece-se o valor de um campo científico com trajetória própria, ao mesmo tempo em que se propõe uma interlocução necessária para a compreensão da complexidade do objeto.

No entanto, mais do que apoiar, trata-se aqui de ampliar. A Geografia brasileira, em especial, tem uma larga distância do pensamento ameríndio; ousa

dizer que, nesse contexto, ainda “engatinha”. Diante disso, podemos considerar a interdisciplinaridade como uma via de abertura para outras possibilidades.

Para levantar questões envolvendo a luta e resistência frente às pressões externas, bem como os impactos que os povos e comunidades vêm sofrendo com o desenvolvimento e avanço do agronegócio sobre suas terras tradicionais, focamos nas reflexões epistemológicas de Baniwa, Krenak, Fernandes, Haesbaert, Souza, Porto-Gonçalves, Andrade, Quijano, Amparo e Gandara.

Como aporte complementar, também abordaremos diálogos e estudos antropológicos e etnográficos que contribuem para as reflexões sobre as questões indígenas, a fim de auxiliar na tentativa de captar a complexidade dessa realidade. Ao considerar diferentes ângulos, buscamos enriquecer a dimensão espacial e compreender a permanente conflituosidade presente na multiterritorialidade (Fernandes, 2008).

Os povos originários mantêm uma profunda conexão com seus territórios, expressa em rituais e simbologias que marcam diferentes passagens e espaços de comunhão. A presença de indígenas de diversas aldeias, inclusive de outras etnias, como os Tembé, é marcante, e as relações sociais entre os “*parentes*” – tão necessárias para fortalecer os vínculos – permanecem ativas.

A comunhão indígena/aldeia, o corpo/cosmos (Amparo, 2023), é fruto da passagem de gerações e dessa intrínseca ligação. É claro que existiram e ainda existem conflitos entre os povos indígenas, talvez mais no passado do que no presente, posto que a união é necessária para o fortalecimento das lutas e reivindicações atuais. Após séculos de perdas, os povos indígenas perceberam que a união também é uma forma de resistência.

Ainda assim, os conflitos internos persistem, talvez mais por influências externas, como veremos adiante nesta pesquisa.

A compreensão do espaço, por sua vez, está relacionada às práticas e aos usos que os grupos fazem dele, envolvendo os atores sociais e suas práticas, como destaca Llanos-Hernandes (2010, p. s.n.):

[...] em toda sociedade ou em uma comunidade, os atores têm intenções, suas ações são orientadas culturalmente e modificam a ordem dos objetos artificiais, introduzem novas tecnologias, diferentes políticas são implementadas, conflitos são gerados entre os atores e será através da identidade cultural e da ação social dos atores que será possível explicar a

transformação sociocultural de um território [...]. O espaço e o território são construções sociais.

A apropriação dos espaços, seja para a simples manutenção da vida, para construção e transformação do meio, para tornar válida a apropriação ou por poder, realça a materialidade dos espaços.

Também é importante refletir sobre o *território diverso (cosmos)* e, principalmente, a luta pela *terra (espaços de conflitos)*, que são guias para se pensar dois grupos distintos: os povos originários e a sociedade brasileira, esta última configurada sobre vários (des)níveis estruturais. Uma ideia interessante e necessária sobre essa configuração encontra-se no apontamento de Chauí (2017):

[...] a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece (Chauí, 2017, p. 251).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a sociedade brasileira é estruturada por mecanismos que subalternizam a alteridade, preservando a hegemonia de uma matriz patriarcal e de herança colonial persistente. Essa organização socioespacial não apenas prioriza interesses de grupos dominantes, como também institucionaliza práticas que resultam na precarização e na descontinuidade dos direitos de populações historicamente marginalizadas.

Como o território pode ser definido também por (e a partir de) relações de poder em graus variados, não se pode desconsiderar a materialidade dos espaços. Então, “como projeção espacial de relações de poder, o território não pode ser jamais compreendido e investigado (sua origem e as causas de suas transformações) sem que o aspecto material do espaço social seja devidamente considerado” (Souza, 2008, p. 64).

Um exemplo desse fenômeno ocorre quando desconsideram os direitos dos povos originários e buscam impor uma proposta inconstitucional, como o marco temporal<sup>1</sup>, com o intuito de prevalecer interesses dos não-indígenas. Esse fato é

<sup>1</sup> A Lei n.º 14.701, em seu artigo 4º, incorpora a tese jurídica do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito à demarcação de suas terras se estivessem ocupando-as em 5 de outubro de 1988. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha considerado a tese inconstitucional em 2023, o Congresso a aprovou, impondo novos obstáculos às demarcações de territórios. Diante disso, o tema retornou ao STF, permanecendo sem acordos até o momento.

reforçado pela advogada indígena Inory Kanamari (2025),<sup>2</sup> “o que vivemos é um retrato nítido da omissão deliberada dos poderes da República [...] diante dos direitos dos povos indígenas, a verdade é que não há interesse em garantir nossos direitos constitucionais”.

Compreende-se que as instâncias materiais de tomada de decisão, em nível macro, são ocupadas por grupos dominantes da sociedade brasileira. Estes, por sua vez, tendem a desconsiderar as realidades territoriais e sociais às quais são alheios ou das quais não se apropriam.

Do outro lado, estão os povos originários, historicamente suprimidos e “levados” para espaços considerados, anteriormente, como indesejados para essa sociedade – e que atualmente necessita ainda mais de recursos e territórios. Como atesta Andrade (1995):

As lutas, iniciadas no litoral, continuaram no interior quando eles foram expulsos das melhores terras, dizimados ou aldeados, a fim de serem chamados para o trabalho quando se fazia necessário. Para os trabalhos de sedentarização e de submissão, os colonizadores contaram com o apoio geral dos religiosos que se encarregavam da catequese [...]. (Andrade, 1995, p. 24)

É importante destacar que muitos povos indígenas, assim como os Ka’apor, sofreram com migrações forçadas. Alguns realizaram movimentos de retomada, como o povo Kiriri no sertão baiano. Em comum, todos esses povos são originários dos territórios que hoje compõem o que a sociedade denomina Brasil. Como afirmou o líder Guarani Ñandeva, Marçal de Souza Tupã-i, (1980)<sup>3</sup> “nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história”.

A presente pesquisa dialoga com esse fato, evidenciando que os municípios foram inseridos, ainda que de forma “espontânea” ou incentivada, dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu, sobretudo considerando que tais municípios foram

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida pela advogada Inory Kanamari, à Agência Cenarium. Disponível em: <https://kaosenlared.net/brasil-dia-dos-povos-indigenas-luta-contra-o-marco-temporal/#:~:text=%E2%80%9CO%20que%20vivemos%20C3%A9%20um%20retrato%20n%C3%ADtido,interesse%20em%20garantir%20nossos%20direitos%20constitucionais%E2%80%9D%2C%20declarou.> Acesso em: 02, mai. 2025.

<sup>3</sup> Discurso proferido pelo líder indígena Guarani Ñandeva Marçal de Souza Tupã’i, ao Papa João Paulo II, em 1980.

emancipados após a regularização da TI. Alguns fatores contribuíram para a atração dessas frentes de ocupação, como no caso das TIs Caru e Alto Turiaçu, que foram divididas, criando assim, um corredor de passagem não indígena (Coelho, 1987), favorecendo a inclusão de colonos nesta região, com a posterior criação de municípios dentro da TI.

A concentração cada vez maior de colonos, aliada às políticas desenvolvimentistas, com a difusão da infraestrutura e das malhas rodoviárias, bem como às doações de terras, foi, ainda que tardiamente e de forma lenta, consolidando o espraiamento nessa região. Paralelamente, consolidou-se a negativa da presença dos indígenas em uma área há muito tempo conhecida como território tradicional. Criou-se uma narrativa para apagar o vestígio desses povos, sustentando a ideia de que não existem indígenas nessa região e muitos ainda afirmam que tudo não passa de uma invenção.

A suposta invisibilidade dos povos originários não decorre de uma ignorância fortuita, mas de uma estratégia deliberada de negação da alteridade. Essa postura sustenta-se na manutenção de posses territoriais consolidadas, cujos detentores buscam salvaguardar interesses frente a possíveis reivindicações. Contudo, a tese da inexistência indígena torna-se insustentável diante das ações de resistência, como o bloqueio de vias vicinais e intermunicipais, que conferem visibilidade pública aos conflitos e às demandas do grupo.

## **2.1 Povos originários e o contexto da colonização no Maranhão**

Entre os povos originários que habitavam o litoral maranhense, os Tupinambás estavam destacadamente em toda sua costa, seguindo até a embocadura do Amazonas e partes de Pernambuco. A própria ilha de Upaon-Açu, nome indígena, e que recebera o nome de São Luís pelos franceses em homenagem ao então menino, rei da França, Luís XIII, por volta de 1612, era reduto de diferentes aldeias e povos.

Todo o Maranhão contava com mais de 30 (trinta) etnias, entre esses povos que habitavam o interior do estado podemos destacar os Tupinambás, Araoses, Amanajós, e os Tremembés. Antes da chegada dos colonizadores já existiam os

conflitos internos entre os Tupinambás e os tapuias<sup>4</sup>, essas rivalidades foram integradas ao contexto de dominação territorial ultramarina entre os portugueses, franceses e holandeses, tornando-os externos, o que acarretou completo genocídio e etnocídio de vários povos ao passar do tempo.

Estima-se que no século XVII haviam mais de 250 mil indígenas na região do Maranhão, hoje não passam dos 20 mil, sendo apenas, nove etnias reconhecidas como tradicionais<sup>5</sup> (Carneiro, 2019). Essa redução da população indígena pós-chegada dos europeus, se deu também pelo contágio de doenças, mas não somente, estava atrelado a diversos contextos. Sobre isso, Cunha (1992) ressalta que:

[...] não foram somente os microrganismos os responsáveis pela catástrofe demográfica[...] O exacerbamento da guerra indígena provocado pela sede de escravos, as guerras de conquistas e de apresamento em que índios eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, as fugas para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes, [...] a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação[...]. (Cunha, 1992, p.13, 14).

A dinâmica colonial ressignificou as rivalidades pré-existentes entre os povos originários, integrando-as à lógica de exploração europeia. Nesse cenário, o acirramento de conflitos entre grupos como os Tupiniquins e os Tupinambás foi estrategicamente estimulado pelos colonizadores. Ao analisar o contexto amazônico, Carvalho (1998) demonstra que essa conflitualidade era multifacetada: envolvia desde alianças táticas — como as firmadas entre franceses e Tupinambás, ou entre portugueses e Tupiniquins — até o fornecimento de mão de obra escravizada por meio do aprisionamento de rivais. Segundo o autor:

Os corsários ingleses, franceses e holandeses rivalizavam-se com os portugueses em lutas constantes para obter o controle e o monopólio das especiarias e da posse dos territórios [...] foi nesse contexto de uma luta mais ampla entre os europeus que o conflito indígena foi integrado. E depois da chegada dos europeus à costa, o conflito interno entre os índios não pode mais ser analisado fora do contexto global da competição

<sup>4</sup> Termo utilizado pelos povos falantes do Tupi para designar os povos falantes de outras línguas e com outras culturas. Tapuias, significa “aqueles de língua travada”.

<sup>5</sup> Entrevista do Diretor do Centro de Pesquisa História Natural do Maranhão, Deusdedit Carneiro, 2019, para a TV Assembleia Maranhão, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=QdXGs30j8Aw&t=12s> acesso em: 30/07/2025.

internacional pelas riquezas e territórios do novo mundo”. (Carvalho, 1998, p. 42).

A priori os conflitos seguiam lógicas particulares, depois passaram a ter outros contornos. Devido à presença dos europeus disputando territórios e riquezas, com o passar do tempo, a igreja também fora importante nesse contexto, pois a catequização, primariamente com a Companhia de Jesus, da igreja católica, reduzia alguns conflitos e criava outros. Com a expulsão dos jesuítas, o domínio se tornou uno, onde a Coroa agora dominava corpos e territórios sem entraves.

A questão religiosa servia de base e palco para disputas que transcendiam a fé, como ilustra a atuação dos jesuítas, cujos interesses frequentemente contrastavam com as diretrizes políticas da Coroa. Contudo, o objetivo central permanecia convergente: o controle absoluto sobre os povos originários. Tal dominação operava em duas frentes: a primeira, sobre os corpos, viabilizada pelo trabalho escravizado; a segunda, sobre as mentes, por meio da imposição religiosa e da alteração dos costumes tradicionais.

Toda região das capitanias do Maranhão e Pará eram administradas por juízes chefes militares a partir dos cargos de Capitão-Ouvidor que eram atribuídos aos portugueses, estes relatavam os constantes conflitos existentes entre os brancos e indígenas ao governo de Lisboa, (Carvalho, 1998).

Muitos desses conflitos estão em documentos oficiais enviados pelos chefes das colônias, colonos, padres, enviadas a Portugal, e também ao comandante da região, o Marquês de Pombal. Atenta-se que a Corte no mínimo fora omissa em tais relações, tendo em vista que a conquista dessas regiões dependia também de mão-de-obra escrava indígena.

Atualmente, muitos desses escritos estão espalhados e sendo catalogados, para levar a público o conhecimento de como se dera a constituição da sociedade brasileira, forjada a base de dominação, conflitos e guerras, (Carvalho 1998).

Ao fazer o resgate espaço-temporal, constata-se, que muitos povoamentos coloniais foram marcados por conflitos, violência e morte dos indígenas, como nas colônias nos vales dos rios navegáveis como Mearim, Itapecuru, Pindaré e Tocantins (Carvalho 1998). Os que sobreviviam eram empurrados para diversas regiões, a exemplo dos Timbiras forçados a viver na região do vale do Tocantins e abandonar o vale do rio Itapecuru.

Outro exemplo foi a guerra imposta aos Caí-Caí e aliados Guanarés, onde os guerreiros foram mortos e os sobreviventes foram levados cativos para a ilha de Marajó, no Pará (Carvalho 1998). O mesmo autor chama a atenção para a força do Estado Português e suas instituições que ditavam os modos de produção do espaço maranhense na época da colonização utilizando-se de vários aparatos, ideológicos, físicos, religiosos e econômicos. Para essa situação ele conclui:

[...] a sociedade colonial que aqui se estruturou de forma política com suas relações de poder, de forma econômica criando estruturas de produção de riquezas, de forma religiosa mantendo e desenvolvendo os valores culturais herdados pelas vias religiosas é um transplante da mesma sociedade colonial portuguesa com seus vícios, seus arrojos de conquista e ambição sem limites, suas práticas de corrupção administrativas, seu espírito de violência para impor sobre a população nativa o seu projeto elaborado de sociedade dominante, [...] O estado desenvolve a conquista pelas armas com uma ação militar coercitiva e muitas vezes de extrema violência, e a igreja desenvolveu a catequese como mecanismo de convencimento e cooptação das populações nativas para que viessem elas também a contribuir com o projeto colonial. A ideologia colonial do poder político com relação aos mais fracos não mudou muito de 1614 até hoje. Ela pratica a violência quando as conveniências do grupo dirigente estão em jogo. E pratica também os métodos catequéticos de persuasão por meio de ações paternalistas que anestesiam e mantêm o status quo. (Carvalho, 1998, p.139,140).

Portanto, os aparatos mobilizados para a manutenção da ordem colonial e da dominação recaíram sobre povos que, inicialmente, desconheciam tais interesses. Ao confrontarem a violência do sistema imposto, a assimetria de forças levou alguns grupos a uma subordinação compulsória, muitas vezes confundida com aceitação. Outros, entretanto, optaram por variadas formas de resistência, manifestas em fugas estratégicas, confrontos bélicos e no sacrifício da própria vida.

Todo esse cenário marcado por violências, pressões e conflitos contra os povos indígenas persistiram até a atualidade. Na contemporaneidade existem projetos de ocupação/povoamento, e exploração do país que levaram os povos tradicionais a lugares distintos de origem. A título de exemplo é possível citar os Ka'apor, que no século XIX seguiriam em diáspora do Pará para os vales do Maranhão, até se fixarem nas proximidades da divisa.

Esse regate é muito importante tanto para contextualizar algumas pressões e conflitos, como também é essencial na epistemologia geográfica, visando abarcar os espaços-tempos que denotam a inseparabilidade muitas vezes do objeto, da materialidade, das relações e subjetividades. Assim pode haver uma melhor

compreensão da conjuntura como um todo, refazendo os passos de uma história que fora invisibilizada por parte da sociedade dominante.

## **2.2 A possível descendência Tupinambá**

No âmbito da análise histórico-bibliográfica, a hipótese de que os Ka'apor sejam descendentes dos antigos Tupinambás é corroborada por diversos autores (BALÉE, 1984; HUXLEY, 1957; RIBEIRO, 1996; GERARDI, 2023). Essa tese fundamenta-se, em parte, nas semelhanças culturais e linguísticas do tronco Tupi, cujas características se aproximam das de outros povos da costa originários da Amazônia que migraram há cerca de 1.200 anos. Entretanto, a complexidade das transformações históricas, somada aos processos de migração e fusão étnica, impõe desafios significativos à comprovação de uma descendência direta.

Um fato curioso, é que os Tupiniquins, grupos tidos na história como rivais dos Tupinambás, possuem semelhança genética com os Ka'apor. Um recente estudo liderado pela geneticista brasileira (Hünemeier, 2020) e sua equipe do Instituto de Biociências da USP, cruzaram dados genéticos desse grupo que habitavam a costa da Bahia até o estado de São Paulo antes da chegada dos portugueses, com outras etnias brasileiras. O resultado da pesquisa demonstrou que esse grupo Tupiniquim tido como extinto, não está extinto, apresentando cerca de dois mil e quinhentos (2.500) indivíduos no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo.

Isso pode ter ocorrido por diferentes fatores, entre eles o fato da etnia ter quase desaparecido. Tal drástica redução populacional provocou uma miscigenação forçada. Ademais, outro fato que pode ocasionar tais semelhanças genéticas em povos distintos, é o fator biológico que dita que indivíduos diferentes podem ser geneticamente mais semelhantes do que indivíduos da mesma população (Witherspoon, 2007).

A provável formação dos Ka'apor ocorreu na região que hoje corresponde ao Pará, entre os rios Tocantins e Xingu, (Baleé, 1994), onde os Kayapó Mebêngokrê teriam se dividido em dois ou três grupos entre o final do século XVI e início do XVII. Posteriormente, esses grupos sofreram inúmeras outras fissões, devido à hostilidade entre si e, principalmente, com outros grupos. Turner, (1992) remonta, por exemplo, um mito da separação dos Kayapó falantes do Jê com outras línguas:

Segundo o mito, os ancestrais dos Jê viviam juntos como um só grupo nessa área até descobrirem uma grande árvore nas margens do Tocantins da qual nasciam espigas de milho. Derrubaram a árvore, obtendo assim o milho como planta de cultivo, mas à medida que recolhiam as sementes, começaram a falar línguas diferentes, e se separaram [...]. (Turner, 1992, p. 313)

Entretanto, esses povos não partilham da mesma língua, sendo os Ka'apor falantes de um dialeto único. O Ka'apor, pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, enquanto os Kayapó falam a língua do tronco Jê, que pertence à família linguística Macro-Jê. No decorrer do século XIX, os Ka'apor iniciaram um processo migratório forçado em direção ao Maranhão.

Há indícios que se estabeleceram por volta de 1810, na bacia do Acará, do rio Capim e do rio Guamá, entre 1824 e 1864, chegando até o rio Piriá e Maracaçumé, por volta de 1875 e este último por volta de 1878.

Nesse período, vieram pelas águas do rio Gurupi, utilizando as vias fluviais como principal eixo de movimento – prática comum na mobilidade da vida indígena de alguns povos –, estabelecendo-se entre os rios Gurupi e Pindaré. Entretanto, os conflitos com os não indígenas nessa região eram constantes, o que levou a serem conhecidos com um termo depreciativo, Urubus-Ka'apor.

Essas migrações sucessivas foram motivadas, primordialmente, pela crescente pressão colonial no Pará e pelas tensões com outros grupos étnicos. Reconhecidos por seu caráter belicoso, os Ka'apor figuraram entre os últimos povos da região a passarem pelo processo de 'pacificação' estatal. Suas incursões militares e conflitos interétnicos possuíam, inclusive, uma dimensão ritual, manifestando-se em contextos de luto familiar como uma forma de resposta social e simbólica à perda.

No entanto, desperta a atenção o fato de que essas migrações já eram fruto de pressões das frentes madeireiras e extrativistas, assim como ocorre atualmente. A diferença é que, hoje, os povos indígenas conquistaram o direito à permanência e à vivência nessas terras tradicionalmente ocupadas, o que contribui para sua fixação.

As migrações possibilitaram assegurar a sobrevivência física e cultural do grupo, também permitindo a reconfiguração de seus territórios tradicionais diante

das adversidades e transformações pelas quais essas regiões passaram naquele período.

Entre os estudos sobre a vida e as singularidades desse povo, se destaca o célebre diário de Darcy Ribeiro. A obra foi elaborada durante sua jornada de convivência, entre os anos de 1949 e 1951, ao lado de outros dois pesquisadores: o linguista francês Max Boudin e o fotógrafo cineasta alemão Heinz Foerthmann. As anotações de Darcy Ribeiro eram redigidas em forma de relatos destinados à sua esposa, Berta.

Nelas, ele descreve de forma minuciosa a vivência com os Ka'apor, Tembé e os Awa Guajá, nas proximidades das margens do rio Gurupi. O autor relata que os Ka'apor viviam na região do Guamá, Capim e Acará, no Pará, após cruzarem a fronteira, foram expulsos para a região do Maracaçumé, no Maranhão, por quilombolas refugiados em mocambos.

Mais tarde, retornariam às proximidades do rio Gurupi, confrontando os quilombolas e expulsando-os, também enfrentaram variados conflitos com os Tembé e os Awa Guajá, até as relações se tornarem amistosas, fazendo-os fixarem nessa região.

Nesse contexto, vale destacar as andanças, territorialidades e estratégias de sobrevivência frente às constantes transformações que remodelaram suas formas de organização e marcaram seus modos de vida em cada espaço, lugar e território.

Esse tipo de deslocamento parece recorrente no cotidiano de pessoas indígena, pois suas andanças também são fruto da procura por alimentos, caças e melhores locais para viver. Todavia, nesse caso, os movimentos foram forçados. Como aponta Benites (2021, p. 202): “foi sendo reordenado para uma perspectiva meramente de sobrevivência através dos recursos disponíveis, e, para isso, era necessário alinhamento com o modo de ser não indígena”.

Ainda sobre a apropriação do espaço/lugar do modo de ser indígena, Benites (2021, p. 46) reflete que “a existência é baseada na mobilidade para usufruir dos fluxos das energias do lugar[...] então, viver, segundo o modo específico de ser, é a maneira de existir nos lugares de forma estratégica para a relação com os outros diversos seres, no caso, outras trajetórias”.

Por volta de 1960, a criação da Reserva Gurupi foi instituída pelo Decreto n.º 51.026, de 25 de julho de 1961, durante o governo do então presidente Jânio

Quadros. Essa reserva abarcava os territórios indígenas tradicionalmente ocupados pelos povos Guajajara, Ka'apor, Temb e e Guaj a.

Posteriormente, em 1975, foi proposta a demarcação da TI Caru, que ficou ao sul, e da TI Alto Turiaçu, ao norte da reserva, causando perda de contato entre os Guaj as, Ka'apor e Temb es. Essa divisão criou um corredor entre as TIs, que passou a ser usado por não-indígenas, os quais acabaram se fixando como posseiros em fazendas, vilas e, posteriormente, municípios, (Coelho, 1987).

Seguindo a defini o instituída pela Constitui o Federal, em seu art. 231, parágrafo primeiro, os territórios indígenas são aqueles:

[...] por eles habitados em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas e imprescindíveis a preserva o dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, além de necessárias   sua reprodu o física e cultural, segundo seus usos e costumes e tradi es. (BRASIL, 1988, art. 231).

O Maranhão conta com 20 áreas indígenas, o que representa 7,2% do estado, sendo 17 já demarcadas (Figura 01). A maior parte das TIs se encontra nas regiões oeste e sul do estado. Segundo o Censo do IBGE de 2022, há aproximadamente 57.214 indígenas no Maranhão, o que confere ao estado a terceira maior popula o indígena da região Nordeste. Nos últimos 12 anos, observa-se um crescimento populacional superior a 40% dentro das TIs.

Entre os povos que habitam essas terras são os Guajajara, Aw , Timbira, Canela, Krikati, Ka'apor, Aiwa-Guajá e os Temb e. As TIs situam-se na Amazônia Legal, e são redutos biodiversos, com fauna e flora em grande parte preservadas, principalmente na Terra indígena Alto Turiaçu – muito em parte por conta dos povos que habitam essa região há centenas de anos.

O bioma Amazônia cobre mais de 110 mil Km<sup>2</sup> do estado, que representa aproximadamente 33,24%, de 331,983 km<sup>2</sup> do território maranhense. Entretanto, a floresta fora desmatada e convertida em pastagens e agricultura em cerca de 75%, segundo dados do INPE (2016).

O desmatamento consiste na atua o de derrubada e ou elimina o da vegeta o nativa para outros fins, assim como o uso do solo. Sobre o ZEE aponta:

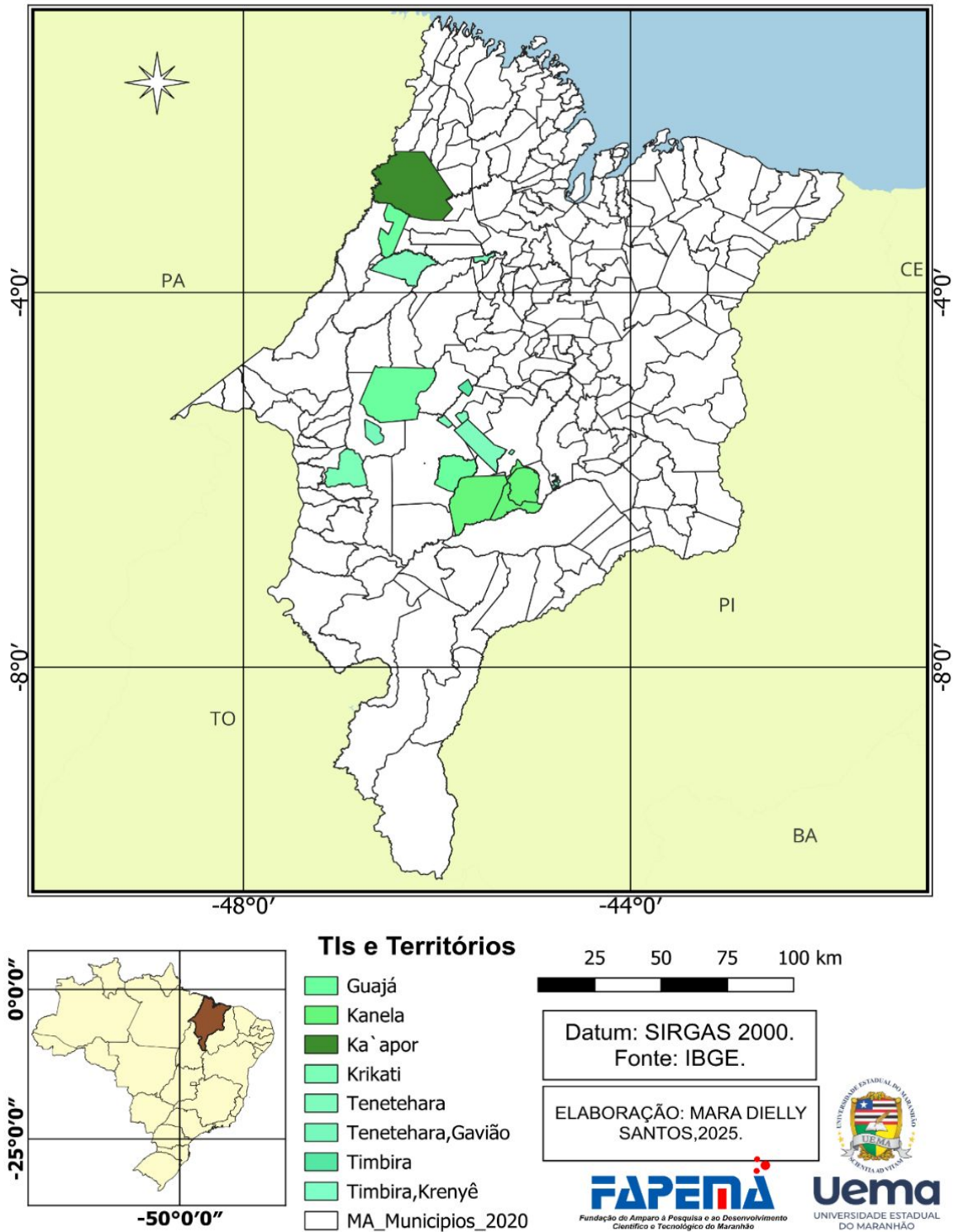
O processo do desmatamento origina-se com a abertura de estradas, sejam elas clandestinas ou não, acarretando a ocupa o humana e, em seguida, a explora o da madeira. O passo seguinte   a conversão desse espaço

devastado em pastagem para a criação extensiva do gado ou exploração da agricultura, seja ela familiar ou não, sendo estes fatores responsáveis por cerca de 80% do desmatamento da floresta amazônica legal no Brasil, conforme relatam Ferreira, Venticinque e Almeida (2005) Apud ZEE (2019).

O órgão ZEE, em relatório do ano de 2019 sobre a vegetação do bioma Amazônico Maranhense, destaca que as terras indígenas têm primazia na preservação da vegetação primária. Assim, esses espaços são importantes ambientes de conservação (Figura 02), contando com rica biodiversidade e sendo refúgio socioeconômico dos povos que nelas habitam. Dessemelhantes ao entorno das terras indígenas que fora devastada, ao longo dos anos de 1989 a 2019, conforme aponta o estudo da dinâmica na vegetação que fora impactada e eliminada através da extração de madeira, fronteira agrícola e em maior parte conversão de áreas em pastagens (ZEE, 2019, p. 94).

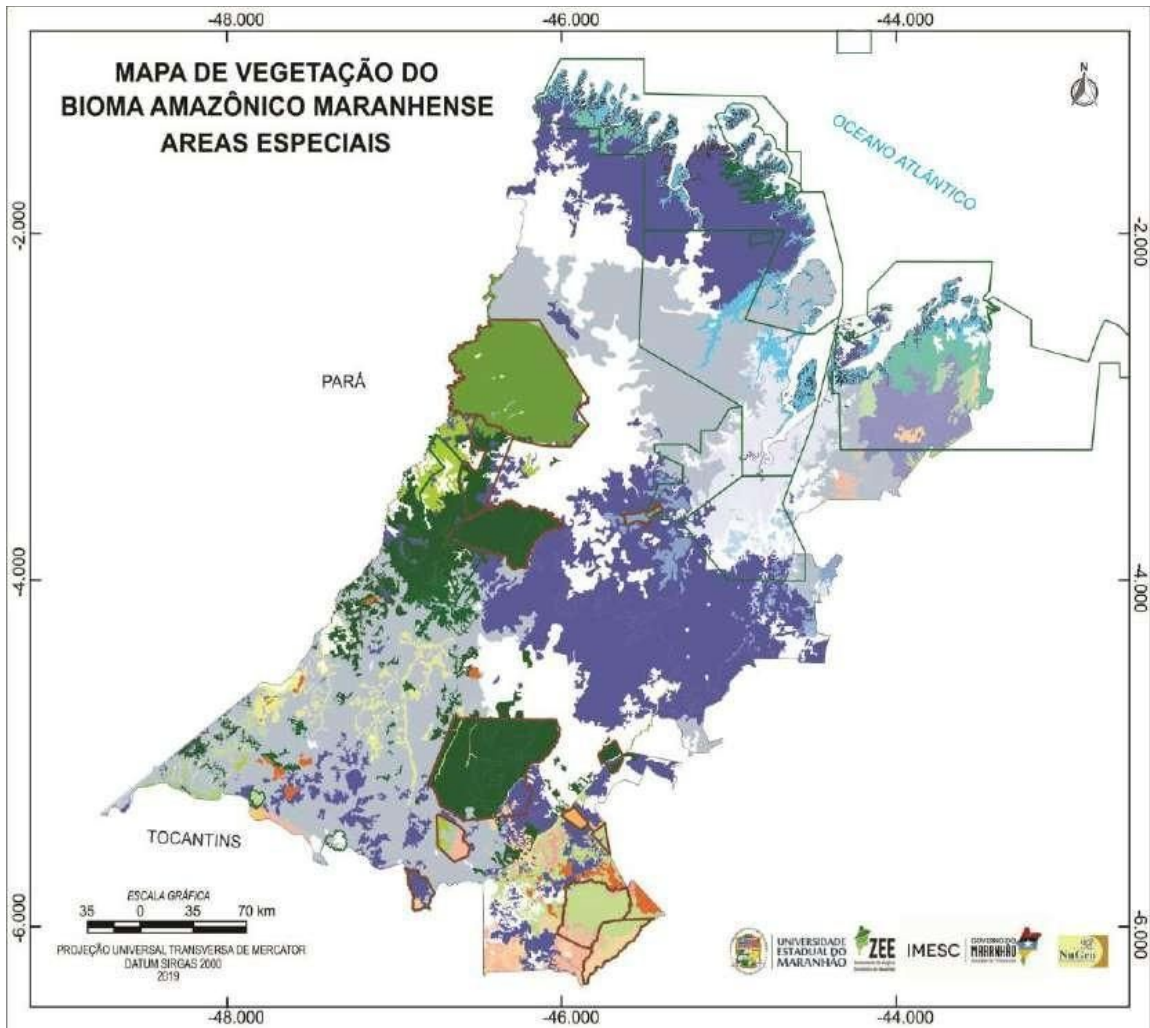
**Figura 1:** Mapa de localização das TIs no Estado do Maranhão

## TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO MARANHÃO



Fonte: IBGE, 2023.

**Figura 02** - Mapa da distribuição da vegetação do Bioma Amazônico nas áreas especiais: Terras Indígenas – TIs e Unidades de Conservação – UC.



**CLASSES DE VEGETAÇÃO - 2019**

- Pastagem+Vegetação Secundária com palmeiras (Ap+Vsp)
- Floresta Ombrófila Densa+Vegetação Secundária com palmeiras+Agricultura com culturas cíclicas (Da+Vsp+Acc)
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Da)
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial+Formação Pioneira com influência fluvial/macuste arbustiva (Da+Paa)
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial+Vegetação Secundária com palmeiras (Da+Vsp)
- Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas+Vegetação Secundária sem palmeiras (Db+Vss)
- Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds)
- Floresta Ombrófila Densa Submontana+Vegetação Secundária com palmeiras (Ds+Vsp)
- Floresta Ombrófila Densa Submontana com dossel emergente (Dae)
- Floresta Estacional Semidecidual Submontana (Fs)
- Campinarana Arborizada sem palmeiras (Las)
- Formação Pioneira com influência fluvial/macuste (Pa)
- Formação Pioneira com influência fluvial/macuste herbácea (Pah)
- Formação Pioneira com influência fluvial/macuste herbácea sem palmeiras (Pahs)
- Formação Pioneira com influência fluvial/macuste arbustiva (Pap)
- Formação Pioneira com influência fluviomarinha (Pfi)
- Formação Pioneira com influência fluviomarinha arbórea (Pfim)
- Formação Pioneira com influência marinha (Pm)
- Formação Pioneira com influência marinha arbustiva (Pmb)
- Florestamento/Reflorestamento (R)
- Savana Arborizada (Sa)
- Savana Florestada (Sd)
- Savana Parque (Sp)
- Savana Parque sem floresta de galeria (Sps)
- Contato Savana+ Floresta Estacional (SN)
- Tensão Ecológica Floresta Estacional Semidecidual Submontana+Savana Florestada+Vegetação Secundária com palmeiras (SNoFs+Sd+Vsp)
- Vegetação Secundária (Vs)
- Vegetação secundária sem palmeiras+Pastagem (Vss+Ap)
- Vegetação Secundária+Agropecuária (Vs+Ag)
- Vegetação Secundária com palmeiras (Vsp)
- Vegetação Secundária com palmeiras+Agricultura com culturas cíclicas (Vsp+Acc)
- Vegetação Secundária sem palmeiras (Vss)
- Áreas de uso
- Terras Indígenas (TI)
- Unidades de Conservação (UC)

FONTE: Manual Técnico da Vegetação Brasileira (2012), Earth Explorer/USGS (2017), IBGE/IMESC (2017), UEMANUGEO (2019)

Fonte: ZEE, 2019.

### 3 METODOLOGIA

O estágio inicial deste mestrado exigiu uma reestruturação profunda do projeto original, abrangendo desde a delimitação do objeto até o delineamento do percurso metodológico. Esse processo de maturação intelectual, amparado por novas leituras e pela experiência prévia com o povo Tembé na Terra Indígena Alto Turiaçu, resultou na proposição de uma ruptura com a ciência hegemônica. O objetivo é transcender abordagens que analisam a questão indígena sob uma ótica meramente externa, privilegiando a construção de diálogos abertos e uma perspectiva de análise 'de dentro para fora'.

Segundo Mondardo:

Os territórios e territorialidades pensados desde a Geografia devem ser afetados pela multiplicidade cultural e potência das lutas dos povos, suas práticas e elaborações conceituais, para estabelecer um diálogo aberto à alteridade. Afinal, fazer um bom encontro entre Geografia e povos indígenas implica em construir um diálogo rico em alteridade, aberto à diferença e não encaixado [...] (Mondardo, 2023, p. 158).

Dessa forma, compreendemos que deve ser o contrário: certas pesquisas devem vir de dentro para fora. Portanto, de acordo com posição da indígena Smith (2018, p. 42), “queremos contar a nossa própria história, escrever as nossas próprias versões, a nossa maneira, para os nossos próprios fins”.

A redefinição da temática e do percurso metodológico fundamentou-se na necessidade de investigar a multiplicidade de pressões e conflitos que incidem sobre as etnias da Terra Indígena Alto Turiaçu. Compreende-se que tais dinâmicas, embora manifestem particularidades locais, integram uma conjuntura de vulnerabilidades compartilhada pelos povos indígenas em âmbito nacional. Ressalta-se que este estudo não pretende apresentar soluções definitivas, mas sim fomentar uma reflexão crítica e aprofundada diante da complexidade inerente aos fenômenos estudados. Assim o trabalho é delineado pelo método dialético.

Para compreender os contextos dessas pressões e os conflitos no território, faz-se necessário abordá-los por meio de pesquisas de cunho social e, de certa maneira, subjetivas. Da mesma maneira, precisamos ressaltar as pesquisas que conduzam ao entendimento dessa dimensão no espaço. Assim como considera Paiva (2024):

O qualitativo está no cerne da pesquisa geográfica. Para o estudo da relação entre os seres humanos e o espaço geográfico – um objetivo-chave da disciplina – é fundamental compreender uma grande diversidade de processos que são qualitativos e subjetivos na sua natureza. Refiro-me a processos que envolvem discursos, narrativas, representações, símbolos, ideologias, éticas, conflitos, regras, práticas, performances, materialidades, experiências, emoções, afetos, sensações, estéticas, entre outros elementos. Sem a compreensão destes elementos, a geografia perde grande parte da sua capacidade de explicar os processos espaciais. (Paiva,2024, p. 07).

A investigação qualitativa é uma metodologia bastante rigorosa e amplamente utilizada na Geografia. Ela tem se consolidado nas investigações que envolvem comunidades indígenas e tradicionais como uma ferramenta essencial. Esse destaque é sobretudo pela possibilidade de captar as complexidades simbólicas, socioculturais e também históricas.

Um segundo ponto importante (e talvez o mais crucial) é que essa metodologia rompe com a objetividade estrita dos paradigmas positivistas, ao priorizar a compreensão dos significados que os sujeitos imprimem na sua realidade a das experiências carregadas de subjetividades.

Em pesquisas com populações indígenas, é essencial uma escuta atenta e respeitosa, valorizando os saberes, a compreensão dos modos próprios e da organização social. Esse cuidado se estende também as bases cotidianas, como os rituais, as formas de uso da terra, o manejo das culturas e suas vivências dentro e fora das TIs.

O rigor científico desta investigação transcende o domínio metodológico, alicerçando-se na reflexão crítica e no compromisso ético-político junto às comunidades indígenas. Sob essa premissa, busca-se fomentar uma produção de conhecimento voltada ao reconhecimento dos direitos coletivos e da diversidade epistemológica dos povos originários. Tal posicionamento converge com a perspectiva de Mondardo (2023), que assevera:

Enquanto perspectiva, uma forma de olhar os mundos indígenas, é possível elaborar e reforçar a ideia de geografias indígenas enquanto perspectiva por meio do diálogo de saberes, que privilegia a ancestralidade, a memória, os territórios e as territorialidades, sem a pretensão de construir e demarcar um campo disciplinar (Mondardo, 2023, p. 164).

Para compreender uma gama de fatores e fenômenos a que está sujeita a TI Alto Turiaçu, com os povos que nela habitam, se fez necessário a combinação de diferentes tipos de pesquisa. Nesse sentido, a utilização do método qualiquantitativo foi considerada a escolha mais pertinente e apropriada.

A adoção dessa abordagem descritiva, pautada em entrevistas abertas e semiestruturadas, visa identificar as territorialidades dos agentes envolvidos por meio de uma escuta sensível e da observação participante. Todavia, a análise não prescinde de dados mensuráveis; a integração de indicadores quantitativos revelou-se fundamental para compreender a magnitude das pressões externas. Esse processo evidencia que os principais conflitos emergem das distintas formas de apropriação do espaço por agentes não indígenas, o que desestabiliza a dinâmica socioambiental da Terra Indígena.

Por ser uma área extensa, de difícil acesso em muitos trechos e conter várias aldeias (mais de 20, algumas isoladas), concentramos nossos esforços em manter contato e realizar entrevistas com os Ka'apor. Assim, foram entrevistadas 03 lideranças: Cacique Tuxá Mariúza Ka'apor, da Aldeia Gurupiúna; Osmar Ka'apor, segunda liderança na aldeia; e Iracadjú Ka'apor, da aldeia Turuzinho. Também foram ouvidos 6 (seis) indígenas da Associação Ka'apor Tá Hury. Por diversos fatores, atribuímos nomes fictícios aos entrevistados não-indígenas. Já os nomes dos indígenas e das lideranças foram mantidos, pois não se opuseram a isso.

O campo é realizado nas aldeias próximas de Centro Novo, um dos municípios mais afetados pelas invasões, segundo bibliografia e notícias. Além disso, esse território é um dos que mais abrange a TI (observar no mapa da Figura 03), ficando atrás apenas de Nova Olinda. Também realizamos o campo na aldeia Turuzinho, no município de Zé Doca, onde se encontra a sede da Associação dos Ka'apor.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de compreender o contexto histórico de criação e formação da TI, bem como a questão das pressões. Buscamos contextualizar e identificar os agentes territoriais e avaliar os mapeamentos de usos do território para corroborar a análise, com base em dados disponíveis em fontes como o IBGE (2010; 2022), Funai<sup>6</sup> e IMESC (2020; 2024). Além das entrevistas com indígenas, líderes da comunidade e residentes dos municípios que abrangem a TI.

<sup>6</sup> <https://www.gov.br/funai/pt-br>.

Elaboramos uma análise de uso e cobertura da terra, realizada sob um espaço temporal de 32 anos (1990, 2004, 2014, 2023). Para tanto, utilizamos dados de sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento, aliado aos dados do Mapbiomas (2025).

A avaliação das análises de contexto, motivações e usos da terra vão corroborar com a elucidação dos fenômenos diante da perspectiva de relações conflituosas e cenário de pressões que marcam a TI. O Quadro 1 apresenta as características das ferramentas metodológicas e sua validade na pesquisa.

**Quadro 1:** Ferramentas metodológicas e sua utilização

<b>FERRAMENTA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>AÇÃO</b>
<b>Revisão Bibliográfica</b>	É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como em livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (Severino, 2014).	Bases para compreender a TI pesquisada, estudar pesquisas já realizadas, identificar as similaridades de alterações em territórios indígenas e a questão indígena propriamente dita.
<b>Entrevistas semiestruturadas</b>	Combina perguntas fechadas e abertas [...], o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (Minayo, 2009).	Perceber-se o contexto e motivações que promoveram os conflitos em torno da TI pesquisada; localizar os espaços das aldeias, geração de mapa mental que subsidiará a ação anterior e de mapeamento; perceber a relação intraterritorial revelada no contexto das entrevistas.
<b>Mapeamento-Cartografia do território</b>	Consiste em confeccionar mapas que apresentem os locais dos conflitos, através de ferramenta de geoprocessamento.	A partir das bases cartográficas, far-se-á a cartografia do território, discriminando-se os conflitos e materializando-os em mapas, identificando-se os fenômenos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024.

Entende-se que tais ferramentas são imprescindíveis na pesquisa, pois visam fortalecer e estruturar os estudos e os dados coletados, sistematizando e criando condições para que a investigação adquira um caráter científico. Severino (2014) afirma que “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos” (s/p.). Dessa forma, será estabelecida a conexão exata com a ciência geográfica, a qual busca apreender as relações com o meio físico do ambiente, as subjetividades dos sujeitos e a temporalidade marcada em ambos.

Após o replanejamento, realizado no início de 2023, e concluídas as revisões bibliográficas, as primeiras idas a campo ocorreram em dezembro de 2023, nas aldeias de Gurupiúna, Ywera, nos municípios de Zé Doca, Santa Luzia e Centro Novo, sendo finalizadas em março de 2024. Entretanto, não conseguimos repercussão positiva junto ao posto da Funai, apesar de inúmeras tentativas, portanto, não foi possível obter essa perspectiva.

É importante destacar a experiência adquirida com a vivência no campo metodológico realizado na Bahia, com os povos Kiriri e Kaimbé realizada durante uma disciplina ofertada pela UFPE, ministrada pelo professor Dr. Ubiratan Gonçalves. Esse momento possibilitou o reconhecimento das distintas lutas e trouxe uma expressão de recursos a serem utilizados no campo com o povo Ka'apor, no Maranhão. O referido campo (da Bahia), que também incluiu comunidades de fundo e fecho de pasto, permitiu, ainda, conhecer a história e as ruínas da antiga Canudos. Tal experiência se mostrou rica para complementar as metodologias pretendidas para nossa pesquisa.

#### 4 TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU

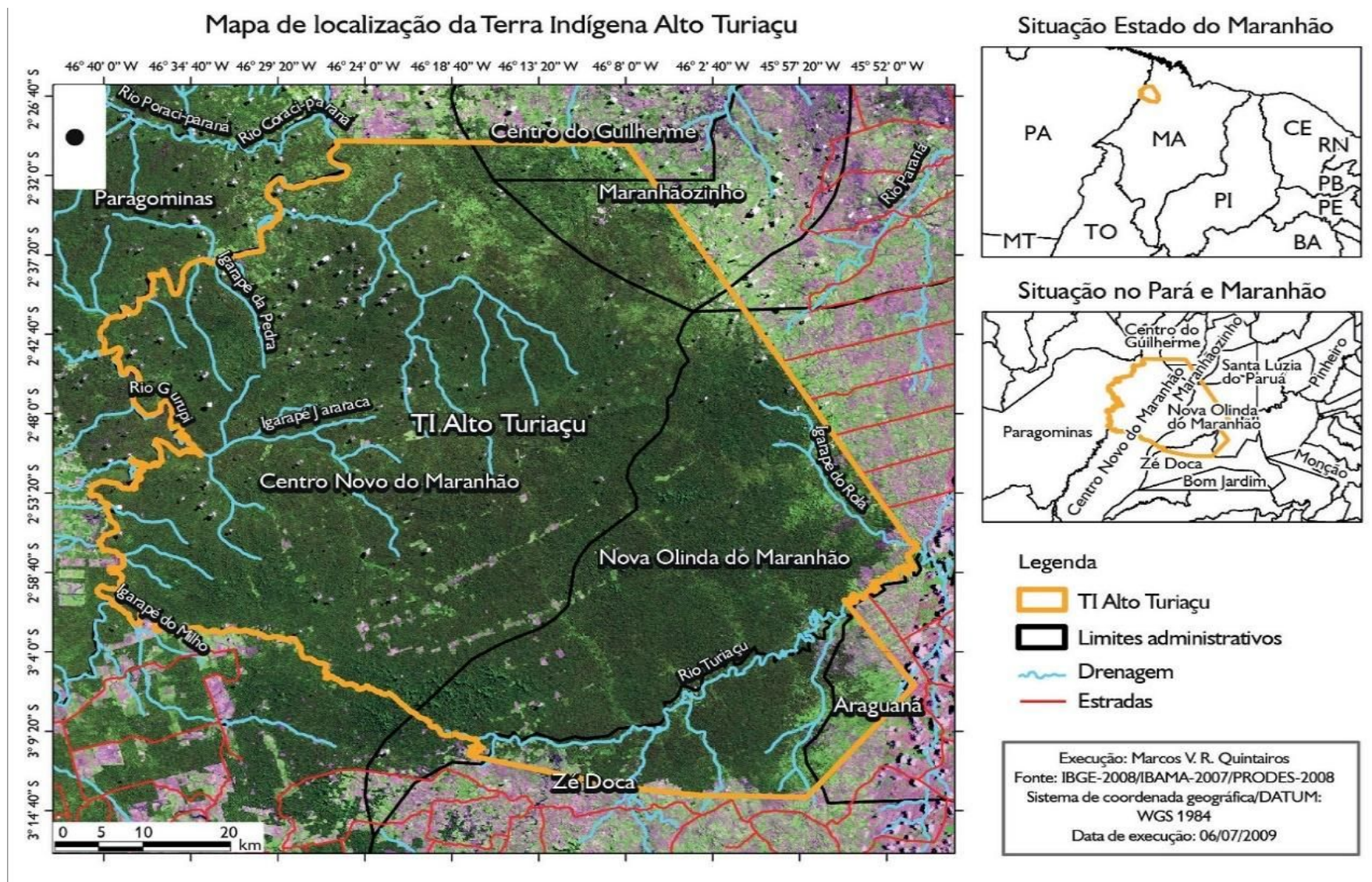
Este capítulo apresenta a Terra Indígena Alto Turiaçu, com informações geográficas, características ambientais e as fases da demarcação do território. Em seguida, discorre sobre o povo Ka'apor, com o qual lidamos diretamente para realizar a presente pesquisa. Além disso, faz referência às dinâmicas do espaço e território, para então adentrar nos conflitos e pressões existentes na TI.

A Terra Indígena Alto Turiaçu foi demarcada em 1978, homologada pelo Decreto n.º 88.002, de 1982, e encontra-se regularizada, contando com uma área de 53.000ha. Três etnias compartilham esse território (Ka'apor, Tembé e Aiwa-Guajá), somando um total de 4,183 pessoas, segundo dados do IBGE (2022). Em seu entorno, localiza-se a Reserva Biológica Gurupi (Rebio), uma UC federal, sendo a única de proteção integral, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Convém ressaltar que, mesmo tendo suas terras homologadas e regularizadas perante a lei brasileira, esses povos continuam sofrendo com variados tipos de pressões.

A Terra Indígena Alto Turiaçu faz parte da Amazônia Legal e está localizada no noroeste do estado do Maranhão, tendo como uma de suas coordenadas o ponto -2.82997, -46.23047. Os municípios maranhenses que adentram a TI Alto Turiaçu são: Centro Novo (58,19%), Centro do Guilherme (6,82%), Maranhãozinho (0,52%), Zé Doca (7,63%), Santa Luzia do Paruá (0,15%), Araguanã (2,17%), Nova Olinda do Maranhão (25,03%), e o município paraense de Paragominas (0,03%); (Figura 03).

**Figura 03:** Mapa de localização da Terra Indígena Alto Turiaçu

**Mapa de localização da Terra Indígena Alto Turiaçu**



Fonte: IBGE, 2022.

A seguir, apresentam-se os quadros 2 e 3, que detalham as fases do processo de demarcação das Terras Indígenas, bem como a situação, área e outras informações das TIs maranhenses:

**Quadro 2:** Processo de demarcação de Terras Indígenas conforme o Decreto n.º 1.775/96

<b>ESTUDO</b>	Fase em que são realizados os estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a identificação e a delimitação da área indígena.
<b>DELIMITAÇÃO</b>	Fase em que os estudos são concluídos e aprovados pela Presidência da Funai, com publicação no Diário Oficial da União e do Estado em que se localiza o objeto sob processo de demarcação.
<b>DECLARAÇÃO</b>	Fase em que o processo é submetido à apreciação do Ministro da Justiça, que decidirá sobre o tema e, caso entenda cabível, declarará os limites e determinará a demarcação física da referida área objeto do procedimento demarcatório, mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.
<b>HOMOLOGAÇÃO</b>	Fase em que ocorre a publicação dos limites materializados e georreferenciados da área, através de Decreto Presidencial, constituindo-se oficialmente como terra indígena.
<b>REGULARIZAÇÃO</b>	Fase em que a Funai auxilia a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), como órgão imobiliário da União, a fazer o registro cartorário da área homologada, nos termos do artigo 246, §2º da Lei n.º 6.015/73.

Fonte: Funai, 2021.

**Quadro 3:** Informações das TI's maranhenses

TERRA INDÍGENA	ETNIA (NOME)	FASE – TI	MODALIDADE	SUPERFÍCIE (ha)	%
ALTO TURIAÇU	KA'APOR	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	530.000	21,64
ARARIBOIA	GUAJÁ	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	413288	16,88
AWA	GUAJÁ	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	116.582	4,76
BACURIZINHO	GUAJÁ	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	82.425	3,37
BACURIZINHO	GUAJÁ	DECLARADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	134.040	5,47

CANA BRAVA/ GUAJAJARA	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	137.330	5,61
CARU	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	172.337	7,04
GERALDA TOCO PRETO	TIMBIRA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	18.506	0,76
GOVERNADOR	TENETEHARA, GAVIÃO PUKOBIÊ	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	41.644	1,70
KANELA	KANELA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	125.212	5,11
KANELA MEMORTUMRÉ	KANELA	DELIMITADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	100.221	4,09
KRIKATI	KRIKATI	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	144.776	5,91
LAGOA COMPRIDA	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	13.198	0,54
MORRO BRANCO	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	49	0,02
PORQUINHOS	KANELA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	79.520	3,25
PORQUINHOS DOS CANELA-APÃNJEKRA	KANELA	DELIMITADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	301.000	12,29
RIO PINDARÉ	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	15.003	0,62
RODEADOR	TENETEHARA	REGULARIZADA	DOMINIAL INDÍGENA	2.319	0,09
URUCU/ JURUÁ	TENETEHARA	REGULARIZADA	TRADICIONALMENTE OCUPADA	12.697	0,52
KRENYÊ	TIMBIRA, KRENYÊ	REGULARIZADA	RESERVA INDÍGENA	8.035	0,34
<b>TOTAL</b>				<b>2.449.046</b>	

Fonte: Funai, 2023.

A tabela abaixo apresenta os dados de área (em km<sup>2</sup>) dos municípios da TI.

**Tabela 1: Área dos municípios inseridos na TI**

MUNICÍPIOS	Área do município (ha)	Área inserida na TI (ha)	% TI do Município
Araguanã	80.519,30	11.527,80	14,32%
Centro Novo do Maranhão	836.979,30	308.738,97	36,89%
Centro do Guilherme	116.784,80	36.205,97	31,00%
Maranhãozinho	76.094,70	2.746,53	3,61%
Nova Olinda do Maranhão	245.261,50	132.800,24	54,15%
Santa Luzia do Paruá	101.048,30	814,00	0,81%
Zé Doca	214.010,90	40.481,38	18,92%
Paragominas	1.934.225,40	142,57	0,01%

Fonte:

Elaborada pela pesquisadora (2024), base no Mapbiomas, (2022).

O clima na região da TI Alto Turiacu é úmido e quente, com estação chuvosa entre os meses de dezembro e julho, e estação seca que se inicia no mês de agosto até novembro. Uma média pluviométrica de 2.000 (dois mil) a 2.500 (dois mil e quinhentos) mm por ano. A temperatura média anual varia entre 26 °C e 32 °C (Navarro, 2018). A altitude máxima é de 250 (duzentos e cinquenta) metros, onde se localizam as nascentes dos rios Gurupi e do rio Maracaçumé que circundam a TI, com seus afluentes. Suas principais bacias hidrográficas são o Gurupi e o Maracaçumé (ABRH, 2017; ZEE- MA, 2019).

Sua cobertura vegetal é a floresta ombrófila densa, seu bioma é o amazônico, onde se encontram árvores como o Breu (*Protium spp.*), Andiroba (*Carapa guianensis*), Pau Cachimbo (*Mabea Caudata*), Pente de macaco (*Apeiba spp.*), Bacaba (*Oenocarpus disticha*), Toari (*Cauratari spp.*) e Matá-matá (*Eschweilera coriácea*).

Nas vegetações mais recentes, sobrepostas as antigas capoeiras, têm árvores como Taperebá (*Spondias mombin*), Tucumã (*Astrocaryum vulgare*), Abiu (*Poteria spp.*), Inajá (*Attalea regia*), Babaçu (*Attalea speciosa*), Jatobá (*Hymenaea spp.*), conta ainda com floresta alagável, formação campestre, campo alagado e área pantanosa, segundo dados do Mapbiomas (2022). Esses fatores possibilitam o crescimento de árvores como o Açaí (*Euterpe oleracea*), Marajá (*Bactris spp.*), Embaúba (*Cecropia spp.*) e Sumaumeira (*Ceiba pentandra*).

A fauna que já foi rica em espécies segue com um número cada vez menor, e a pressão sobre esse ecossistema define que os animais sejam cada vez mais arredios. Situação que dificulta a caça por parte da população indígena na TI, e também podemos explicitar que a comunhão com a floresta é afetada, uma vez que os espíritos celestes tomam forma animal ou vegetal como extensão terrena, assim a escassez desses animais interfere na conexão com os espíritos, ou seja, interfere tanto na segurança alimentar, como na identidade com a terra, suas crenças, sua cultura e seus saberes.

Entre os animais que fazem parte dessa região estão o macaco Cuxiú-preto (*Chiropotes satanas*) e macaco Caiarara (*Cebus kaaporí*), este é dos primatas mais ameaçados de extinção. Além disso, é possível encontrar o Veado-mateiro (*Mazama americana*), Capelão (*Alouatta ululata*), Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), Onça-pintada (*Panthera onca*) e Ararajuba (*Guaruba guarouba*). Além disso, os animais são pertencentes a lista oficial de espécies em extinção do Maranhão, elaborado pelo Sema, o que os levam a ter proteção integral, sendo proibida a captura, transporte, comercialização e outros tipos de privação do seu ambiente natural. A seguir tabela com classificação de categorias de risco, onde Criticamente em Perigo (CR), Vulnerável (VU) e Em Perigo (EN) corresponde as categorias definidas pela resolução Consema nº 82, de 5/05/2025<sup>7</sup>.

**Tabela 2:** Espécies de animais da Amazônia-maranhense ameaçados.

ESPÉCIE	NOME COMUM	CATEGORIA
<i>Panthera onca</i>	Onça-pintada	EM
<i>Alouatta ululata</i>	Capelão	EM
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá-bandeira	EM
<i>Chiropotes satanas</i>	Cuxiú-preto	EM
<i>Cebus kaaporí</i>	Caiarara	CR
<i>Guaruba guarouba</i>	Ararajuba	EM
<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	VU

Fonte: elaboração própria com dados do CONSEMA, 2025.

<sup>7</sup> Lista Oficial de Espécies da Fauna de Vertebrados Ameaçadas de Extinção do Maranhão. Publicação do SEMA, no Diário Oficial, Disponível em:

Esses são alguns, de tantos outros que seguem vulneráveis a constante exploração do seu ambiente.

#### 4.1 Povo Ka'apor

Ka'apor, como se autoidentificam como os povos que habitam a TI Alto Turiaçu, região que fica no oeste do Maranhão, na Amazônia oriental. São agricultores, caçadores e exímios artesãos, reconhecidos pelos belos artefatos confeccionados com penas e plumas, além de demonstrarem habilidade na arte da produção de flechas e adornos. Ka'apor significa “morador da mata”, sendo ‘kaa’ = mata e ‘por’ = morador.

Durante sua convivência com os Ka'apor, Darcy Ribeiro registrou a autoidentificação do capitão Kaaró, que atribuía ao grupo a denominação Ka'apor Xirikitã. O termo 'Xirikitã' foi interpretado como uma derivação de 'cristão', levando Ribeiro (1996) a questionar se tal nomenclatura não seria um resquício do contato histórico com missões jesuíticas. Dessa forma, na acepção expressa pelo indígena em 1950, o povo seria definido simultaneamente como habitante da mata e como cristão.

Esse cenário sugere que muitos indígenas foram compelidos a adotar identidades genéricas, como as de 'caboclos' ou 'cristãos', como mecanismo de preservação diante da violência colonial. Tal processo de camuflagem étnica relaciona-se à necessidade imperativa de salvaguardar a vida do grupo, que se encontrava em acelerado declínio demográfico e sob a pressão de um contato iminente e hostil. Nesse sentido, a incorporação do termo 'cristão' pode ser interpretada como uma estratégia de sobrevivência política, visando mitigar a estigmatização do grupo enquanto povo 'guerreiro' e evitar o extermínio sistemático que caracterizava o período.

O que se conta, por seguinte, é que os xamãs (pajés) do povo Ka'apor já não existiriam, pois teriam sido mortos por um dilúvio cósmico. Assim, a figura dos xamãs seria evocada atualmente, apenas para demonstrar como vencer as dificuldades como a fome e as doenças.

Entretanto, Camarinha (2019), refuta a ideia de que o xamanismo deixou de existir entre os Ka'apor, sendo algo ainda recorrente com rituais de cura com músicas e danças evocativas. Segundo o autor:

Em meio aos Ka'apor, os cantos de invocação fazem parte de um complexo de elementos da ação xamânica, os quais são importantes ressaltar. Este tipo de evento é noturno, em razão de melhor alcance visual dos intervenientes não humanos, através do pajé, onde a ausência de luz facilita sua interação com os agentes que o nosso espectro visual não abarca. (Camarinha, 2019, p. 91).

Nesse sentido, a vida na floresta seria regida por diversas divindades, onde os Ijar seriam os donos de toda vida, atribuindo aos animais o papel de pajé, e conferindo-lhes proteção. Assim, na cosmologia Ka'apor, os seres da floresta, as plantas, as árvores, todos seriam pajés, chamados de Tupiwar e desempenham papel importante no xamanismo. Esses Tupiwar ajudam os pajés humanos a trilhar o caminho de encontro com os Ijar por meio de ritos musicais. Eles são regidos por donos ou mestres, sendo o Gavião (Yapucani), Mãe d'água, Cobra grandes (Yriwar, maju kunhã) ou Curupira (Kurupi, dono da mata), entre outros.

Sobre a cosmologia Ka'apor, Maíra ou Mair, seria o criador de tudo. Uma divindade que se assemelha aos humanos, haja vista que se casara três vezes, tivera filho; Maíra quase não fazia nada, apenas ordenava e tudo trabalhava para ele.

“Naquele tempo só tinha os Ka'apor e os *Karaíwa*, (brancos), depois é que Maíra fez os outros. Aos Guajá, ele fez depois, não ensinou nada, por isso estão no mato e só comem coco.” (Ribeiro, 1996, p. 35). Antes, Maíra tinha contato com sua criação, porém, depois sua morada seria inacessível, ficando para o sul depois de um segundo grande rio.

Percebe-se que em sua narrativa de criação, os Ka'apor e os brancos eram os únicos criados por Maíra no princípio. O ser divino cortava pedaços pequenos de pau, jogava no rio criado por ele, quando os paus boiavam, viravam pessoas, ou seja, Ka'apor e *Karaíwa*, o primeiro feito de pau d'arco (*tadyki*), o segundo de sumaúma (*axingí*), e os Guajá seriam feitos de pau podre. Todos desejavam nadar para o lado de Maíra, porém eram impedidos pela divindade, fazendo-os ir para o outro lado do rio.

Um dia, Maíra cria a primeira mulher e faz nela um filho, Maíra-mirim, que guiaria a mãe até o seu encontro. Porém, no caminho a mulher encontra com Mucura que lhe faz mais um filho, então carrega as duas crianças na barriga até seu trágico encontro com as onças que lhe matam e descobrem os curumizinhos quando

lhes arrancam o couro da barriga. As crianças então são criadas por uma velha onça que desiste de comê-las.

As crianças crescem mais rápido que o normal, e em quatro dias já aparentavam ter mais de dez anos. Maíra-mirim dispunha de poderes, criando rios, animais, como peixes, jacarés, cobra, e a fruta pequiá. Já crescidos, os irmãos decidem vingar a morte da mãe, matando as onças. Depois partiram em busca do pai. Andaram e acharam a morada de Maíra que já sabia que o filho estava por perto, pois as águas do rio haviam subido.

A mulher de Maíra o questiona sobre esses filhos. Ele tenta descobrir qual o verdadeiro filho, pois sabia que tinha apenas um; depois tenta matar o filho de Mucura, porém, Maíra-mirim sempre salva o irmão das investidas do pai. De tantas tentativas, um dia Maíra consegue dar cabo do filho de Mucura, o que deixa Maíra-mirim zangado e vai embora gritando com o pai.

Maíra-mirim para no rio Maracaçumé, coloca uma pedra grande no meio do rio e faz morada em um buraco nela. Depois sobe o rio Gurupi e cria diversas pedras do rio, encontra uma onça, mas não consegue matar o animal, essa deixa um grande rastro em uma pedra do rio. Por fim, ainda zangado com o pai, exige que este vá embora. Ambos vão para o céu, o pai acima, e filho mais abaixo, impedindo que o pai mande fogo sobre a terra.

## **4.2 Língua e cultura Ka'apor**

A identidade dos Ka'apor é intrinsecamente ligada à sua herança linguística, que se manifesta de forma plural e adaptativa. Conforme relata Iracadjú Ka'apor (2024), a língua falada pelo grupo integra a família Tupi-Guarani, pertencente ao tronco Tupi. Para além da oralidade, destaca-se a existência de uma língua de sinais própria, desenvolvida organicamente pela comunidade em resposta à expressiva incidência de indivíduos surdos entre seus membros, o que configura um traço singular de inclusão e vitalidade cultural.

Um fato curioso sobre essa língua, que foi objeto de alguns estudos – como o capítulo do livro “A língua de sinais Ka'apor”, de Ferreira (1995 [2010]), e as pesquisas de Ferreira e Siqueira (1985), que a comparam à Libras –, é a ausência de sinais para cores específicas. Como aponta Godói e Silva (2022, s. n.): “observo que, embora a designação de cores específicas esteja ausente na língua de sinais

Ka'apor e na lista de categorias elementares da linguagem, a reflexão sobre o cromatismo não está ausente no pensamento mítico do povo Ka'apor”.

Sua cultura é passada por tradição oral, eles conversam na língua tupi Ka'apor e detêm um profundo conhecimento da fauna e flora. As mulheres possuem um papel de destaque, tanto nas tomadas de decisões quanto nas cerimônias realizadas. Um exemplo pertinente é a Festa do Cauim, em que há rituais que celebram o batizado das crianças, a passagem para mocidade dos jovens, os casamentos. Além disso, nessa festividade os membros da comunidade trabalham na busca das sementes e na confecção dos adornos, como colares, brincos, amuletos para as festas e rituais, produzidos a partir sementes e ossos de animais como a paca e a cutia.

Dentre os preparativos conduzidos pelos anfitriões, destaca-se a produção do Cauim, bebida obtida a partir da fermentação do suco de caju. O processo de elaboração é regido por protocolos rituais específicos, sendo o consumo estritamente vinculado a essas ocasiões cerimoniais. Essa centralidade simbólica justifica a própria denominação do evento como 'Festa do Cauim', evidenciando a relação entre a prática alimentar e a celebração cultural.

Os Ka'apor são artistas hábeis nas confecções de adornos, feitos de plumárias coloridas, tendo variadas funções ritualísticas e de embelezamento, além de servirem como expressão identitária e de comunhão social. Sobre essa arte, Ribeiro destaca:

seus arcos e flechas, pela perfeição técnica e pelo acabamento apurado e a beleza em si mesmos, são obras-primas somente comparáveis à plumaria. Esta supera visivelmente, porque também se assenta numa técnica apuradíssima e porque atende ainda mais sua vontade de beleza (1996, p.206).

Seus artefatos estão espalhados em diversos museus pelo mundo, porém o mais importante é a maneira como seguem utilizando tais práticas e repassando seus conhecimentos às novas gerações. Um dos principais, senão o principal elemento simbólico do povo Ka'apor, é o cocar, que representa a cultura, o conhecimento, a organização, a cosmologia e a união.

Dessa maneira, esse povo utiliza da figura do cocar para representar seu calendário (Figura 04), de maneira que as penas representam o que seriam os meses para nossa sociedade. O cocar também é representativo da identidade



*Kukui rahã* (tempo da fruta da Maçaranduba); *Heta e horo rahã* (tempo do sete-estrela, muita chuva); *Warary Haku Ramã* (tempo do sol); *Jaxi ipê u'ar rahã* (tempo do jabuti na água); *Ka'a Ngã wyrok rahã* (tempo da roça); *Tajy putyr rahã* (tempo da flor do ypê); *Akaju Pirã rahã* (tempo do caju); *Tayn Hupir rahã* (tempo do batizado); *Warary Haku Ramã* (tempo do verão); *Mangwa je'e rahã* (tempo do sapo); *Aman ar Pyta rahã* (tempo da chuva).

### 4.3 Dinâmicas espaciais e territoriais

Sobre a ocupação no oeste maranhense, cabe ressaltar que não seguiu um desenvolvimento linear. As ocupações das terras ocorreram, principalmente, por um movimento espontâneo de lavradores maranhenses. Essa porção de área do território (precisamente na parte oeste, onde encontra-se a TI) constituiu, de forma materialista, a franja pioneira: uma frente de ocupação e povoamento marcada pela ocupação de forças marginais, perante as quais o Estado não exercia controle.

Posteriormente, no entanto, o próprio Estado incentivou a colonização de terras devolutas com políticas e projetos para a construção de estradas, como a BR 010, popularmente chamada de Belém-Brasília. Assim, onde já existiam vilas, povoados e os famosos “centros” de fulano, houve expansão, o que resultou em um maior confinamento dos indígenas ao interior da TI – movimento que se inverteu, de modo que, hoje, as aldeias se localizam justamente nas bordas da TI.

Essa proximidade/abrangência dos municípios em relação à TI, pode dar um indicativo dos complexos fenômenos e dinâmicas a que estão sujeitos os povos que vivem nesta região. Desde muito antes da ocupação dessas terras por agentes diversos, como caboclos, quilombolas e agentes da SUDAM, os povos tradicionais já sofriam com doenças trazidas pelos não indígenas que adentravam a floresta.

Essas doenças acarretaram uma diminuição drástica da população das TIs, o que levou a crer-se, à época, que esses povos não resistiriam por muito tempo. A vasta e rica obra de Darcy Ribeiro, “Diários Índios”, na qual relata suas viagens e convivência com diversos indígenas nessa região que hoje compreende a TI Alto Turiaçu, já indicava as vivências conflituosas, a exemplo das tentativas de “pacificação” e a “integração” à pátria pelo SPI, (Ribeiro, 1996).

Algumas doenças, como o sarampo, que causaram o fim de muitos indígenas Ka’apor, Tembé e tantos outros nessa região, doravante a força e resistência física de alguns, levou a prevalecer o povo Ka’apor. Nas terras indígenas situações de conflitos internos, entre os povos e pressões existem (López-Garcés et al., 2015), bem como fora dela, de formas materiais e imateriais.

Discutir sobre temas como conflitos sociais que também envolvem território, a terra e o espaço, uma tarefa que a Geografia tem dado conta, principalmente na Geografia Agrária. Entretanto, conflitos que circundam os povos indígenas e as

comunidades adjacentes às suas terras têm sido pleiteados recentemente e vêm ganhando fôlego nos últimos trinta anos até a contemporaneidade.

Anteriormente, tais assuntos eram mais estudados por antropólogos. Todavia, a conexão e inter-relação espaço-homem reiteram a importância de tais estudos pelos geógrafos, uma vez que envolvem mais do que o espaço geográfico, sendo “constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 142), abrangendo os domínios e vivências sobre o território e a terra.

Portanto, o passo singular de tratar de tais fenômenos é tão importante e necessário, tendo em vista as diversas/complexas relações que se estabelecem atualmente entre os indígenas e não indígenas. Para além disso, buscar destacar as facetas dos conflitos não se restringe à luta pela terra.

Silva e Gonçalves destacam que:

Os conflitos territoriais indígenas englobam, além da luta pelo direito à reprodução de suas culturas e crenças, problemáticas que envolvem as questões ambientais, sociais e políticas das quais são sujeitos. Compreender as reivindicações dos povos tradicionais, como uma luta que não se restringe apenas a terra é um primeiro passo para a compreensão de sua realidade social (Silva; Gonçalves, 2017, p. 174).

Dessa forma, os escassos estudos geográficos que abordam a temática indígena denotam as lutas em torno do território, seja pela manutenção, retomada ou mesmo reconstrução, envolvendo a terra e as florestas, mas também a identidade e afirmação de direitos.

A experiência do trabalho de campo e o contato direto com as comunidades provocam uma necessária confrontação com as narrativas históricas ensinadas no ambiente escolar. Observa-se um descompasso significativo entre a realidade vivenciada nas aldeias e as representações estereotipadas frequentemente presentes em livros didáticos, que tendem a simplificar a complexidade da vida indígena no país. Esse contraste evidencia as lacunas pedagógicas no que diz respeito ao ensino sobre as populações originárias.

A análise da realidade indígena revela uma lacuna profunda no conhecimento coletivo da sociedade nacional, evidenciando o distanciamento entre a cidadania urbana e a pluralidade das trajetórias históricas dos povos originários. Esse desconhecimento não é fortuito, mas reflete uma estrutura educacional que prioriza

saberes eurocêntricos — como o ensino sistemático de línguas estrangeiras — em detrimento da rica herança linguística local, a exemplo do tronco Tupi. Tal configuração resulta não apenas na desvalorização dos costumes tradicionais, mas também na manutenção de discursos preconceituosos e discriminatórios que permeiam o imaginário social.

As técnicas e os mecanismos desenvolvidos por algumas sociedades, bem como seus desdobramentos, realmente se sobressaíram. No entanto, é tempo de perceber que isso não as torna melhores. Na realidade, essas sociedades são ardilosas, pois visam o poder em todas as esferas – algo profundamente triste, porque ao desconsiderar a riqueza de culturas e origens diversas, nos distanciamos da essência humana e, por vezes, corrobora com mais conflitos.

No Brasil, os atritos referentes a direitos territoriais, no ano de 2023, somaram 150 casos, gerando violência e variados tipos de pressões – é o que atesta o relatório do Cimi (2023):

A maioria dos registros envolve comunidades em contexto de luta pela terra, em muitos casos há vários anos. Muitos destes conflitos envolveram pressão, assédio e intimidações, e alguns deles chegaram a resultar em ataques armados e violência direta contra comunidades indígenas. (Cimi, 2023, p. 63)

O Maranhão é um dos estados que mais registra disputas fundiárias, uma vez que “conflitos de diversas ordens de grandeza são registrados em todo o território, colocando o Maranhão como o estado com os maiores números de conflitos por terra do Brasil” (Sodré; Junior, 2016, n/p.). Desse modo, o território continua sendo objeto de demanda de expansão do poder e domínio, ou seja, de controle.

A lógica se mantém semelhante à do passado, posto que, atualmente, tais controles se concentram nas mãos de quem mais investe e, por isso, é quem mais domina e espolia. Os conflitos fundiários são muito comuns, impulsionados por grandes investidores, setores estatais e privados, e até países que investem em incentivos para a agropecuária e outros empreendimentos, alimentando políticas desenvolvimentistas e colonialistas.

O próprio Estado, alinhado aos interesses do capital, os intensifica. Como afirmam Silva e Gonçalves (2023):

[...] aumento dos conflitos e omissão intencional do Estado em relação às demandas do movimento indígena, corrobora [...], a guerra declarada desde o período colonial através de uma disputa territorial permanente, fomentada pelo Estado e o capital contra os povos originários. (Silva e Gonçalves, 2023, n/p.)

Evidencia-se que as lutas e os conflitos têm desempenhado papel fundamental na transformação sociedades historicamente dominadas, pois são trajetórias capazes de provocar mudanças significativas e abrir oportunidades. Como afirma Porto-Gonçalves (2003):

[...] as possibilidades de superação das enormes desigualdades sociais que marcam a América Latina só terão oportunidade de ser consistentes se, de fato, forem capazes de incorporar o próprio conflito enquanto dimensão instituinte da vida social e, assim, oferecer a oportunidade para que novos protagonistas se façam presentes na vida política. (Porto-Gonçalves, 2003, p. 146)

Os conflitos gerados partem da ordem econômica, por dominação e controle das terras, bem como dos recursos que elas detêm. Mas, para além desses conflitos, outros tantos são gerados, em grande parte, por fatores econômicos, mas, por outro lado, também por defesa da terra, da identidade e da vida. Nesse contexto, muitos indígenas deram a vida para salvaguardar essas terras. Quantos empresários deram suas vidas para salvar alguma terra ou algum ambiente ameaçado?

As disputas fundiárias geram muitos conflitos, algumas dessas disputas partem da lógica econômica de apropriação. A lógica capitalista vê valor comercial em tudo, sendo que “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (Quijano, 2005, s.n.), produzindo a perda de sentido no que realmente é de valor: as vidas – seja humana, animal e de Gaia.

O pensamento essencialmente cultivado pelas sociedades que historicamente adotam tal lógica se desprende, obviamente, da defesa da coletividade, priorizando o individualismo, os domínios e o consumismo. Por sua vez, os povos indígenas sofrem os impactos dessa lógica dominante e, muitas vezes, são contrários a esses aspectos, objetivando proteger o que lhes é sagrado em suas culturas e na sua essência, como a própria floresta.

Muitos são os casos e problemas complexos que ditam o espaço, a exemplo disso, destacamos as mudanças das aldeias: as frequentes trocas e criação de

novas aldeias ocorreram, em grande parte, pela pressão frente à retirada ilegal de madeira, obrigando-os a buscar alternativas de proteção. Assim, foram se estabelecendo em bases e áreas de proteção em todo o limite leste e sul da aldeia, como esta pesquisa evidencia.

Formaram então, 07 (sete) áreas de proteção, sendo elas: Gurupiuna, *Inajatyrenda*, *Ywy Āhurenda*, *Ipa Hurenda*, *Jaxi Puxirenda*, *Tucumã*, *Tawaxirenda*; e 13 (quatorze) bases, sendo estas: Sitio Novo, Araçatiwa, *Xiepinurenda*, *Parakuyrenda*, Turuzinho, Bacurizeiro, Zé Gurupi, Kumaru, Piquizeiro, Capitão Mirá, *Ximborenda*, *Myra Wirenda* e *Axiguerenda*.

Diante da insuficiência de políticas públicas de fiscalização, os próprios indígenas estruturaram estratégias autônomas de monitoramento territorial. Um exemplo central é o grupo 'Guardiões da Floresta', inspirado na experiência dos Guajajaras, que mobiliza a comunidade para a proteção direta de suas terras. Essa iniciativa emerge como uma resposta à negligência estatal, conforme relata um jovem Ka'apor ao descrever a ausência de suporte externo: "foi um tempo difícil, os jovens ajudam na proteção, nunca teve ajuda de fora pra combater os madeireiros".

Apesar do empenho dos povos originários em desmistificar a imagem do indígena enquanto sujeito estático e limitado a territórios impostos, a realidade contemporânea impõe desafios severos à sua autonomia. Esses grupos enfrentam pressões multifacetadas para a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que lidam com o questionamento de suas identidades devido ao uso de tecnologias e bens da sociedade moderna. Tais fatores externos, somados às tensões provocadas pelo contato sistemático, acabam por catalisar processos de desarticulação e distanciamentos internos nas comunidades.

Ademais, os territórios indígenas sofrem ainda mais pressões por conta da apropriação desenfreada dos recursos da terra e dos abusos de poder e consumo. De acordo com Baniwa "o incremento abusivo da produtividade da terra para a exportação e a industrialização está resultando em profunda deterioração da vida humana no campo, além de acirrar os conflitos agrários e fundiários" (Baniwa, 2006, p. 100).

Muito disso está na base da lógica de concentração de riquezas e da retirada ilegal dos recursos naturais, considerados necessários para manter o sistema. No entanto, esse mesmo sistema acaba gerando vários tipos de problemas. Como atesta Fernandes (2004):

A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos (Fernandes, 2004, p.26).

Tais lógicas do neoliberalismo resultam em contrastes sociais gritantes, gerando ainda mais conflitos. O supracitado autor indígena argumenta que: “Vivemos na atualidade um brusco e irracional aumento da exploração dos recursos naturais, resultado da influência das políticas neoliberais que ampliam os problemas locais e globais relacionados com a degradação do meio ambiente” (Baniwa, 2006, p. 100).

Ainda que muitos conflitos estejam atrelados ao contexto desigual social e cultural, o “conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (Pasquino, 1998, p. 225). Há um emaranhado de situações e conexões que se interpõem nessas diversas interações, gerando divergências e, sendo utilizadas como mola de preconceitos e estereótipos.

Um exemplo de problema está nas tentativas de atribuir aos conflitos sociais um caráter essencialista, como se tivessem princípios ou fins em si mesmo, que partem da diferença entre os grupos e comunidades. Esse tipo de interpretação é comumente aceito em discursos que viabilizam formas de preconceito e atribui ao indígena a dificuldade ou diferença de contato e cultura – discurso comum dos munícipes. Entretanto, tais divergências não serão abordadas nesta pesquisa, tanto por não estarem no planejamento quanto pela necessidade de aprofundamento.

Ainda assim, se faz importante destacar que tais diferenças são reais, posto que são muitos e distintos os povos indígenas, sendo que “a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual” (Baniwa, 2006, p. 31). Vale lembrar, no entanto, que o mundo é repleto de sociedades distintas, com seus costumes, tradições e culturas diversas, as quais devem ser respeitadas e apreciadas.

Ao analisar as sementes dos conflitos, compreende-se que eles são recorrentes na história das relações sociais, e “as contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos gerando conflitualidades” (Fernandes, 2008, p. 203). Entretanto, também são molas que impulsionam mudanças significativas, principalmente se referindo aos movimentos pela terra e aos que buscam contrapor os ditames da sociedade hegemônica colonialista.

Nesse contexto, temos os grupos e movimentos que resistem em várias esferas e realidades, a exemplo das lideranças comunitárias e indígenas, que ressignificam a busca por direitos e uma sociedade mais justa:

A partir del rescate de la identidad, de la recuperación y defensa de la cultura, del fortalecimiento de la lucha por los derechos humanos individuales y colectivos, así como de la generación de nuevas formas democráticas de participación en los asuntos públicos, se han encontrado las maneras de resistir y de sembrar alternativas a la matriz dominante. [...] este enfoque es fundamental para entender actualmente a los movimientos sociales, los nuevos conflictos (Gándara, 2003, p. 49)<sup>8</sup>.

Muitas vezes, as comunidades indígenas e sua luta se refletem pela terra, no território, mas também por seus direitos, inclusive o de afirmação de suas culturas, identidades, autonomia e participação nas tomadas de decisões. Ainda que muitas dessas decisões, como dito anteriormente, são impostas de cima para baixo, sem que haja, de fato, participação dos agentes locais.

O quantitativo consideravelmente reduzido, a perda dos territórios e o fluxo migratório dos povos originários no Brasil, são consequências de variados tipos de pressões, como afirma Sepúlveda *et al.* (2021):

As desterritorializações dos povos originários decorreram, de um violento processo de ordenamento territorial, estatal e moderno-colonial, que na perspectiva dos indígenas resultou no desordenamento dos seus territórios pela redução, fragmentação, confinamento e até a perda territorial (Sepúlveda; Arruzzo; Guerra, 2021, p. 02).

No contexto de perdas, os povos que resistiram continuam sua expressiva luta contra contínuos desrespeitos, como também pela manutenção da vida, posto que tais lutas se misturam: “a luta histórica pela terra índia, confunde-se com a luta

<sup>8</sup> Tradução: a partir do resgate da identidade, da recuperação e defesa da cultura, do fortalecimento da luta pelos direitos humanos individuais e coletivos, bem como da geração de novas formas democráticas de participação nos assuntos públicos, foram encontradas formas de resistir e semear alternativas à matriz dominante [...] esta abordagem é fundamental para compreender os movimentos sociais e os novos conflitos hoje (Gándara, 2003, p. 49).

igualmente histórica pela sobrevivência índia” (Oliveira, 1994, p. 56). Essa realidade se evidencia também atualmente, com a perda de vidas indígenas em lutas pela terra e sua proteção.

Portanto, os conflitos são complexos e possuem duas faces, de um lado: as comunidades tradicionais, camponeses, povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco, caiçaras, sem-terra etc.; e do outro: os empresários, agropecuaristas, famílias políticas, Estado, Bancos e Instituições estrangeiras.

Refletir sobre os conflitos também denota que “convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” (Fernandes, 2008, p. 197). Trata-se, portanto, de partir de um caminho que expõe os fatos sobre as territorialidades e as regras do sistema que devem ser seguidas para se manter o controle. “Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram” (Fernandes, 2004, p. 02).

Faz-se necessário quebrar os ditames do mundo moderno com suas imposições, buscando novas formas de pensar e ver o mundo:

Para quem pensa o mundo numa perspectiva emancipatória e a partir da América, sobretudo da América negra, indígena e mestiça e dos segmentos excluídos da riqueza, mas não das relações de dominação e produção, é fundamental compreender esse caráter colonialmoderno do sistema mundo [...] (Quijano, ano *apud*. Gonçalves, 2017, p. 200).

Por isso que ressaltar as diferentes lutas e resistências frente às pressões, bem como os territórios disputados – sendo estes organizados por políticas que integram um modelo gerador de conflitos – é essencial. A situação na TI Alto Turiaçu segue um padrão de crimes ambientais e violências, conforme registros do Ibama, ICMbio, Polícia Federal, Ministério Público, e Força Federal (Celentano, 2018).

A imersão em uma temática de tamanha relevância social suscita uma análise ambivalente, marcada pela satisfação do rigor científico e pela preocupação com as garantias fundamentais. Planejar um futuro que assegure o respeito aos direitos das novas gerações indígenas torna-se um desafio diante de um cenário global cada vez mais tecnocrático e alheio às realidades tradicionais. Essa conjuntura é agravada pela instabilidade política e pela possibilidade de gestões governamentais que

negligenciem a vida e a luta originária, levantando questões cruciais sobre a sustentabilidade da resistência desses povos a longo prazo.

A superficialidade das coisas e das relações, aliada ao padrão capitalista que define valor nas ações e nas pessoas, é um fator determinante no distanciamento das realidades e, por vezes, fez emergir um cenário desfavorável, tanto à conservação da natureza quanto à vida tradicional dos indígenas.

O progresso, no que tange o desenvolvimento econômico, tem levado à transformação. No entanto, muitas dessas transformações desconsideram a natureza, submetendo-se à lógica econômica e à exploração dos recursos naturais, principalmente nas regiões amazônicas. Assim como é pontuado:

De uma forma geral, os programas de desenvolvimento [...], não se diferenciou muito das primeiras tentativas de incorporação da Amazônia à economia capitalista, e continua enxergando uma região como um vazio demográfico e serviço de recursos do país. [...] As políticas territoriais responsáveis pela incorporação desta porção do território tiveram graves efeitos sobre o ecossistema amazônico e sobre as populações nele residentes. As perdas florestais foram fortemente intensificadas em relação ao período anterior à década de 1970, chegando hoje a aproximadamente 15% da área originalmente florestada. A promoção de infraestrutura na região favoreceu a proliferação de atividades econômicas que exigem grande alteração do ecossistema, como a mineração, extração de madeira, o cultivo de grãos e a pecuária (reconhecida como a principal causa do desmatamento na região) (Quintslr, 2009, p. 58).

Tais programas, decerto, retornarão cada vez mais fortes, enfrentando entraves nas formas de conservação da natureza e, conseqüentemente, dos costumes da vida indígena. Embora o leque de discursos tenha se ampliado, com as populações que outrora eram desconsideradas reivindicando sua participação e direitos, sabe-se que a política é baseada em contextos e discursos que as ignoram.

Esse cenário evoca um conflito de discursos, inclusive sobre conceitos. O próprio significado de “natureza” é discutido. Alguns países já se mostram adiantados, a exemplo do Equador, que considera a natureza como sujeito de direitos, reconhecido inclusive em sua Constituição. Porto-Gonçalves (2005) atesta:

[...] conflito básico envolvendo matrizes de racionalidade distintas, enfim, de diferentes culturas com suas formas e seus modos de apropriação da natureza simbólica-materialmente diferentes. Não só a questão de a quem a natureza pertence está posta, como também diferentes concepções do que seja a natureza estão em conflito. Não só a questão de quem se apropria, mas também de diferentes modos de apropriar-se material e simbolicamente da natureza (Porto-Gonçalves, 2005, p. 164).

O autor destaca que o palco ambiental e social é marcado por conflitos que partem de definições e apropriações complexas e contraditórias, protagonizados pelos mais variados agentes. No Brasil, a realidade é realmente complexa e se torna ainda mais contraditória: embora parte do discurso sobre a TI se configure no discurso preservacionista, predomina a razão economicista, com viés desenvolvimentista, em disputa/conflito com a razão socioambiental.

Soma-se a isso o discurso mercantilista da natureza, expresso como uma “economia verde”. Assim, os conflitos e discursos são muitos, envoltos em um constante desenvolvimento.

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (Fernandes, 2004, p. 06).

Notadamente essa região tem possibilitado as extrações e conversão das florestas em pastagens ao longo das décadas. Além disso, tem aumentado a monocultura de soja, onde a mesma representa “sobretudo, uma tecnologia de poder na medida em que, necessariamente, é uma produção que visa atender às necessidades não de quem produz, mas a terceiros, inclusive a um mercado distante” (Porto-Gonçalves; Leão, 2019, p. 719).

Uma situação que carrega consigo inúmeras problemáticas, haja vista que a agricultura extensiva se dá na falta de florestas e, por vezes, contempla atores distantes. Historicamente, esse processo se deu de forma violenta no campo, envolvida na degradação em múltiplos sentidos. Conforme pontuado:

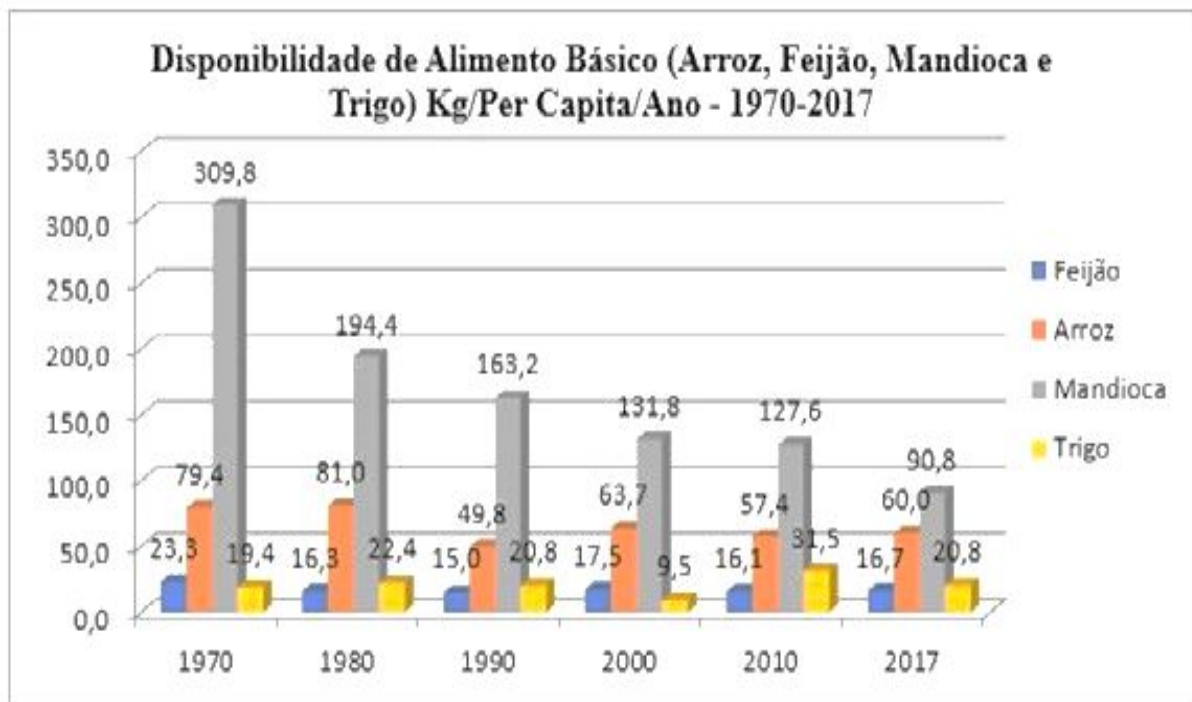
Sabemos o quanto a expansão da área cultivada para produzir mais, para exportar mais, derrubava as matas que não eram vazios demográficos, mas sim ocupadas. Assim, matar e desmatar são marcas da violência contra a vida humana e não-humana. Enfim, etnocídio, ecocídio e também epistemicídio haja vista que não reconhece os saberes dos outros, inclusive saberes plasmados desde tempos imemoriais (Porto-Gonçalves; Leão, 2019, p. 721).

Ao ampliar a análise para o contexto da Amazônia Legal, região na qual o Maranhão se integra, observa-se que as políticas estaduais frequentemente alinham-se aos interesses do agronegócio. Tal alinhamento manifesta-se na concessão de certificações a empresas sob o rótulo da sustentabilidade, embora tais mecanismos ocultem processos de degradação socioambiental. Nessas estruturas, a destruição de ecossistemas é transmutada em medidas compensatórias de caráter meramente financeiro, as quais se mostram insuficientes para mitigar os danos reais aos territórios.

Outro ponto a ser levantado diz respeito aos incentivos por parte do governo, que não ocorre com a mesma proporção para com a agricultura de subsistência. Nas últimas décadas, o plantio de alimentos comuns na mesa da maioria dos brasileiros, como feijão, arroz e mandioca, caiu exponencialmente. Em contrapartida, as commodities alcançaram dados exorbitantes de produção.

Observe o Gráfico 1:

**Gráfico 1:** Disponibilidade de Alimento Básico (Kg/per capita) / Brasil- 1970-2017



Fonte: CEPASTAT, 2018. Elaboração: GeoAgrária-UERJ e LEMTO-UFF, 2020.

Os dados demonstram que, entre 1970 e 2017, a produção desses alimentos básicos apresentou queda (exceto o trigo, que teve uma leve alta), algo que denota certa insegurança alimentar para as próximas décadas. Tais dados corroboram com

a análise de que o uso das terras se dá mediante uma apropriação que segue o fluxo do capital, na qual os modos tradicionais vão sendo “abafados” pelos mecanismos modernos e tecnológicos do agronegócio.

Essas reflexões são importantes, pois esses espaços são tomados e engolidos rapidamente pelo agronegócio. A monocultura extensiva, especialmente o cultivo de soja, ganha espaço no sul do Maranhão. Embora ainda não tenha se estabelecido na porção oeste maranhense, no lado paraense (mais precisamente no município de Paragominas, que faz fronteira com a TI) já existem extensões de terras dedicadas a esse tipo de cultivo, e cresceu bastante nos últimos anos.

Segundo dados da ADEPARA, Paragominas é o maior produtor de soja do Estado, contando com uma área plantada superior a 600 mil hectares que produzem cerca de 600 mil toneladas, representando quase 24% da produção paraense.

Assim, o agronegócio, como vizinho da TI, segue um crescimento exponencial, com incentivos altos, como corolário a floresta segue convertida em pastagens e monocultura, e os grupos indígenas enfrentam cada vez mais pressão.

## 5 ENTRE TEIAS E TRAMAS

Apontamos aqui outro fator para os territórios ameaçados, assim como as vidas que estão nelas integram. Zaragocín (2019, p. 84) define tais espaços como lugares de “muerte lenta”, fruto de uma “colonialidade de colonos”, na qual o racismo ambiental logra vidas e desestrutura os espaços indígenas.

Trata-se de uma “colonialidad basada en el despojo y la apropiación territorial que explica formas contemporáneas de eliminación de pueblos y nacionalidades indígenas, caracterizándose primordialmente como un proyecto territorial”<sup>9</sup>, buscando eliminar os grupos que estão na contramão do sistema global, usando de estratégias para se beneficiar e desconsiderar outros ambientes e territórios.

Deve-se ter em mente que tais estratégias, meticulosamente orquestradas, não são acontecimentos isolados ou esporádicos. Pelo contrário, estão fortemente ativos, “a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade, manifestando-se das mais variadas maneiras, [...] nas relações de dominação/opressão” (Cruz, 2017, n/p.).

Nesse sentido, a colonialidade persiste das mais diferentes formas, “de la eliminación o la muerte de pueblos indígenas es posible para los colonos la apropiación territorial bajo nuevas reglas del biopoder, “del aquí y el ahora” (Zaragocín *apud.* Morgensen, 2019, p. 84)<sup>10</sup>. Essas teorias se firmam em um cenário em que as lutas e os conflitos são uma constante e tendem a inflamar cada vez mais, principalmente nas apropriações territoriais indevidas.

Dessa forma, buscamos reflexões críticas sobre uma realidade a que estão sujeitos os povos e comunidades, pois, no imaginário moderno colonial, a realidade indígena está “atrasada” frente ao progresso, o que dita uma visão hierárquica e desigual, desconsiderando subjetividades e os muitos espaços existentes em um só.

O problema aqui não é a visão do outro sobre as comunidades, mas as desconsiderações e problemas que tendem a levar tais apontamentos na realidade vivida e nos espaços, posto que a sociedade tende a reproduzir em massa os ditames da modernidade e os interesses hegemônicos.

<sup>9</sup> Tradução: colonialidade baseada na desapropriação e apropriação territorial que explica as formas contemporâneas de eliminação de povos e nacionalidades indígenas, caracterizada principalmente como um projeto territorial (Zaragocín, 2019, p. 84).

<sup>10</sup> Tradução: a partir da eliminação ou morte dos povos indígenas, é possível aos colonos apropriarem-se do território sob novas regras de biopoder, “do aqui e agora”.

Pela primeira vez na história, o cenário de notoriedade das lutas pela afirmação dos direitos humanos e indígenas levou a atual governança a abrir um diálogo próximo com os povos indígenas. Esse movimento resultou em um precedente histórico (ainda que tardio) e a oportunidade de representação pela indígena Sônia Guajajara, 50 anos, da etnia Guajajara, que passa a ocupar o cargo de Ministra dos Povos Indígenas no Brasil.

À primeira vista, a medida pode parecer algo óbvio a ser feito, haja vista que tal ministério foi criado para responder às questões referentes aos povos indígenas. Mas, no contexto histórico de invisibilidade sofrida pelos povos e suas lutas, trata-se de um marco. Até então, nem sequer existia tal ministério, sendo instituído pela Medida Provisória n.º 1.154, de janeiro de 2023, que reestruturou a administração federal, sancionada pelo então governo estabelecido.

Sua criação se mostra um passo importante na história do país, sinalizando a abertura de um governo que se abre, de fato, para a defesa dos direitos indígenas. Tais reflexões são importantes no que tange a abordagem dos problemas complexos que afetam as comunidades, envolvendo múltiplos conflitos e pressões desse território. Levando a considerar que a análise vá além dos aspectos estritamente locais, incorporando outros fatores.

Os territórios indígenas, dentro e fora do Maranhão, seguem um padrão de violência crescente, no qual as pressões e ameaças são uma constante. Na maior Terra Indígena do estado, o cenário não é diferente: “terra, trabalho e conflito, são as categorias por meio das quais se operam os fluxos territoriais de sujeição e territorialização do espaço ameríndio” (Amparo, 2016, p. s.n.).

Justamente por ser uma área que ainda detém resquícios florestais, mas que aos poucos foi sendo devastada, o que sobra são pequenas porções de floresta dentro das TIs e UC, como atestam Celentano *et al.* (2018):

Atualmente, os principais remanescentes contínuos de floresta nessa região estão em Terras Indígenas e na Reserva Biológica do Gurupi [...]. Mas, a floresta e seus povos estão constantemente ameaçados pela ocupação, desmatamento e extração ilegal de madeira. Vidas humanas são perdidas em um processo extremamente violento de disputa pela terra e pelos recursos naturais, situação em que todos perdem, exceto uma minoria que se beneficia com a exploração ilegal de madeira e especulação de terras. (Celentano *et al.*, 2018, p. 315)

É importante destacar que a derrubada da floresta no entorno ocorreu, sobretudo, devido à demanda por pastagens para criação do gado, tendo em vista que essa economia é predominante no local. Sendo a agropecuária tradicional a principal economia dessa região (Bezerra, 2011), resultando também em danos ao solo, cujo empobrecimento é gerado a partir da compactação deste pelo gado.

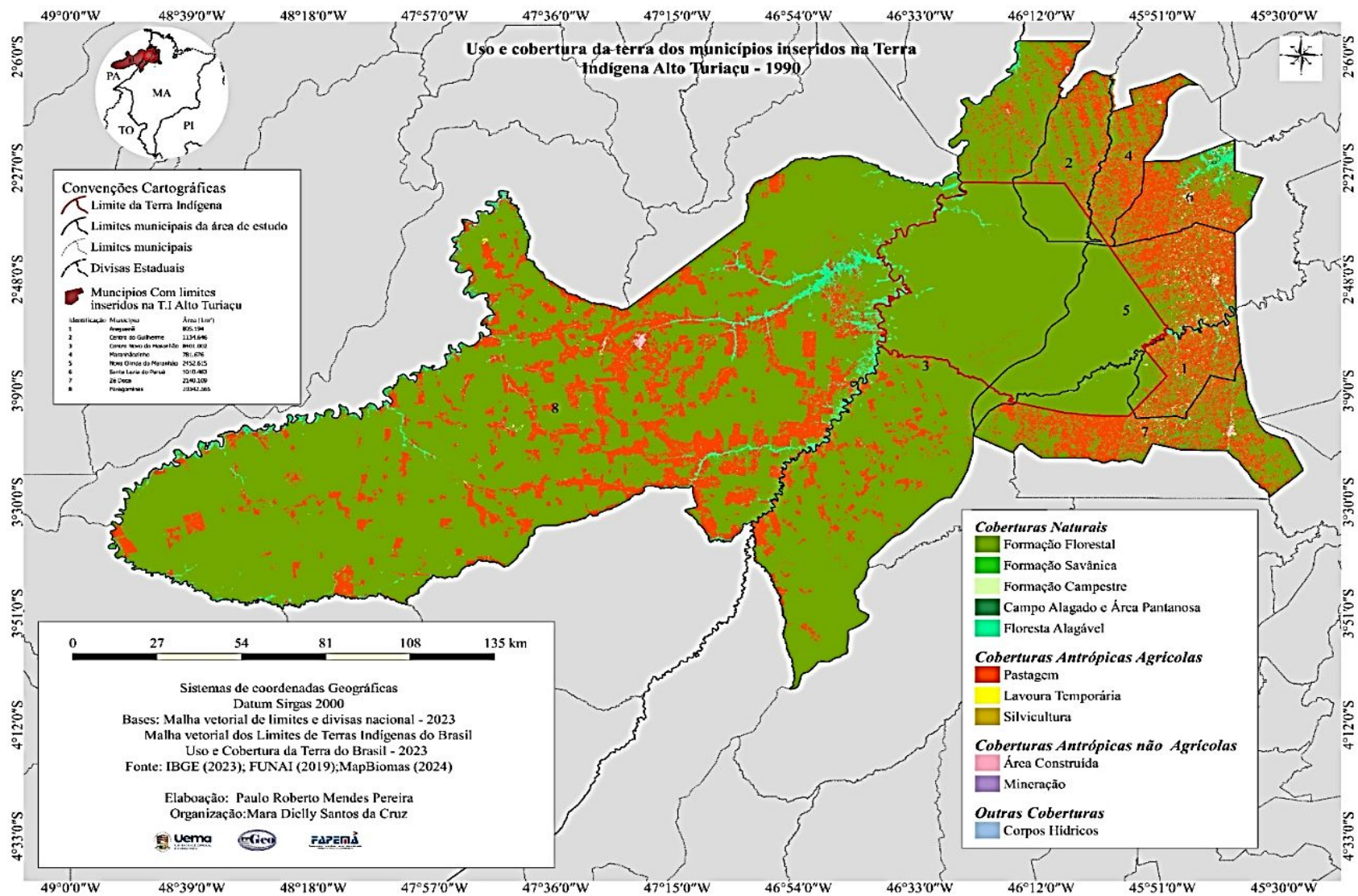
O trabalho de campo permitiu constatar a drástica transformação da paisagem regional, onde as áreas de pastagem predominam extensivamente até os limites fronteiriços da Terra Indígena. A incursão na área florestada revelou a presença de diversas espécies da fauna local, evidenciando que o território indígena constitui o último refúgio biológico em uma região marcada pelo avanço do desmatamento e pela supressão da vegetação nativa.

Para aprofundar a compreensão dessa dinâmica, elaboramos uma análise de uso e cobertura da terra, realizada sob um espaço temporal de 32 anos (1990, 2004, 2014, 2023), com o uso de dados de sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento, aliado aos dados do Mapbiomas, que apresenta 11 classificações de cobertura.

Entre elas, 05 tipos são naturais – formação florestal, formação savânica, formação campestre, campo alagado e área pantanosa, e floresta alagável – e 03 tipos são antrópicas (mineração e corpos hídricos) e agrícolas (pastagens, lavoura temporária e silvicultura).

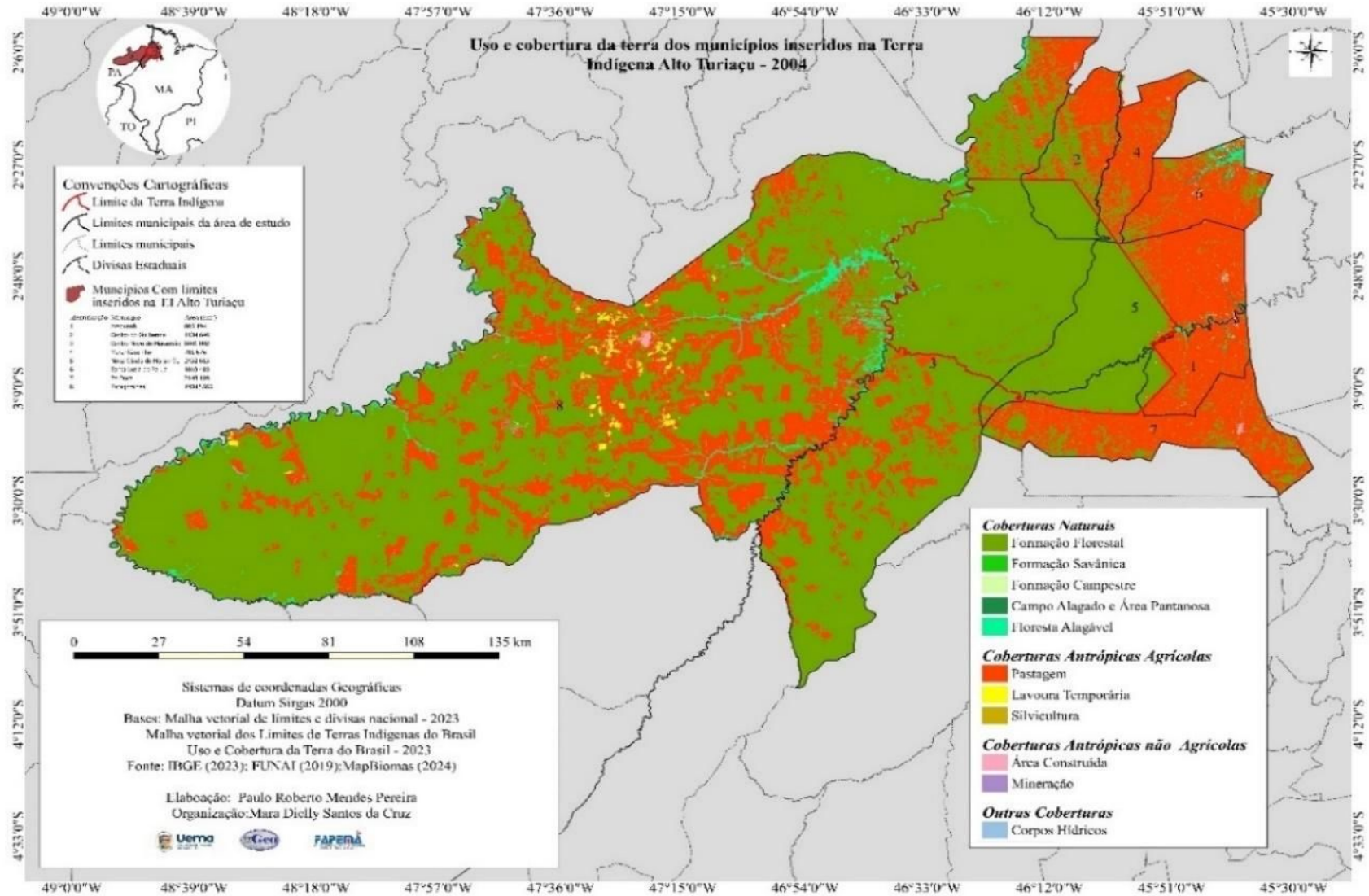
Os mapas elaborados apresentam os municípios localizados no entorno da TI, incluindo o município paraense de Paragominas, posto que esse também adentra a terra Indígena, ainda que apenas 0,03% do território.

**Figura 5: Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 1990**



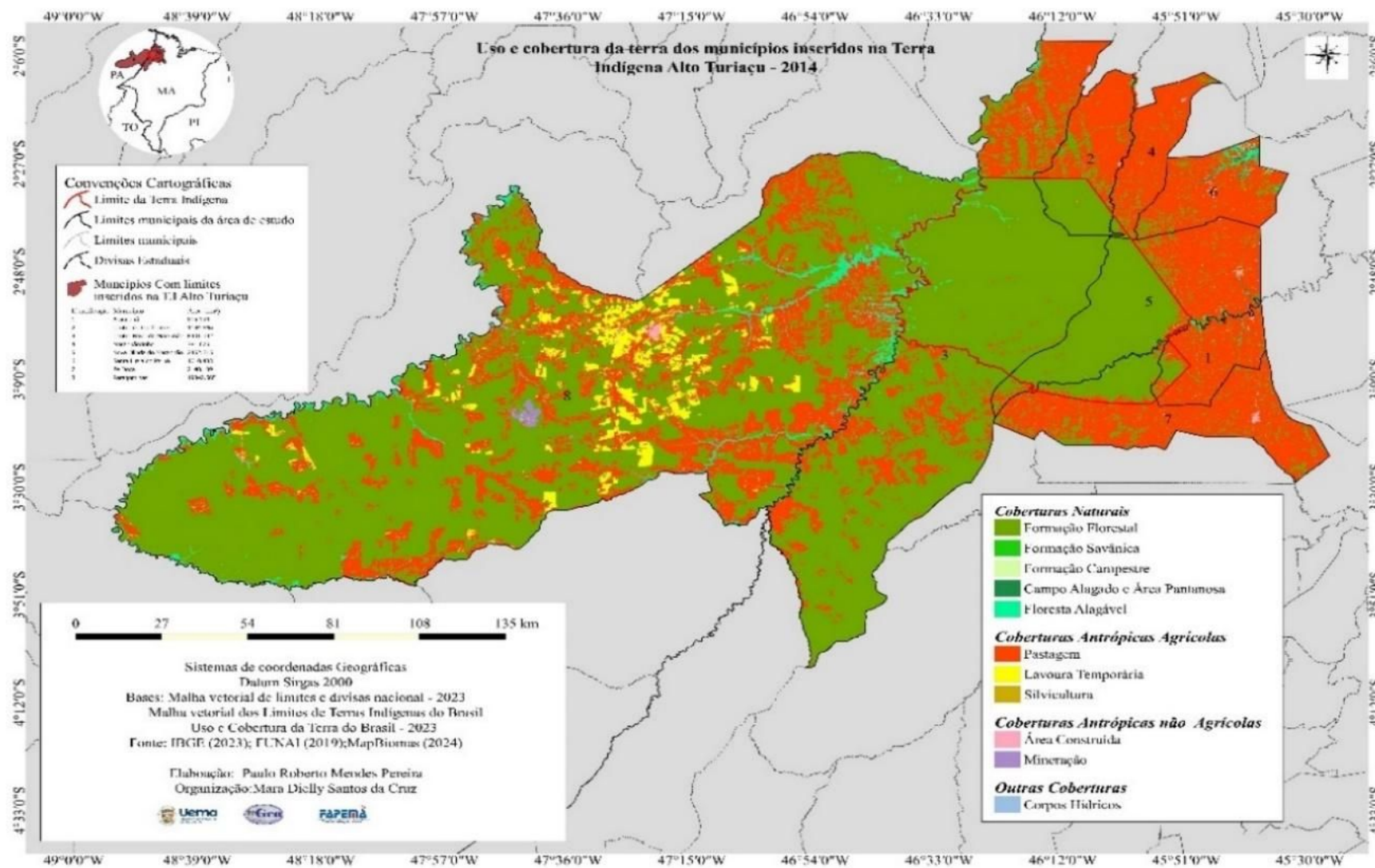
Fonte: Mapbiomas, 2023.

**Figura 6:** Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2004



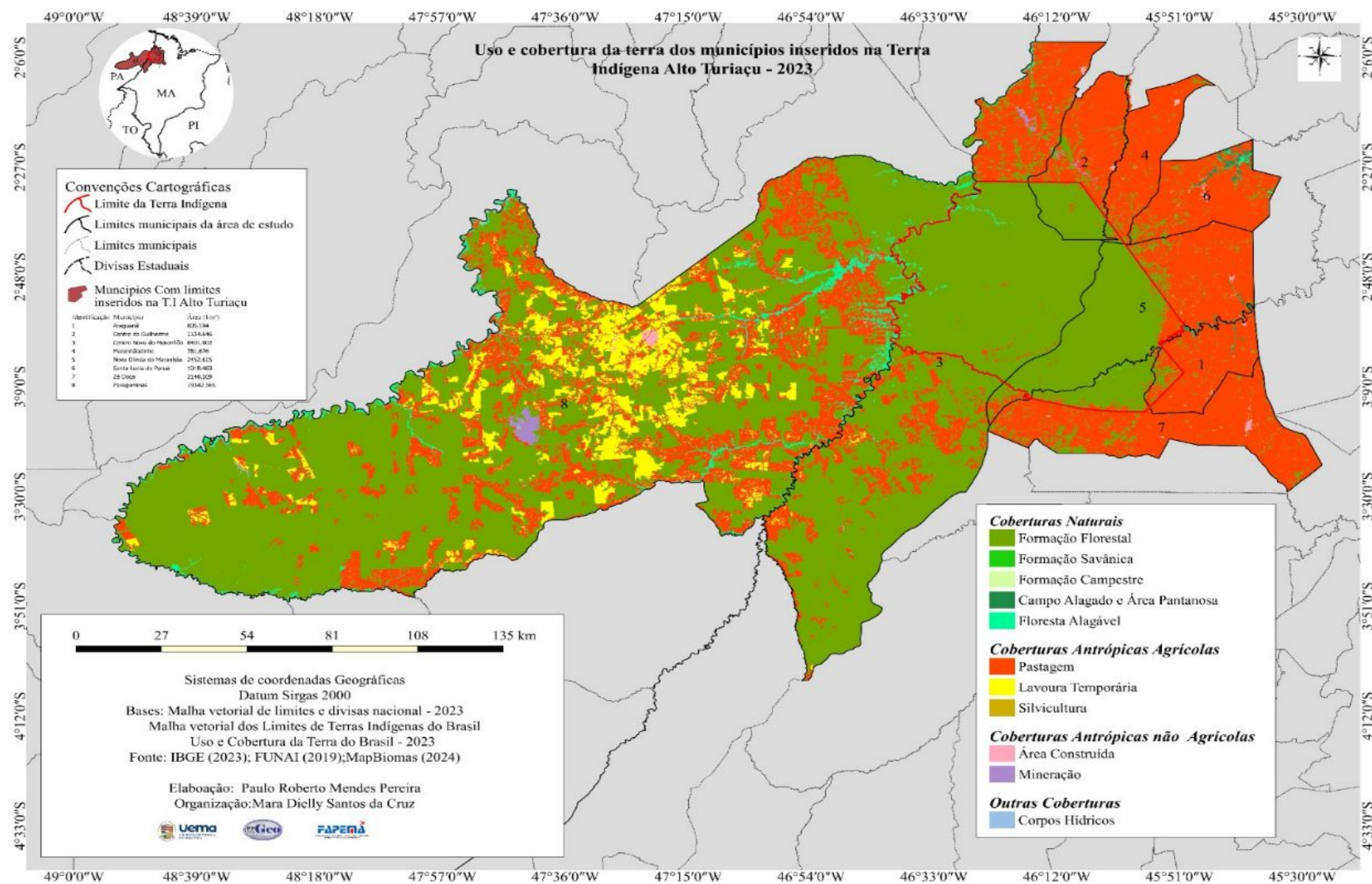
Fonte: Mapbiomas, 2023

**Figura 7:** Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2014



Fonte: Mapbiomas, 2023.

**Figura 8:** Mapa de Uso e Cobertura adjacente à TI Alto Turiaçu – 2023



Fonte: Mapbiomas, 2023.

Os mapas de uso e cobertura da terra foram realizados a partir dos dados do Mapbiomas (2024), dos anos de 1990, 2010, 2014 e 2023, com escala 1:150.000 e resolução de 30 metros. Utilizando o *software* Qgis, na versão 3.16.1, que possibilitou posterior projeção no sistema Universal Transversal de Mercator (UTM), SIRGAS 2000.

As pastagens e criação de gado no entorno da TI apresentaram crescimento exponencial nas últimas décadas. Esse fenômeno fez da terra indígena Alto Turiaçu uma ilha florestal em meio ao mar de pastagens, sendo que a falta de cobertura florestal facilita os processos erosivos.

De acordo com a área mapeada, observou-se uma redução significativa de floresta no entorno da TI no período de 1990 a 2023, indicando que grande parte da cobertura de vegetação nativa foi convertida para usos da terra, principalmente para pastagens.

As tabelas a seguir apresentam os dados em km<sup>2</sup> referentes à cobertura vegetal e os usos, como pastagem e mineração, de 1990 até 2023, nos municípios com áreas dentro da TI.

**Tabela 3:** Cobertura Florestal no entorno da TI

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>Cobertura Florestal 1990</b>	<b>Cobertura Florestal 2023</b>	<b>Porcentagem de Perda de Floresta</b>
<b>Araguanã</b>	296,0400107	67,91128001	77%
<b>Centro Novo do Maranhão</b>	7549,674857	6499,219821	14%
<b>Centro do Guilherme</b>	874,6851297	451,4444029	48%
<b>Maranhãozinho</b>	341,5768726	73,24570324	79%
<b>Nova Olinda do Maranhão</b>	1740,172319	1396,978653	20%
<b>Paragominas</b>	14978,8297	12134,74665	19%
<b>Santa Luzia do Paruá</b>	386,5477851	88,14830171	77%
<b>Zé Doca</b>	1147,393728	522,5192277	54%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir do Mapbiomas, 2025.

Os dados demonstram que ocorreu a perda de cobertura florestal em todos os municípios que possuem áreas dentro da TI.

**Tabela 4:** Área de Pastagem no entorno da TI

MUNICÍPIOS	Pastagem 1990	Pastagem 2023	Aumento (%) da área de Pastagem
Araguanã	417,0413105	715,7763647	72%
Centro Novo do Maranhão	735,2793844	1755,659134	139%
Centro do Guilherme	284,5844491	699,1749433	146%
Maranhãozinho	405,4990464	682,965162	68%
Nova Olinda do Maranhão	622,8831682	1034,047418	66%
Paragominas	3619,404222	4629,778719	28%
Santa Luzia do Paruá	501,871599	858,4532216	71%
Zé Doca	848,3302757	1596,978227	88%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir do Mapbiomas, 2025.

Nos dados referentes à pastagem, o crescimento ocorreu em todos os municípios no entorno a TI.

**Tabela 5:** Áreas de Mineração no entorno da TI

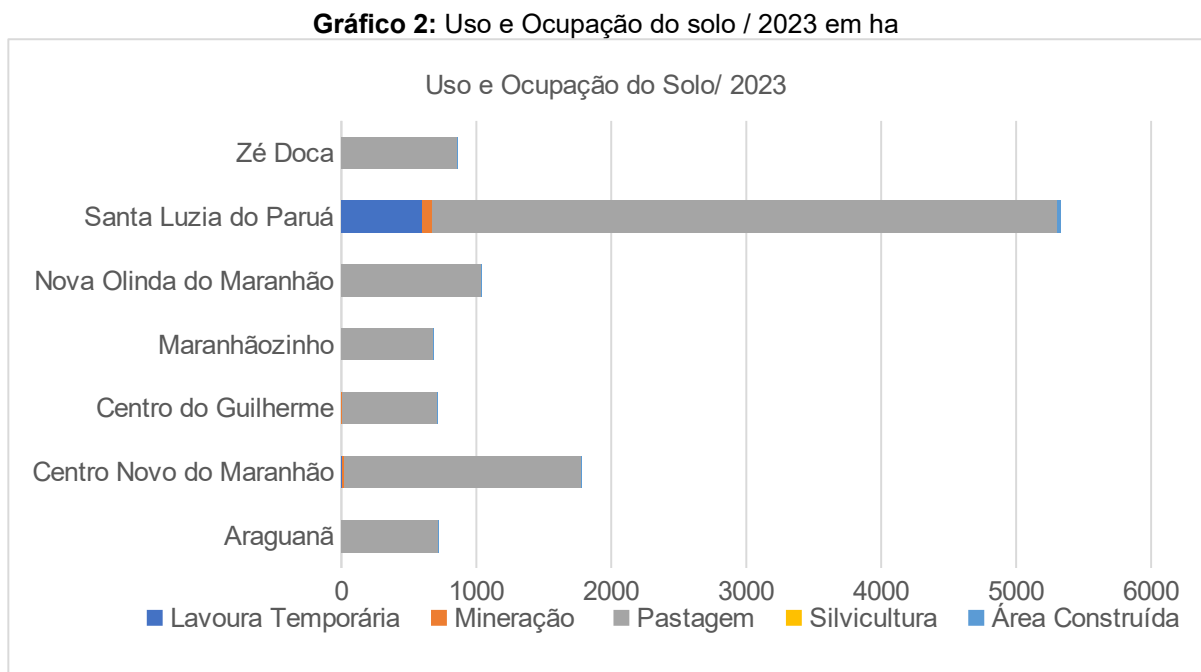
MUNICÍPIOS	Mineração 1990	Mineração 2023	Aumento da área de mineração
Araguanã	0	0	0
Centro Novo do Maranhão	1,457810798	15,92968635	943%
Centro do Guilherme	0,632377401	9,76883014	1.443%
Maranhãozinho		0	0
Nova Olinda do Maranhão	0	0	0
Paragominas	1,428104324	70,28651648	4.822%
Santa Luzia do Paruá	0	0,172375506	100%
Zé Doca	0	0	0

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, a partir do Mapbiomas, 2025.

Nos municípios onde ocorrem os usos de solo para a mineração, também foi observado crescimento. A transformação da floresta em pastagens foi especialmente acentuada no último ano analisado.

Portanto, com os dados analisados foi possível demonstrar que houve um significativo aumento das pastagens ao redor da TI, na parte maranhense, com destaque para Centro Novo que aumentou em 139% sua área de pastagem, nas últimas décadas.

Os casos de mineração ilegal, também são configurados como problemas, e ao longo dos anos aumentaram notadamente. O município de Paragominas teve 4.822% de aumento de área de mineração, esse município fica na divisa do Pará com o Maranhão e faz fronteira com a TI, Centro do Guilherme com 1.443% de aumento em área de mineração. Além dele, destacamos Centro Novo com um total de 943% área convertida em mineração nos últimos anos, conforme o Gráfico 2.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024.

O gráfico acima apresenta os dados com os usos e ocupação do solo na TI e nos municípios que a adentram, no ano de 2023. Observa-se que a lavoura temporária e mineração ocupam menos de 1000 (mil) km<sup>2</sup> em Santa Luzia do Paruá. Todos os municípios apresentam o uso de pastagem.

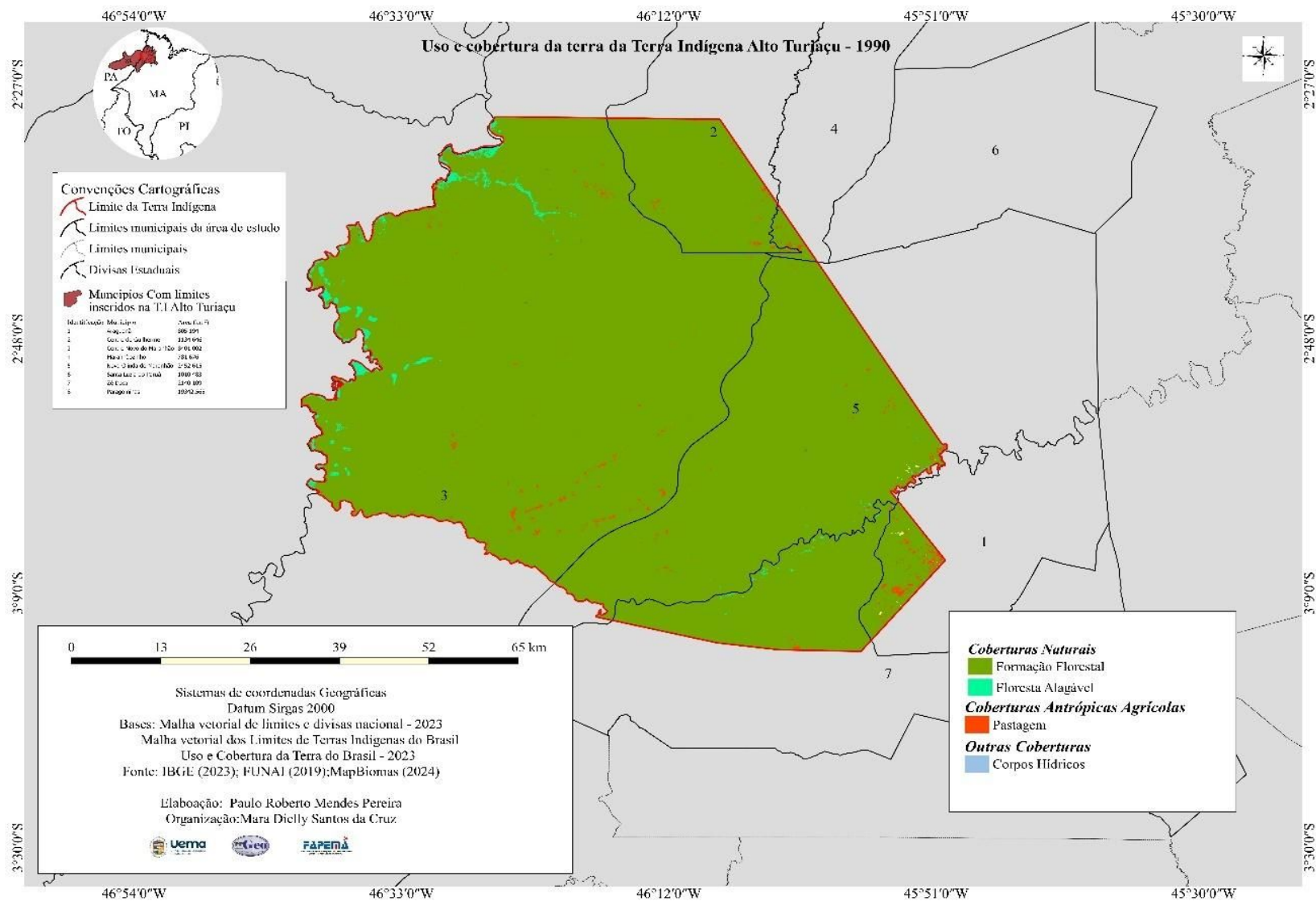
Entretanto, acentuadamente, Santa Luzia do Paruá destaca-se com mais de 5.000 km<sup>2</sup> de conversão de floresta em pastagem. O município de Santa Luzia do Paruá e Zé Doca figuram entre os dez que obtém o maior efetivo de rebanho bovino no estado (IBGE, 2025)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Dados obtidos em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao>. Acesso em: mar. 2025.

As políticas de incentivo ao desenvolvimento no estado do Maranhão impulsionaram a evolução da criação de gado. Os bancos com créditos para pequenos e grandes criadores fez com que o rebanho bovino tivesse um aumento significativo, que ultrapassou 10 milhões de cabeças, aumentando 7,4% em relação a 2022, de acordo com o relatório do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em 2023.

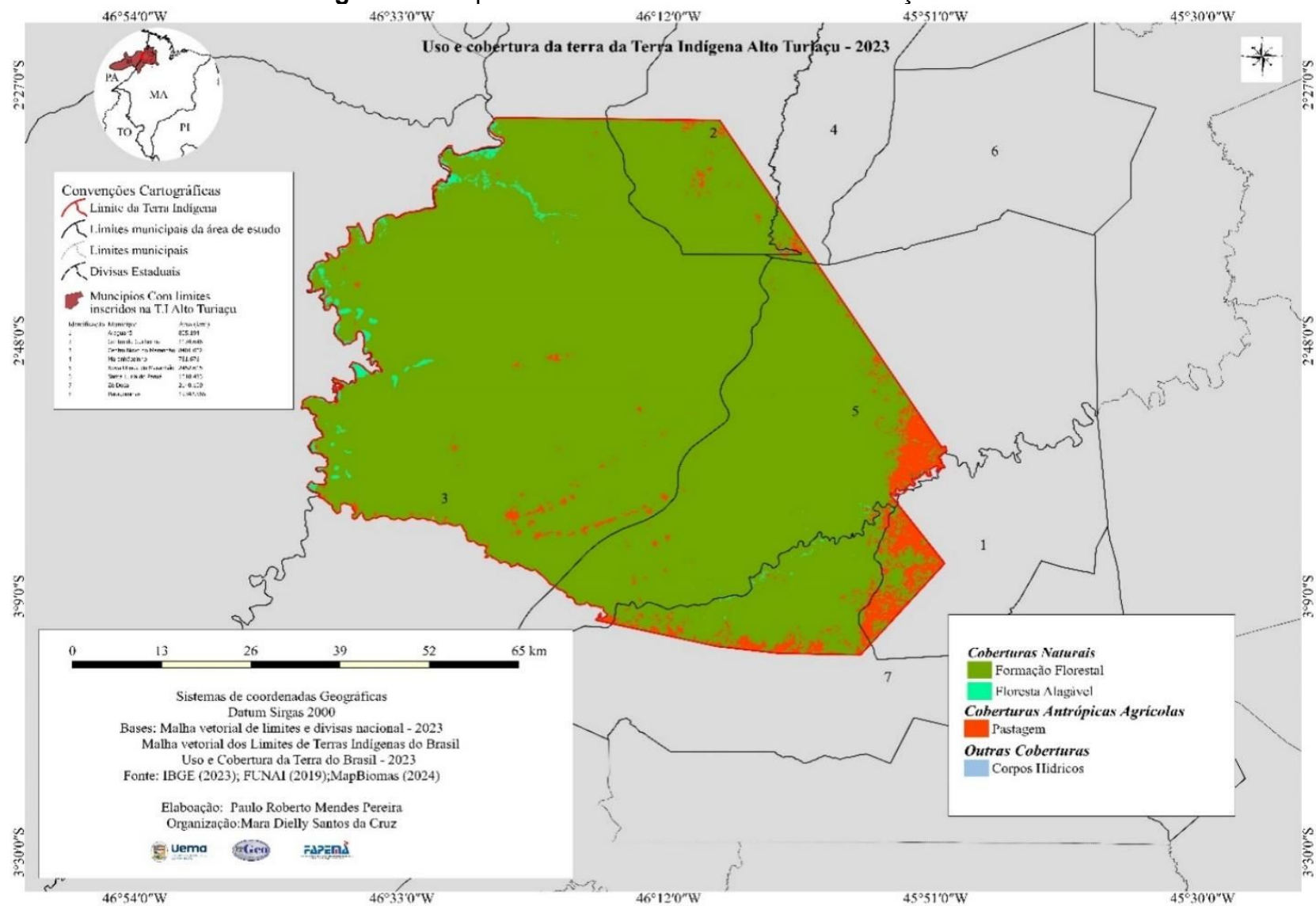
Dentro da TI, observa-se um aumento de coberturas antrópicas entre 1990 e 2023, como atesta os dados dos mapas abaixo:

Figura 9: Mapa de uso e cobertura da TI Alto Turiçu – 1990



Fonte: Mapbiomas, 2024.

**Figura 10: Mapa de uso e cobertura da TI Alto Turiçu – 2023**



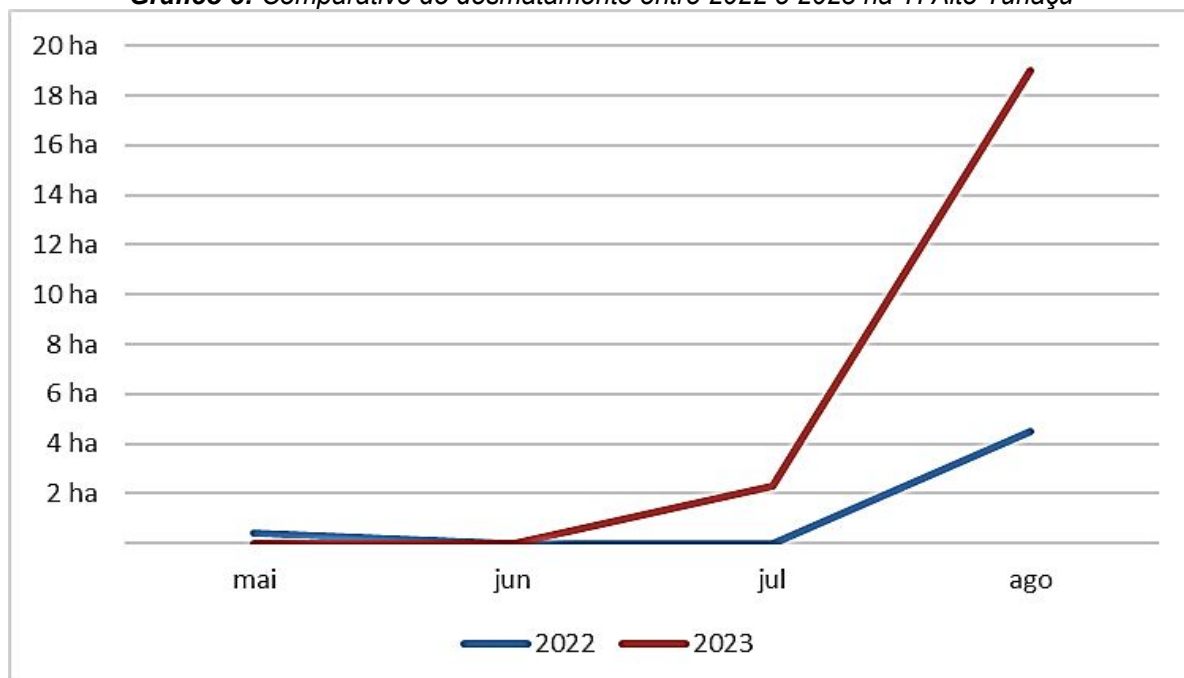
Fonte: Mapbiomas, 2024.

Os pontos em vermelho-laranja podem representar áreas rotacionadas de agricultura, como roças de toco dentro da TI Alto Turiaçu. Pode-se observar que as regiões da borda sul são as mais utilizadas para tais fins, justamente na parte em que os mapas anteriores de uso e ocupação do solo demonstraram uma crescente evolução de uso de pastagens nos municípios circunvizinhos da TI.

Elaborados com base nos dados do Mapbiomas, os mapas representam a falta de cobertura vegetal florestal nas bordas, que tem crescido acentuadamente nas últimas décadas. Muitos dos indígenas nas aldeias e comunidades dentro da TI Alto Turiaçu ainda lutam por um modo de vida tradicional, baseado em cultura sustentável e praticada como seus antepassados o faziam, contando também com os povos isolados.

Nesse contexto de retirada da cobertura vegetal na Terra indígena Alto Turiaçu, reforçamos a pesquisa trazendo os dados do SIRAD-I, (2023), entre maio e agosto de 2023, que demonstraram a retirada de 19 hectares de vegetação, um aumento de 320% em relação ao mesmo período no ano anterior (Instituto Socioambiental, 2023). Como podemos observar no Gráfico 3:

**Gráfico 3:** Comparativo do desmatamento entre 2022 e 2023 na TI Alto Turiaçu



Fonte: VIIRS/Sirad-I, 2023.

A proximidade com esse tipo de cultura acarreta problemas que vão além da influência sobre a tradição e regimes identitários. Por divergir dos meios usuais aos quais estão habituadas suas culturas antepassadas, vindo a emergir formas de preconceito e marginalização, tanto pelos indígenas quanto pelos não-indígenas.

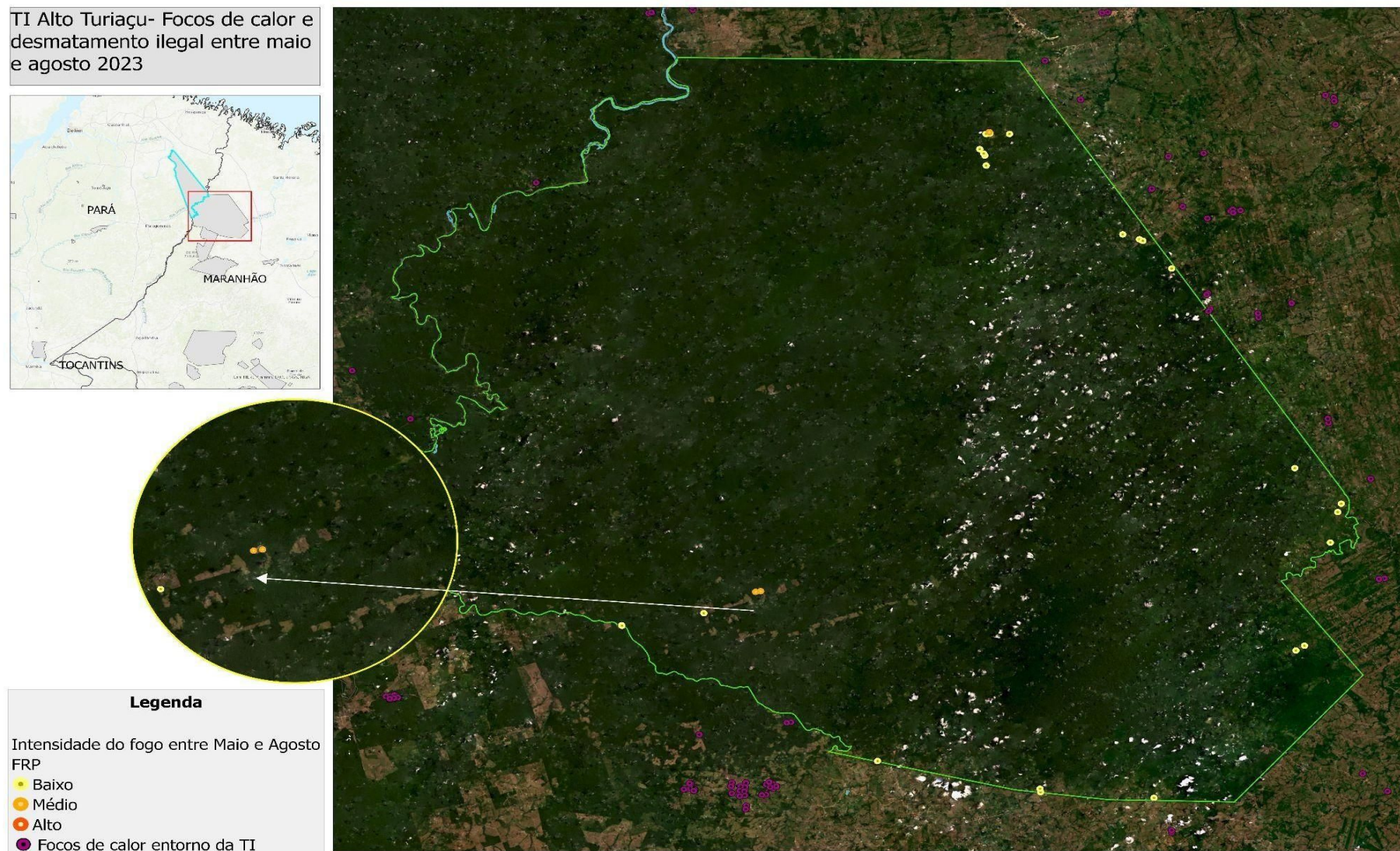
Vale ressaltar também os impactos ambientais oriundos desse tipo de ação, podemos citar o exemplo do fogo ateado onde “a origem dos focos de queimada são as práticas de limpeza do solo para a agricultura ou para a pecuária, dentro e fora das TI's” (Massullo; Castro, 2015, p. 114), causando a poluição do ar, principalmente nos meses de estiagem.

Destarte isso, a TI Alto Turiaçu se encontra numa região de transição propensa a queimadas, muitas vezes, de difícil controle (ISA, 2023):

A região de transição entre os biomas da Amazônia e do Cerrado, onde a TI está localizada, é uma área suscetível a incêndios descontrolados. A intensidade dos focos de calor observados sugere que muitos deles têm origem em áreas previamente desmatadas, onde a biomassa acumulada torna possível a ocorrência desses incêndios descontrolados (Instituto Socio Ambiental, 2023, s. n.).

É comum ocorrer queimadas em todos os municípios, principalmente para renovação da pastagem. Assim, aumentam as queimadas descontroladas, prejudicando as pessoas e os animais. Os focos de calor foram mapeados e podemos observá-los abaixo:

**Figura 11: Focos de calor entre maio e agosto /2023 na TI Alto Turiaçu**



Fonte: VIIRS/Sirad-I, 2023.

Vale salientar que Santa Luzia do Paruá, Centro Novo, Maranhãozinho e Nova Olinda figuram entre os maiores produtores de mel do estado, segundo dados do Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM, 2023), sendo o leite e o mel de abelha as maiores produções de origem animal no Maranhão (IBGE, 2023).

Para que essas abelhas possam produzir, é necessário um equilíbrio natural, que pode ser comprometido em um futuro próximo, haja vista o cenário de constantes queimadas e transformações de floresta nativa em pastagens.

Ramos (2014) analisou os impactos sociais, ambientais e climáticos decorrentes das políticas de desenvolvimento econômico na Amazônia Legal, sendo que, o desmatamento e a degradação da região sempre estiveram ligados ao processo de migração e aos modelos de desenvolvimento econômico da região, destacando que essa prática trouxe consequências negativas de grande impacto.

Como o estudo apontou que a alteração do regime vegetal de floresta em pastagens cresceu exponencialmente no lado maranhense, principalmente na borda austral, nos arredores da TI, foi importante realizar o campo nos municípios de Centro Novo, Zé Doca e Santa Luzia do Paruá. No município de Centro Novo, que conta com partes mais fragilizadas e acesso relativamente próximo, a cacique aceitou a entrada para a pesquisa, e assim seguimos para a aldeia Gurupiúna.

O campo na aldeia Gurupiúna contou com apoio da Secretaria de Educação do município de Centro Novo, que realiza as entregas de merenda escolar e outros itens necessários, como combustível para locomoção em embarcações motorizadas. O município atua, além de Gurupiúna (Figura 12), em escolas instaladas nas aldeias de *Xiep*, *Ywera*, *Paracury*, *Araçatiwa*, *Sítio Novo* e *Guarantan*, com aulas somente à noite.

**Figura 12:** Entrada na TI Alto Turiaçu, aldeia Gurupiúna (Centro Novo – MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

A aldeia Gurupiúna, composta por 12 (doze) famílias, foi a escolha para a realização do campo devido à sua localização nos limites administrativos do município de Centro Novo. A maior parte da TI abrange o município, e principalmente, é uma parte fragilizada ambientalmente, em função da extração ilegal de madeira e das minerações irregulares no entorno. Trata-se de uma aldeia situada próxima ao rio Gurupi, a cerca de 6 km até o rio que divide os estados do Maranhão e Pará.

Na aldeia, a escola é construída com palhas, porém uma nova unidade de alvenaria estava em construção. A escola conta com um professor indígena e um não-indígena. Há também um posto de saúde em construção, onde são assistidos pela atenção básica da rede de saúde do município, bem como recebem mantimentos, combustível, gás e merenda escolar de “tempos em tempos”.

Na entrevista, a cacique falou sobre o fato de alguns Ka'apor terem sido diagnosticados com câncer nos últimos tempos, inclusive uma de suas netas. Ela leva a criança para fazer tratamento em Belém, seguindo um percurso de 6 km até o rio Gurupi, depois de voadeira e, posteriormente, pegam o ônibus com destino à capital paraense.

A batalha travada entre avó e neta já dura cerca de dois anos (Figura 13); segundo os exames, o câncer regrediu, e a criança estava presente no momento da entrevista. Nesse contexto, alguns perderam a vida e outros ainda lutam contra a doença.

**Figura 13:** Indígenas Ka'apor recebendo mantimentos



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Gurupiúna possui um gerador de energia e sinal de *internet*. Há a necessidade da construção de uma ponte, como podemos observar na Imagem 2. A liderança da aldeia é formada por três irmãos, mas, segundo relatos, houve uma separação no grupo.

Segundo a cacique Tuxá Mariúza, de 53 anos e também professora, alguns conflitos ocorreram justamente por tentativas de pressionar a aldeia a aceitar que alguns pescadores e caçadores entrassem na TI, ocasionando a não entrega dos mantimentos.

Em resposta, os indígenas mantiveram a correspondente da entrega dos mantimentos na aldeia por três dias, estando incomunicável. Em posterior conversa, a correspondente – que aqui será identificada como Maria (2024) – relatou ter sido bem tratada durante os dias de negociação, embora seu acesso na aldeia tenha sido restrito. Isso revela que nem sempre os contatos se dão de forma amistosa entre aldeia e gestão municipal.

Durante a etapa de campo, observou-se a prontidão dos sujeitos da pesquisa em colaborar com a investigação, mesmo diante de contextos de vulnerabilidade e urgência familiar. Um exemplo significativo ocorreu com a entrevistada Mariúza, que, apesar de estar em meio aos preparativos para o deslocamento imediato de sua neta para tratamento médico em Belém, prontificou-se a conceder o depoimento. Em seu relato, a entrevistada expôs a complexidade logística imposta pela precariedade do acesso à saúde: “tem que ir, levar ela de barco, depois pegar um ônibus, e fazer o tratamento”.

Mariúza é uma mulher de fibra, aparentou conseguir realizar muitas funções, enquanto conversava conosco, também ditava o que deveria ser feito em sua ausência. Muito do diálogo entre ela e seus parentes eram na língua Ka’apor, as crianças sempre ao nosso redor, os maiores atentos, os menores brincando.

Um dos grandes desafios para Mariúza e a aldeia também seja a falta de alimentos. Eles estão dentro de uma faixa restante de mata, que já não conta com tantos animais como antigamente, as caças são mais resabiadas, e durante os meses do inverno a dificuldade é maior. A pesca é o que garante em muito o sustento alimentar, entretanto, também tem diminuído, segundo a cacique fica cada vez mais difícil manter somente esse tipo de alimentação.

Sobre a falta de comida, Darcy (1996), relatava em 1950, sobre a dificuldade dos Ka’apor em ter carne na alimentação, essa proteína, nessa época já era

considerada uma carência quando a vegetação ainda era mais preservada, portanto, propicia a ter mais animais. Corroborar-se assim a fala da cacique sobre a falta de caça, haja vista que a devastação imposta a natureza aumentou drasticamente nessa região.

Ela relatou também que antes deixavam os munícipes entrar na TI para caçar, mas que proibiram esse tipo de entrada. Contudo, obtivemos informações que tais entradas na TI ainda ocorrem, porém, com trocas estabelecidas. Nas palavras de uma agente municipal, que não quis se identificar, ela relata que para ter a permissão concedida pelos “índios” para entrar na TI, faziam-se “acordos”.

Um dos “acordos” consistia na entrega de bois para alimentação, assim na aldeia, se fazia uma festa em comemoração à entrega desses animais. Tal informação não pôde ser comprovada, apesar de fazer sentido, haja avista a fome que ronda a aldeia. Nota-se que existe um confronto de forças, a fala da cacique Mariúza, evidencia que, outrora, os não-indígenas costumavam entrar e extrair madeiras, mas que eles decidiram não aceitar mais a entrada, o que gerou conflitos, principalmente internamente.

Houve uma divisão dos grupos comunitários dos indígenas, que se deu pelo fato de uma parcela deles ter contato muito íntimo com os invasores, defendendo sua permanência. Então o grupo contrário a essa “proximidade” decidiu se afastar e ir para uma área mais distante, estando agora nas proximidades de Zé Doca. Uma ruptura no grupo, mas não na família.

Apesar da distância e dos conflitos internos, eles debatem meios de proteção e gestão, ou seja, mesmo nessa perspectiva, os indígenas Ka’apor se organizam em prol de uma melhor gestão dos espaços, com diferentes grupos organizados para defesa da TI e também para manutenção do seu modo de vida. Eles realizam o fortalecimento da cultura e da identidade Ka’apor, incentivando os mais novos na língua própria e a segunda língua somente no início da adolescência, buscando manter as tradições.

Também podemos interpretar tais ações sociais como forma de resistência e fortalecimento da identidade, posto que muitos jovens deixam as aldeias e não retornam. Além disso, na aldeia é realizado um projeto chamado “Aprender com a Floresta”, que visa repassar às crianças e aos jovens os costumes ancestrais. O município de Centro Novo conta com garimpos ilegais e retirada de madeiras, revelando também práticas inadequadas de muitos indígenas.

Os madeireiros e fazendeiros do entorno da TI têm um histórico de violência contra a natureza, cortando as árvores para venda ilegal e derrubando a vegetação para pastagens. Embora a PF atue desde 2008, por meio da operação Arco de Fogo, no combate à exploração e retirada ilegal de madeira na TI Alto Turiaçu<sup>12</sup>, descobriram que políticos da região estavam envolvidos. Ainda assim, não houve um resultado satisfatório, posto que as retiradas agora se dão de forma mais específica na mata, derrubando apenas as árvores de grande porte. Esses e outros problemas ambientais são comuns na TI, como pode ser observado abaixo:

**Tabela 6:** Problemas ambientais na TI Alto Turiaçu

Área em km <sup>2</sup>						
T.I. Alto Turiaçu	Área Total	Desmatamento acumulado§	Floresta degradada†	Pastagem *	Vegetação Secundária*	Focos de calor**
	5.293,4	425,1 (8,0%)	69,0 (1,4%)	93,0 (21,9%)	225,3 (53,0%)	158

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base na tabela de Celentano, 2018<sup>13</sup>.

Essa microrregião do Gurupi, onde está inserida a TI Alto Turiaçu, encontra-se extremamente afetada por degradações ambientais. Especialmente do tipo desmatamento, como aponta a pesquisa de Bezerra (2022) sobre a evolução de uso e cobertura do solo entre os anos de 1985 e 2019.

As perdas florestais e os consequentes danos às bacias hidrográficas da região decorrem do aumento da retirada de madeira para a venda ilegal e da criação de pastagens. Ou seja, fruto da produção social da natureza, o que também resulta em danos e alterações nas espécies locais.

Dados de 2023 registram mais de 20 casos de madeireiros e extração ilegal de madeira ocorridas na TI Alto Turiaçu, ocasião em que a PF cumpriu 13 mandados de busca e apreensão, um mandado de prisão preventiva e 7 medidas cautelares, visando a interrupção das atividades madeireiras (Cimi, 2023).

<sup>12</sup> Ver FIOCRUZ, Mapa de Conflitos: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>.

<sup>13</sup> § Desmatamento acumulado até ano 2016. Fonte: Projeto Prodes (INPE, 2017).

† Floresta degradada de 2007 a 2015. Fonte: Projeto Degrad (INPE, 2017). Percentual da área florestal degradada calculado sobre área florestal remanescente.

\* Pastagem e vegetação secundária em 2014, pastagem inclui pasto limpo, pasto sujo e regeneração com pasto. Fonte: Projeto TerraClass (INPE/ Embrapa, 2016). Percentuais calculados sobre áreas desmatadas.

\*\* Focos de calor de 2015 a 2017 (19/10/2017). Fonte: Projeto Queimadas (INPE, 2017).

Durante a pesquisa nessa região, adentramos em um grande local de mineração (figura 14), a vista não abarcava tantas crateras gigantescas, tantas feridas abertas. Tanta água correndo, jorrando. Do alto onde estava, me pareceu estarrecedor, um choque, onde pôde ser notada minha reação, e tive que garantir que não falaria sobre aquilo. Impossível que as autoridades não tivessem conhecimento daquele local. Infelizmente não foi possível registrar em foto

No mês de dezembro, de 2024, ao norte da TI, a polícia federal, apreendeu máquinas, motores, armas e prendeu uma pessoa por danos ambientais, onde essa região conta com três minerações ilegais.

**Figura 14:** Região de garimpo ilegal no Maranhão



Fonte: Polícia federal, 2024.

As três principais regiões de mineração ilegal, segundo a polícia federal<sup>14</sup> ficariam entre os municípios de Centro do Guilherme e Centro Novo, e essas áreas eram conhecidas como garimpo do Cedral, Monte Árido, e garimpo do pica-pau.

Recentemente, no mês de setembro de 2025, na operação denominada Curimã II dentro da TI, no município de Centro Novo, no garimpo do Cipoeiro, a Polícia Federal fez apreensão de motores, máquinas, tratores, caminhões do tipo caçamba, inclusive queimando algumas máquinas, envolvidos no crime de extração ilegal de ouro e danos ambientais estão sendo investigados<sup>15</sup>.

O local é uma área correspondente a 60 campos de futebol que fora destinada ao garimpo, criando diversas lagoas de rejeitos, e devastação da vegetação.

Outro local de garimpo conhecido é o garimpo do Chega-Tudo, que fica entre os municípios de Centro Novo e Centro do Guilherme, estando sua localização a pouco mais de 6 km do rio Gurupi, e 20 km da TI. (Figura 15 e 16).

**Figura 15:** Garimpo Chega-Tudo.

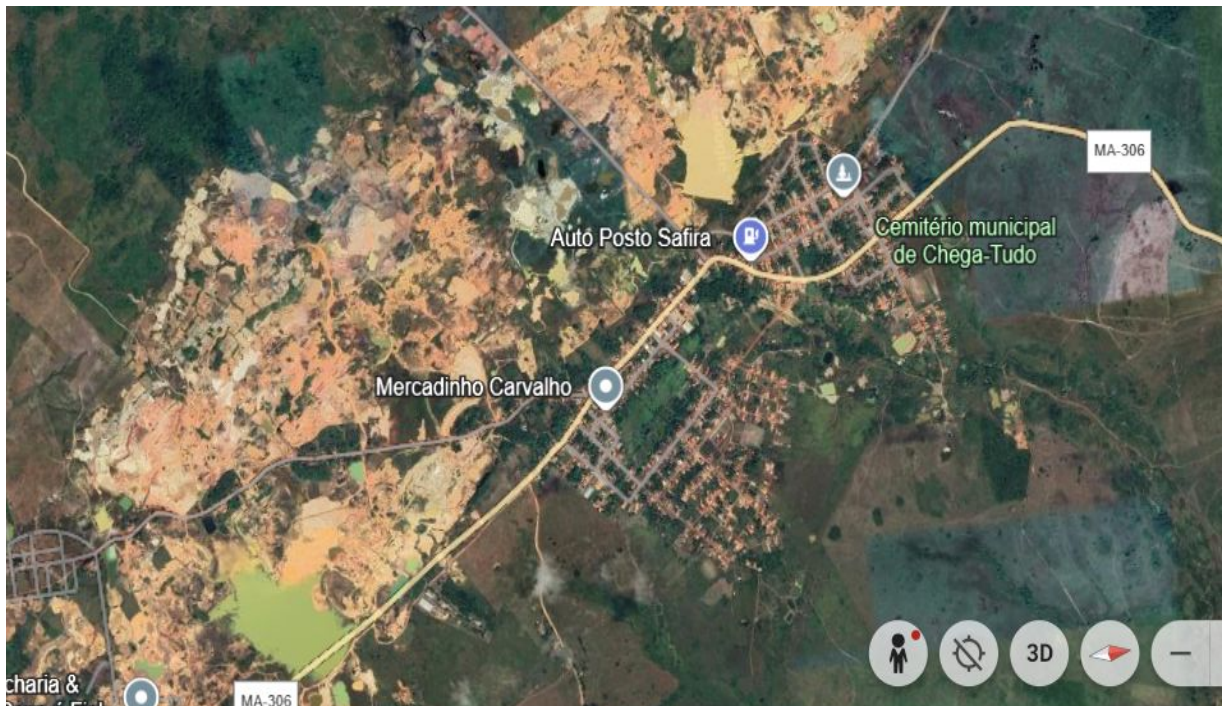


<sup>14</sup> Reportagem sobre essa operação está disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/12/11/policia-federal-destroi-maquinas-e-prende-suspeito-de-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-no-maranhao.ghtml> acesso: 05/05/2025.

<sup>15</sup> Informações retidas do site do governo. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/pf-deflagra-operacao-curima-ii-contra-extracao-ilegal-de-ouro-no-maranhao> acesso em: 19/10/2025.

Fonte: Google Earth, 2025.

**Figura 16:** Garimpo Chega-Tudo.



Fonte: Google Earth, 2025.

A proximidade do garimpo com o rio e seus igarapés, segue sendo um risco para os grupos que se alimentam da pesca, bem como risco a vida animal.

Importante dizer que essa atividade de mineração se configura como uma importante fonte de renda do município de Centro Novo. Apesar disso, a cidade apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,518, ou seja, baixo, e grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza extrema, contando com índices negativos em setores como educação, renda, saúde, saneamento básico e qualidade de vida. Assim:

Destaca-se, também, a dependência dos municípios do Bioma Amazônico em relação aos programas de transferência de renda federais, alertando para necessidade de políticas públicas de geração de emprego e renda, que, juntamente com as condições já apresentadas, concorrem para um baixo Índice de Desenvolvimento Humano e elevada vulnerabilidade social do Bioma Amazônico (IMESC, 2020, p. 307).

O garimpo se torna uma das alternativas para melhorar a condição de vida, sendo uma via de mão dupla, pois é ilegal nessas áreas. A caça ao ouro nessa região remonta aos tempos coloniais. No século XIX, o Barão de Mauá empreendeu

esforços na exploração do minério, conjuntamente com ingleses, sem sucesso, justamente por atuação dos indígenas da região que os expulsaram.

Um dos que tiveram êxito na mineração foi Guilherme Linde (famoso “barão do ouro”), na região do “cinturão Gurupi”, no estado do Maranhão e divisa do Pará. Essa região corresponde a um depósito aurífero orógeno que se desenvolveu no Neoproterozoico-Cambriano (Klein *et al.*, 2017). Estima-se que haja mais de 158 t. uma vez que:

[...] o ouro se formou em sistemas orogênicos do Riáciano a partir de fluidos metamórficos reduzidos e neutros, se depositou em estruturas ligadas à Zona de Cisalhamento Tentugal (estrutura profunda e mais expressiva da região) em fase sin- a tardi- tectônica. Há indícios de remobilização na orogenia neoproterozoica-cambriana (Klein *et al.*, 2017, s. n.).

Para além desse cenário, há o medo, “o povo Ka'apor passou a temer também a invasão de garimpeiros que atuam a apenas 2 km do limite da TI” (CIMI, 2022, s. n.), em ações que prejudicam a natureza e as fontes de alimentação indígena, resultando em variados problemas, como destaca o relatório do CIMI:

Além da proximidade com o garimpo ilegal, o povo Ka'apor tem enfrentado, ao longo dos tempos, a cobiça de grandes mineradoras[...], no chamado Cinturão Gurupi, depósito aurífero com aproximadamente 12 mil km<sup>2</sup> de extensão, na divisa dos estados do Pará e do Maranhão. Segundo dados da ANM, três requerimentos visando a pesquisa e exploração desse minério fazem fronteira com a TI. Cada vez mais próximo, o garimpo já provoca impacto. Segundo pesquisas, o mercúrio usado para a extração do ouro já contamina o rio Maracaçumé e começa a afetar animais e plantas. O avanço da mineração ilegal sobre o território era uma das maiores preocupações de Sarapó Ka'apor, morto em maio. Ele havia denunciado a aproximação dos garimpeiros e estava num Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (CIMI, 2022, p. 109).

Sabe-se que muitos desses garimpos adentram fazendas nos entornos da TI, o que gera certa renda aos munícipes, que adotaram inclusive uma cooperativa visando o fortalecimento das atividades e organização (Figura 17).

É importante destacar os danos e prejuízos atrelados a essas atividades, como o uso do mercúrio para extração do ouro, que alcança rios e igarapés do entorno que passam também dentro da TI, a exemplo de afluentes e o próprio rio Maracaçumé, causando impactos negativos para a vida dos animais e das comunidades.

Estudos recentes realizados por Nascimento Filho (2025), no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), atestaram a contaminação hídrica do Rio Gurupi, especificamente na região de Centro Novo, por substâncias tóxicas. A investigação baseou-se em análises laboratoriais de amostras coletadas em quatro pontos estratégicos do curso d'água, abrangendo a sazonalidade característica da região (períodos de estiagem e cheia). Os parâmetros físico-químicos e biológicos foram confrontados com os valores de referência estabelecidos pela Resolução CONAMA, evidenciando o descumprimento dos padrões de qualidade ambiental.

O resultado demonstrou a contaminação por mercúrio, num valor vinte e sete (27) vezes maior que o permitido. O mercúrio é usado na separação do ouro, em práticas de garimpagem, e podem causar danos à saúde, bem como a vida marinha. Por ser uma substância de difícil detecção, haja vista que não tem cor, cheiro, pode contaminar os alimentos, como os peixes dos rios e as pessoas ao ingerir esses alimentos contaminados.

**Figura 17:** Cooperativa de garimpeiros em Centro Novo



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A partir dos dados apresentados até aqui, pode-se inferir que os aspectos negativos sobre a natureza e as comunidades, dentro ou fora da TI, são bem expressivos. A retirada da cobertura vegetal afeta a morfodinâmica, que se torna fortemente instável, pois está atrelada à morfogênese de consequência da ação do homem (Tricart, 1977), resultando ainda em danos à ação regulatória hidrológica e ao clima local.

As atividades de garimpagem, que se estabelecem de forma prejudicial ao utilizar substâncias tóxicas como o mercúrio e o cianeto, causando a contaminação dos rios e seus afluentes, bem como a vida marinha presente nesses rios, as comunidades indígenas que em sua maior parte se alimenta dos peixes desses rios, principalmente o rio Gurupi, que se encontra contaminado. Os danos à saúde são irreversíveis e pode afetar desde o sistema neurológico, danos cardiovasculares, e em gestantes afeta o desenvolvimento do feto.

Tais dinâmicas afetam localmente os povos e comunidades indígenas, expressando-se de diferentes formas e em variados contextos. Portanto, é necessário conhecer a terra em suas vertentes mais expostas e frágeis às possíveis pressões. Para isso, partimos para a aldeia Ywera. Longas conversas iniciais com um dos líderes da aldeia, Iracadju Ka'apor, preambularam o trabalho.

Ele destacou que o grupo Ka'a Usak Há Ta (guardiões da floresta) se organiza em defesa da TI, tendo a função de protegê-la, visto que as invasões se tornaram críticas ao longo dos anos.

Posteriormente, fomos a campo em Zé Doca, na Associação Ka'apor Ta Hury (Imagem 18), onde participamos de uma roda de conversa. Houve explicações acerca dos movimentos realizados por eles, como contatos e viagens, visando denunciar a realidade de violência e descaso enfrentados pelos indígenas.

Na Associação Ka'apor Tá Hury, as lideranças dialogavam, na maior parte do tempo, em sua língua o Tupi Ka'apor. Além dessa Associação, existem outras organizações dentro da TI, são elas: Associação Indígena Comunitária Ka'a Te (AICK); Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (Amima); Associação Indígena Jandehurã há Ka'a rehe; Coordenação das organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA).

É importante destacar a cooperação entre as diferentes aldeias que se estabelecem nessa região, se unem para fortalecer a luta e resistência frente aos

problemas. Também merece atenção as atividades realizadas por eles, como reuniões (Figura 18) com os mais variados setores da sociedade. Porém, o mais importante aqui é destacar o papel principal da associação como um lugar de apoio aos indígenas, especialmente para aqueles que buscam ajuda médica e exames, bem como para os que vão estudar fora da aldeia.

Faz-se necessário citar também a atuação de agentes externos, como a FUNAI, sediada no posto Guajá, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), além das missões evangélicas como as Missões Novas Tribos no Brasil (MNTB), Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM) e a Sociedade Internacional de Linguística (SIL).

**Figura 18:** Lideranças na Associação Kaàpor Tá Hury (Zé Doca/ MA)



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Nas entrevistas realizadas na associação, foi ressaltada a pressão sofrida, onde os mais jovens eram ferramentas usadas para adentrar a TI. Iracadju, um dos jovens, relata: “nossos parentes mais jovens, faziam a venda de madeira, mas depois de conversas, acabou essa prática, mas eles continuavam a entrar na mata, a gente pegava e colocava para fora”. Contudo, essa prática vem sendo combatida pelos jovens e lideranças das comunidades por meio de diálogos constantes;

quando o diálogo não soluciona, os indígenas envolvidos sofrem fortes represálias da comunidade.

Ele afirma que ficou evidente o papel de defesa da TI, e o enfrentamento as ameaças e invasões, que por longos anos continuam os esforços pela defesa do território, condizendo com os estudos de Cruz (2014, n/p.):

Esse processo está expresso através do papel estratégico que os movimentos dão à terra, ao território e às territorialidades, como fundamento das estratégias de afirmação de direitos e da autonomia dos povos e comunidades. Assim, o território torna-se referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência para esses novos protagonistas [...].

Mesmo expostos e cobrados de diversas maneiras, os apelos às autoridades pareciam invisíveis (Figura 19), e os grupos de defesa indígena não conseguiam conter o avanço dos madeireiros e garimpeiros na região. Apesar de realizarem ações em defesa do território, por ser uma extensa região, os pedidos por ajuda eram constantes, “após denúncias de invasões de madeireiros, garimpeiros, criadores de gado, além da pressão de mineradores, o governo federal anunciou o envio de agentes da Força Nacional para conter os ilícitos” (CIMI, 2023, p. 96).

**Figura 19:** Indígenas Ka’apor em manifestação pela retirada dos invasores de seu território tradicional<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Acompanhe a reportagem sobre o atentado à liderança Ka’apor. Disponível em: <https://andes.org.br/conteudos/noticia/>. Acesso: 05 abr. 2025.



Fonte: Ka'apor, 2025.

Durante a entrevista, Iracadju (2024) ressaltou a importância da ação da Força Nacional de Segurança “agora que a Força Nacional veio, pode ser que mude a situação”. Tal acontecimento ocorreu um mês antes da nossa visita e, segundo as lideranças, a Força Nacional iria atuar em defesa da TI. Todavia, vale questionar por que essa atuação só foi implementada agora, visto que o cenário não é recente.

Embora o título da reportagem tenha sido divulgado nos meios de comunicação, na época os indígenas pediram resguardo dessa informação:

Agentes da Força Nacional de Segurança vão atuar na Terra Indígena Alto Turiaçu e Awá, no oeste maranhense, para conter a invasão de madeireiros e garimpeiros e a pressão de mineradoras e criadores de gado que agem ilegalmente na floresta onde vivem os Kaapó e também os Awá-Guajás, uma das últimas tribos<sup>17</sup> nômades da Amazônia brasileira (G1, 2023, n/p.).

Isso mostra que o medo de retaliações é constante. Ficou ainda mais evidente quando tivemos que desviar de estradas de maior acesso e seguir para a aldeia por estradas vicinais (Figura 20), um acesso muito utilizado pelos indígenas como opção alternativa justamente por medo.

**Figura 20:** Entrada na TI Alto Turiaçu, aldeia Ywera (Turuzinho) /Zé Doca - MA

<sup>17</sup> Importante ressaltar que o título da manchete traz uma visão distorcida ao atribuir o nome “tribo” às aldeias e comunidades existentes na TI.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

O campo realizado em Zé Doca indicou algumas pressões. A estrada percorrida para chegar até a aldeia Ywera entrecorta alguns vilarejos e vilas próximas à entrada da TI (a figura 17 mostra a placa na entrada da aldeia). Todavia, não tivemos a oportunidade de dialogar com esses moradores.

Em relação aos invasores, perguntamos à liderança Iracadju (2024) sobre os atores envolvidos nessas ações. Como resposta, foi informado que diversos são os grupos que adentram indevidamente à região: madeireiros, caçadores, pescadores e agricultores do entorno, além de garimpeiros e munícipes, sendo que não há um controle rígido ou formas de fiscalização eficazes.

A contribuição precípua deste estudo transcende a mera análise da evolução espacial por meio de mapeamentos e arranjos relacionais. Embora tais dinâmicas dialéticas denotem a conflituosa interação entre sociedade, natureza e violação de direitos, o mérito principal reside na reflexão crítica proposta sobre a resistência dos povos Ka'apor, Tembé e Awá Guajá. Busca-se, assim, conferir visibilidade às suas trajetórias de luta em um contexto de constantes ofensivas territoriais.

Esses povos enfrentam tantos desafios dentro e fora da TI Alto Turiaçu, que não conseguiremos abarcar em sua completude, nem poderíamos numa pesquisa

de curto período, mas que nos obriga a indagar, questionar onde a justiça atua de fato?

A invisibilização, a negligência diante da letalidade dos conflitos, a insegurança alimentar e a ausência de mecanismos de proteção estatal configuram obstáculos que, frequentemente, as políticas institucionais exógenas não conseguem transpor. Nesse cenário, o conhecimento prático e a vivência direta dos sujeitos tornam-se os principais balizadores da resistência. Diante de tais lacunas, cabe questionar: quais estratégias de defesa territorial e de garantia de direitos têm se mostrado efetivamente expressivas e resolutivas?

Cansados, criaram mecanismos de defesa, juntos, vivenciando a angústia das perdas, das notícias sem respostas, dos pedidos de ajuda sem retorno. A autodefesa é uma prática instintiva, psicológica e uma prática comum de sobrevivência, uma resposta estratégica associada à prevenção e cuidado com a integridade da vida.

A aldeia Ywera (Turuzinho), fica a 100 km de distância de Zé Doca, acessível pela chamada estrada da conquista, pela qual passamos por vilas próximas, como Ebenezer e Nova Conquista, estando esta última a apenas 07 (sete) km de distância da aldeia.

Na aldeia, é comum haver um espaço onde os moradores se reúnem para festas, celebrações, deliberações com outros parentes, além de ser o local onde recebem quem os visita. A maior parte das casas é construída com palha, algumas são feitas de tijolos, e ao centro há um grande espaço aberto com cobertura de palha, destinado às reuniões e festas (Figura 21).

**Figura 21:** Aldeia Ywera, TI Alto Turiaçu



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Nas entrevistas realizadas na aldeia Turuzinho, os moradores afirmaram que são bem assistidos quanto aos serviços de saúde e educação, embora reconheçam que nem sempre foi assim, principalmente durante a pandemia. Em questões ligadas à segurança, eles estão em constante estado de denúncia e apelo à justiça.

Após muitos anos de injustiças e invisibilidade por parte do poder estatal, e depois de inúmeras perdas e constantes lutas, o cenário de fortalecimento das lutas dos grupos originários em Abya Yala deu notoriedade aos descasos.

Ao longo de percursos nebulosos e incertos, os povos indígenas sofreram e ainda sofrem com a negligência institucional. Como exemplos, podemos citar os regimes autoritários, como a ditadura militar e, mais recentemente, o abandono enfrentado durante a pandemia, com a falta de auxílio médico.

Esse triste cenário foi constatado em diversas comunidades indígenas brasileiras, incluindo os Tembé, que sofreram com a falta de assistência médica, remédios e de alimentos durante esse período, como evidenciado em meu trabalho de monografia (Cruz, 2021).

Na aldeia, há uma unidade de saúde básica indígena, que é de responsabilidade do município de Zé Doca (Figura 22).

**Figura 22:** Posto de Saúde Básica Indígena

Fonte: Acervo pessoal, 2024.

As comunidades sofrem integralmente com os descasos e a violência vivida no campo, motivada por questões de poder e controle dos territórios. Essas práticas configuram experiências negativas e coletivas de conflitos e violências, causando perdas irreparáveis, pois as vidas perdidas não mais retornam.

Exemplos marcantes são Eusébio Ka'apor, morto em 2015, nas proximidades na aldeia Ximborenda, em uma possível ação para amedrontar os indígenas da TI; o Ka'apor Kwaxipuhu, que foi assassinado em 2020, sendo uma retaliação por parte de madeireiros; e a liderança Sarapó Ka'apor, morto em 2022, que estava em um programa de proteção do Estado, já que recebera ameaças e uma tentativa de homicídio (CIMI, 2020)<sup>18</sup>.

Tal cenário de violência é recorrente, tanto historicamente quanto geograficamente, e está estruturado em nossa formação social, posto que a mesma se organizou a partir de violências, desrespeitos contra vida e espaços de concentração de terras (Porto-Gonçalves, 2019). O cacique e as lideranças, portanto, relatam que as ameaças são constantes:

*ameaças territoriais pra gente é difícil porque não queremos perder nosso chão, que é sagrado pra nós e para nossos parentes,” [...] “pra gente é uma ameaça, gado, pastagem, a gente se sente humilhado pelo fazendeiro (Iracadju, entrevista realizada em 2024).*

<sup>18</sup> Ver CIMI (2020): <https://cimi.org.br/>.

Portanto, essas ameaças condicionam o cotidiano das comunidades indígenas, que se encontram em uma posição de vulnerabilidade diante da insegurança para formalizar denúncias. Há uma compreensão clara sobre a assimetria de forças nesse cenário, no qual a escalada da violência tem se intensificado. Dados do Conselho Indigenista Missionário corroboram essa percepção, indicando que as invasões aos territórios indígenas cresceram 135% em 2019, em comparação ao ano anterior, enquanto os registros de violência contra a pessoa dobraram no mesmo período (CIMI, 2020).

O mapa de conflitos da Fiocruz, revelou que, entre alguns dos agentes envolvidos nos conflitos na TI, estão entidades governamentais e madeireiros. Isso revela variados tipos de impactos, tais como:

alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, assoreamento de recurso hídrico, desmatamento e/ou queimada, erosão do solo, falta/irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, invasão/dano a área protegida ou unidade de conservação, pesca ou caça predatória (Fiocruz, 2013, p. s. n.).

Todas as aldeias da TI fazem parte do Conselho de Gestão, que delibera sobre formas de administração e acordos entre eles. Entretanto, há muitas divergências; o próprio fato da proximidade com a cultura não indígena faz com que alguns adotem práticas externas. Assim, relatam que tem sido cada vez mais difícil lidar com problemas tanto externos e internos.

Ademais, é imperativo destacar o fenômeno da grilagem de terras, recorrente na região e estruturado para favorecer agentes que lucram com a apropriação e comercialização ilícita de áreas públicas. Esse processo envolve a degradação florestal e a extração predatória de madeira — incidindo, inclusive, em Áreas de Preservação Permanente (APPs) próximas ao Rio Gurupi, na divisa entre o Maranhão e o Pará.

A supressão da vegetação nativa para a introdução de gramíneas visa a consolidação de fazendas destinadas ao mercado ilegal de terras, atendendo a interesses de latifundiários e agentes políticos. Tal lógica ignora deliberadamente a existência de camponeses e povos indígenas, cujos modos de vida e territorialidades divergem da racionalidade produtivista e mercantil.

Um assunto atual que ronda as aldeias e que permeia ultimamente reuniões refere-se à adoção de um projeto que busca injetar subsídios para que eles mantenham a floresta em pé. Tal atitude visa a captura de carbono na TI – algo que nem todas as aldeias e representantes do Conselho de Gestão do território estão de acordo, – o que acaba por gerar novos conflitos internos.

As empresas que estão em negociações com a Associação Ka'apor Ta Hury, são norte-americanas e pretendem implementar um projeto de crédito de carbono na TI. Perguntados sobre quais seriam essas empresas, os representantes e associados não quiseram responder, a fim de resguardar certo sigilo.

Ao menos uma empresa diz, segundo Iracadju, fazer doações ao estilo REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamentos e Degradação Ambiental), que é um incentivo financeiro recompensador pela redução de emissão de gases do efeito estufa. Esse mecanismo foi criado na promoção da recuperação florestal e fomento, que integra políticas e ações para eliminar o desmatamento ilegal, também conservar e recuperar ecossistemas.

Em tese, trata-se de uma “recompensa” desenvolvida durante Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UFCCC), pela qual esforços empreendidos por países em desenvolvimento para reduzir os gases do efeito estufa no setor florestal receberiam doações de fundos. O Brasil recebe pagamentos desde 2009 pelos resultados obtidos, por meio do Fundo Amazônia, pagamentos oriundos de países como Alemanha e Noruega, ultrapassando a marca de USD 1 bilhão em 2017 (Brasil, 2025).

Em 2025, a Comissão Nacional para a REDD+ (CONAREDD+) estabeleceu diretrizes normativas para assegurar a salvaguarda das comunidades tradicionais diante da implementação de projetos de créditos de carbono, tanto públicos quanto privados. Entre as exigências fundamentais, destacam-se a obrigatoriedade da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), a transparência na difusão de dados e a garantia de assessoria jurídica qualificada. Tais mecanismos visam assegurar a participação democrática e o protagonismo comunitário nos processos decisórios, dado o impacto direto dessas iniciativas sobre a gestão territorial e o modo de vida coletivo.

Assim, reuniões seriam realizadas pela Comissão Nacional para REDD+, que acompanha, monitora e também coordena o acesso aos pagamentos dos créditos de carbono. Nas reuniões propostas, os povos indígenas, comunidades tradicionais,

quilombolas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, em tese, seriam ouvidos.

As reuniões também visam aprimoramento da política pública de REDD+, principalmente porque muitas áreas de florestas preservadas se encontram em territórios indígenas. Para alguns na TI, essas diretrizes, retiram a autonomia das comunidades que deve fazer registros e a inclusão do Estado nas negociações, bem como repasse dos fundos. Assim mais uma vez, com suas leis e diretrizes visando a proteção/paternalização, o Estado atua quando convém.

Nessa conjuntura, os grupos organizados dentro da comunidade estão em divergência, ou seja, as posições sobre a adoção do projeto de crédito de carbono na TI, são divergentes. Dois grupos Ka'apor estão em conflito, o Conselho do Tuxa Ta Pume, que é contrário a adoção dessa prática dentro da TI, pois entende que tal prática põe em risco sua autonomia e cultura, levando a uma mercantilização da vida na floresta e para piorar, acirra conflitos internos.

Para essas comunidades, contrárias os projetos do REDD, seria o novo modelo de exploração adotado pelas empresas poluidoras. Esses grupos argumentam que essas instituições utilizam do capital para influenciar tomadas de decisões dentro do território.

Do lado da proposta de captação de carbono na TI está a Associação Ka'apor Ta Hury, e já estariam, como citado anteriormente, em tratativas com a empresa norte-americana – o grupo Wildlife Works (WWC). Na concepção da Associação Ka'apor Ta Hury, tais recursos financeiros poderiam ser utilizados para a proteção da TI, com o uso em tecnologias de monitoramento de focos de queimadas, além de investir na saúde e educação das comunidades na TI.

Ainda no corrente ano, a justiça federal determinou em maio, a suspensão temporária de execução do projeto de geração de créditos de carbono na TI. Essa decisão foi justificada que o processo de consulta às comunidades não ocorreu de forma legítima, imputando assim a não representação coletiva dos grupos dentro da TI Alto Turiaçu, e salientou a ausência de regulamentações específicas sobre comercializações do tipo, em terras indígenas.

A empresa, que teria o papel de auxiliar no projeto e na gestão dos recursos, já teria feito reuniões com os grupos da TI e elaborado cartilhas com explicações do funcionamento do seu modelo de concessão de créditos. Todavia, o grupo Tuxa Ta Pume, afirma que não querem a empresa e nem outro projeto dentro da TI. Os dois

grupos fazem parte daqueles que se separaram justamente por divergências quanto a gestão do território, onde os conflitos, todavia, eram em grande parte oriundos de problemas externos. Como o fluxo indevido na TI, a entrada permitida para caça, e a extração de madeira por seleção dos indígenas, prática condenada por muitos indígenas e que depois fez surgir a fissura do grupo.

Destarte, os grupos continuam em conflitos, cada vez mais exacerbados tendo em vista ações de atores externos, impulsionando um clima hostil entre os parentes, envolvendo até ações na justiça.

## 6 CONSTRUINDO PARAQUEDAS COLORIDOS

Como não perceber que o céu está caindo sobre as cabeças dos indígenas em diferentes esferas e contextos? O povo Ka'apor, assim como outros povos originários, enfrenta dificuldades e lutas variadas. Eles lutam pela defesa da terra, criando grupos como os Guardiões da Floresta, que resguarda a mata contra as invasões de madeireiros. Lutam para valorizar suas culturas, preservar sua identidade territorial e manter os grupos unidos em prol da defesa coletiva de seu modo de viver distinto da sociedade brasileira.

À luz desse contexto, este estudo alcançou seus objetivos, pois, por meio da vivência e do trabalho de campo com os indígenas Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão, foi possível compreender os tipos de pressões existentes no território. Para isso, analisamos o contexto em que essas pressões e conflitos estão inseridos, assim como apontamos as práticas espaciais dos diferentes sujeitos.

Entre os diversos grupos envolvidos, destacam-se os madeireiros, pescadores e caçadores que atuam no entorno e adentram indevidamente a TI, sem que haja um controle ou sistema de fiscalização efetivo. Tais ações agravam as condições de vida dos povos que habitam a TI Alto Turiaçu, especialmente o povo Ka'apor, que há séculos resiste nesta região.

Tal resistência percorre distintos momentos históricos: dos enfrentamentos iniciais contra os luso-colonizadores às tentativas institucionais de alteração da identidade indígena. Atualmente, o processo manifesta-se diante de pressões marcadas pela devastação ambiental, invasões ilegais e pelo evidente descaso em relação às políticas de proteção e aos direitos dos povos indígenas.

Dada a multiplicidade dos fenômenos observados, apreender os fatos em sua totalidade revela-se um desafio, sobretudo no que tange ao território, às territorialidades e à identidade coletiva. Não obstante, observa-se que os desdobramentos dos conflitos atingem de maneira mais severa as comunidades e a cobertura florestal da TI, posicionando os grupos indígenas como o elo de maior vulnerabilidade diante das pressões externas.

Essa realidade traz experiências coletivas negativas de conflitos e violências, causando perdas irreparáveis, posto que as vidas perdidas não mais retornam, a exemplo das lideranças assassinadas.

Exemplos marcantes são Eusébio Ka'apor, morto em 2015, nas proximidades na aldeia Ximborenda, em uma possível ação para amedrontar os indígenas da TI; o Ka'apor Kwaxipuhu, que foi assassinado em 2020, sendo uma retaliação por parte de madeireiros; e a liderança Sarapó Ka'apor, morto em 2022, que estava em um programa de proteção do Estado, já que recebera ameaças e uma tentativa de homicídio (CIMI, 2020)<sup>19</sup>.

Tal cenário de violência é recorrente, tanto historicamente quanto geograficamente, e está estruturado em nossa formação social, posto que a mesma se organizou a partir de violências, desrespeitos contra vida e espaços de concentração de terras (Porto-Gonçalves, 2019). Assim, algumas comunidades sofrem integralmente com o descaso e a violência no campo, onde o número de violência nos últimos anos dobrou, além das constantes ameaças e carregam o medo de andar pela sua própria terra sem saber se vão voltar para a família, e essa é uma das pressões que se estende além dos povos na TI Alto Turiaçu e atinge também tantas outras etnias no Brasil.

Na TI Alto Turiaçu os grupos se reuniram e criaram mecanismos de defesa, depois de vivenciar a angústia das perdas, das notícias sem respostas, dos pedidos de ajuda sem retorno. A autodefesa é uma prática instintiva, psicológica e uma prática comum de sobrevivência, uma resposta estratégica associada à prevenção e cuidado com a integridade da vida.

Sobre a violência no campo e contra os povos indígenas, os dados demonstram que só cresceram nos últimos anos em todo o país e também na TI estudada. O mesmo acontece com as florestas, ao analisarmos dados coletados de 1990 até 2023, foi possível identificar a perda de vegetação muito expressiva ao longo dos anos, principalmente nos municípios circunvizinhos a TI e dentro dela.

Os dados demonstraram que houve um significativo aumento das pastagens ao redor da TI. Na parte maranhense, há um destaque para Centro Novo, que aumentou em 139% sua área de pastagem nas últimas décadas.

Os casos de mineração ilegal, também são configurados como problemas, e ao longo dos anos aumentaram notadamente. O destaque é o município de Paragominas com 4.822% de aumento de área de mineração, que fica na divisa do Pará com o Maranhão e faz fronteira com a TI. Além disso, Centro do Guilherme

<sup>19</sup> Ver CIMI (2020): <https://cimi.org.br/>.

com 1.443% de aumento em área de mineração e Centro Novo com um total de 943% área convertida em mineração nos últimos anos.

A proximidade do garimpo com o rio e seus igarapés, segue sendo um risco para os grupos que se alimentam da pesca, bem como risco a vida animal. Importante dizer que essa atividade de mineração se configura como uma importante fonte de renda do município de Centro Novo, que apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,518, ou seja, baixo, e grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza extrema, contando com índices negativos em setores como educação, renda, saúde, saneamento básico e qualidade de vida.

A análise espaço-temporal sobre os usos do território e as entrevistas realizadas evidenciaram que as principais pressões se referem à devastação florestal, à retirada ilegal de madeira, à conversão da floresta em pastagens, a mineração ilegal, que formam um cerco na TI Alto Turiaçu.

O corolário desse processo manifesta-se nos impactos ambientais e sociais, a exemplo dos conflitos entre indígenas e não indígenas e da crescente insegurança alimentar. A alimentação indígena apresenta-se cada vez mais escassa e intoxicada, uma vez que o principal rio da região sofre contaminação em diversos trechos pela prática do garimpo. O uso do mercúrio nessa atividade contamina os peixes, que constituem a base da dieta das comunidades na Terra Indígena.

Importante destacar que os danos negativos impostos à floresta impactam também as práticas ancestrais dos povos indígenas. Estes encontram na floresta, nos animais e nos fenômenos naturais um papel primordial de sua cosmologia. Sua conexão com essa deve permanecer para fortalecimento da identidade desses povos que ali habitam e coabitam com os espíritos.

Principalmente porque os espíritos não pisam em qualquer terra e não dialogam com qualquer animal. Dessa maneira, é necessário que haja uma profunda conexão com a floresta e seus seres para que possa acontecer o extraordinário da vida indígena. Isso permitirá que seus saberes possam coabitar com as diferentes formas de apreensão do *tekoha*, constituindo seu espaço de vida em comunhão com o sagrado.

Assim sua territorialidade fica reservada ao chão que com o qual refazem seus costumes ancestrais. Nesse espaço que os antepassados descansam e onde é possível estreitar os laços místicos e naturais em prol de sua evolução enquanto

povos ritualísticos. Assim conseguem manter essa profunda ligação com a natureza, com os seres que nela habitam e com suas práticas únicas.

Portanto, entende-se a tomada de decisão da autodefesa, quando sua própria existência, da sua cultura está ameaçada, bem como sua identidade e seu povo começam a sofrer e sentir os danos causados por terceiros.

Somente em 2025 o governo decidiu mobilizar a Força Nacional para a defesa do território e para coibir a extração de recursos que pertencem à União, como o ouro. A reflexão que emerge é que apenas neste ano, após inúmeros apelos e perdas de vidas, uma ação concreta de proteção aos indígenas na TI está em curso. Coincidentemente, este é o mesmo período em que se dialoga sobre incentivos milionários para a proteção e recuperação florestal, visando a redução de carbono na atmosfera.

Frente a esse cenário, não se deve esquecer a ausência notória ao longo dos anos quando se trata da segurança das comunidades; o Estado com seu papel ambíguo, também impulsionou tais regiões e municípios limítrofes como áreas de “desenvolvimento tardio” tão necessário ao progresso do país, perpetuando o velho contexto de espoliação e invasão.

Ao fazer um paralelo entre o dever do Estado de manter os direitos dos povos e comunidades tradicionais referente as leis e políticas voltadas para essas, percebe-se que os conflitos detêm certa ligação com a omissão/conivência do Estado, que acaba por desarticular esses direitos e políticas.

O mesmo, alinha-se notadamente com as demandas do capitalismo agregado ao valor do progresso. Progresso para quem? Pois na maioria das vezes, o que se faz é um retrocesso, que desarticula e *desterritorializa*, enfraquece os laços e lança mão de conflitos que põe em risco o destino desses povos e comunidades.

O Estado é uma marionete do capitalismo que o usa para validar sua dominação em relação às sociedades, que colocam fé neste órgão como provedor de soluções, mediador e articulador da união de um povo. Todavia, esquecem seu principal papel, pois o “Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil a estrutura econômica” (Gramsci, 1975, p.1254), sendo este, na verdade, a ferramenta do capital seletivo e selvagem.

Assim, o Estado usa do controle que exerce sobre a sociedade para o domínio das forças do capital, como atesta Ribeiro (2013):

Do ponto de vista social, temos um Estado falido, desmontado, mas extremamente regulador, (...) estende-se por todas as direções. Enquanto que na ótica do desenvolvimento, o Estado é um poderoso instrumento de reprodução e manutenção da ordem burguesa estabelecida. (Ribeiro, 2013, p.66).

Entende-se que os grandes conglomerados e multinacionais regulam como querem esse Estado e prevalece a ótica de dominação em todas as esferas. Nesse sentido, a reflexão crítica aponta para a dificuldade de estabelecer um arranjo de força contrastante, posto que as fragmentações são subterfúgios diários, onde a lógica dominante redesenha até mesmo nossa forma de dormir, ademais a ação.

Na atual conjuntura moderna, onde o tempo escorre e o materialismo do capital se manifesta de forma concentrada e desconexa da essência que deveria ser harmônica entre o ser e a natureza, revelam-se espaços marcados por ações imediatistas. Em sua maior parte, tais ações desconsideram as subjetividades indígenas.

A sociedade contemporânea marcada por descontinuidades e falta de empatia, carrega em si, sinais de um passado com aspectos condicionantes e estruturados verticalmente. Esse fenômeno se consagra com o passar do tempo mediante a limitação dos direitos fundamentais, relegando povos originários, as comunidades tradicionais, os camponeses, quilombolas seringueiros, quebradeiras de coco, e tantos outros.

Essa reflexão é importante no que tange a essa temática, posto que os entraves e as dificuldades de reverter tais situações se agravam por questões políticas, sociais, econômicas, ideológicas e culturais. Isso ocorre haja vista que nossa sociedade reproduz parâmetros eurocêntricos, colonialistas e paternalistas, os quais, historicamente, desconsideram os grupos horizontais. Tal postura favorece o capitalismo neoliberal, desconsiderando e avançando sobre os territórios e comunidades indígenas (Mondardo, 2022).

Se no passado os indígenas foram empurrados para terras consideradas “inúteis” à época. Esse ato desconsiderava suas simbologias com o espaço e a terra, hoje o fazem numa lógica divergente, principalmente com políticas que favorecem um modelo de desenvolvimento que ignora a integridade territorial.

Dessa maneira, grande parcela de representantes políticos e da sociedade brasileira desconsidera os direitos, o respeito à diversidade e a democracia de fato. Que deveria existir para se pensar uma nação que abraça, “escuta” o seu povo e

busca agir sem ignorar essa realidade, como reitera Gonçalves (2012, p. 121) “insistimos na importância do aprofundamento da democracia, de modo que os mais diferentes sujeitos possam se fazerem presentes na cena política, em que justiça social e ambiental se faça no reconhecimento concreto do direito à diferença”.

O desafio se mostra imenso, sobretudo porque a lógica da sociedade hegemônica define que quanto mais expansão de latifúndios produtivos, mais lucro e desenvolvimento são alcançados. Isso revela uma ótica do mercado supervalorizada, e o discurso de economia sustentável seria impossível, esquecendo-se de que o planeta está exaurindo, e que os recursos finitos já estão aparentes.

Então sentiremos a *reflexividade* da ação humana, na qual Porto-Gonçalves corrobora “[...] trata-se de um risco para todo o planeta e toda a humanidade, na exata medida em que *tenta submeter o planeta e a humanidade a uma mesma lógica*, sobretudo de caráter mercantil, que traz em si mesma o caráter desigual por estar atravessada pela *colonialidade do poder*. (Porto-Gonçalves, 2012, p.31).

Portanto, não se trata apenas do sofrimento distante ou alheio, tanto dominador e resistências cairão, se medidas não forem tomadas, se estratégias frente ao colapso não sejam elaboradas e pensadas conjuntamente.

Propor o que seria ou não necessário para expandir os diálogos e reverter esse cenário depreciativo mostra-se, no mínimo, ingênuo. A realidade manifesta-se nas lutas, reivindicações, conflitos e greves — ações que os povos e comunidades tradicionais vêm realizando há anos e que se revertem em avanços tímidos no que diz respeito aos seus direitos.

A busca por alternativas que considerem a finitude do planeta e as distintas formas de conceber o espaço — atuando sem dominar e valorizando saberes para além dos hegemônicos — representa um passo essencial. Essa postura estabelece uma base mais sólida para a construção do nosso 'paraquedas', permitindo uma resistência coletiva diante das crises contemporâneas.

Estar envolta em uma pesquisa tão significativa e adentrar essa temática despertou um misto de preocupação frente às incertezas. Por isso, é preciso reconhecer que o “céu está caindo” para todos, porque, essa forma de apropriação e relação com o espaço contribui muito com a devastação do planeta, exaurindo todas as capacidades da terra.

Por fim, concluímos que esta pesquisa conseguiu captar em grande parte os problemas a que estão submetidos os povos indígenas nessa TI, e que muitos outros se configuram, nesta região, onde o desrespeito às leis, com as práticas ilegais de devastação se tornarão quase que comum.

## REFERÊNCIAS

ABRH. XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Florianópolis, SC. 2017.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **Políticas do Governo Federal Frente a Problemas Ambientais em Amazônia: Avança o Brasil?** In: *Cadernos Adenauer* 2, n.º 4: 39-50, 2001.

ALMEIDA, Juliana Lopes; *et al.* **Avaliação das mudanças no uso da terra da Bacia hidrográfica do Rio Turiaçu na região amazônica maranhense.** *Revista Brasileira de Geografia Física* v. 15 n. 04, 2022. Disponível em: <https://periodicosufpe.br/revistas/rbgfe> Acesso em 03 de jan. 2024.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. **Evidências arqueológicas para a origem dos Tupis-Guaranis no leste da Amazônia.** *MANA, Estudos de Antropologia Social*. 2015.

AMPARO, Sandoval dos Santos. **Da ordem cósmica à desordem territorial: a geograficidade ameríndia no chão de Abya Yala ou América Latina.** Rio de Janeiro: *Chalé Editorial*, 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: *Editora Hucitec*, 2004.

ARRUDA, Roldão. **Ação da Funai e PF desaloja garimpeiros.** *O Estado de São Paulo Online*, São Paulo, 24 out. 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/>. Acesso: 10 out. 2023.

BALEÉ, William. **Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by na Amazonian people.** New York: Columbia University Press, 1994.

BALEÉ, William. Nomenclatural patterns in Ka'apor ethnobotany. *Journal of Ethnobiology*, Tacoma, v. 9, n. 1, p. 1-24, Summer 1989.

BALÉE, William. **The persistence of Kaapor Culture: Language, agriculture, and World view in Amazonia.** Dissertação, *Harvard University*. 1984.

BENITES, Eliel. **A busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá.** 2021. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4591>. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2022. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/). Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental**

**Territorial.** 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao>. Acesso em: 03 mai. 2025.

CAMARINHA, Hugo Maximino. **Entre o voo e pouso de Yapucani e os repertórios musicais xamanísticos do povo Ka'apor**. Orientador: Rafael José de Menezes Bastos, 2019. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

CARVALHO, J. R. F. de, 1944. **Momentos da história da Amazônia**. Imperatriz: *Ética*, 1988.

CELENTANO, Danielle; *et al.* **Desmatamento, degradação e violência no “Mosaico Gurupi” – A região mais ameaçada da Amazônia**. *Estudos Avançados*, São Paulo, 32 (92), Jan-Apr 2018. ISSN: 1806-9592. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180021>.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2ª ed. Belo Horizonte: *Autêntica Editora*, 2017.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. Cultura e Sobrevivência dos Índio no Maranhão. **Levantamento da situação áreas indígenas no Maranhão**; Relatório de Pesquisa. São Luís; PPPG/EDUFMA, 1987.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2020**. Relatório. [S.l.]: Cimi-CNBB, [2020?].

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2022**. Relatório. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/>. Acesso em: 01 dez. 24.

CRULS, Gastão. Arte Indígena. In: **Artes Plásticas do Brasil, Hileia Amazônica**, 2 ed. São Paulo, 1952, p. 75-110.

CRUZ, Valter Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter Carmo; OLIVEIRA, Denílson. (orgs.). **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: *Letra Capital*, 2017, v. 1, p. 15-36.

CRUZ, Valter Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da.; SANTOS, Edinuzia Moreia Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho. (orgs.). **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: *Consequência*, 2014, v. 1, p. 37-72.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: *Companhia das Letras*: FAPESP, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo, Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: *Imago Editora*, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: *Expressão Popular*: UNESP, 2008, p. 368.

GÁNDARA, Miguel Álvarez. Chiapas: Nuevos movimientos sociales y nuevos tipos de conflictos. In: SEOANE, José. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

GOTTMAN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GRAMSCI, Antônio. **Scritti giovanili (1914-1918)**. Torino: EinaudiEd.,1975.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à territorialidade. In: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades **[Anais...]**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos Territoriais na Estratégia de Preservação da Natureza. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: *Expressão Popular/UNESP*, 2008, p. 271-290.

HUXLEY, F. **Affable Savage: Na Antropologist Among the Urubu (Kaapor) Indians of Brazil**. Londres/ Nova York, ed. *Harper Brothers*, 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **IMESC divulga estudo sobre a evolução da pecuária municipal maranhense nos últimos 20 anos**. Disponível em: <https://www.imesc.ma.gov.br/portal/Post/noticias/760>. Acesso em: dez.2024.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Relatório Técnico de Socioeconomia do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) - Etapa Bioma Amazônico**. São Luís: *IMESC*, 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **SIRAD-I**: sistema de alerta de desmatamento em terras indígenas com registros de povos isolados maio a agosto de 2023. Nov. de 2023.

KLEIN, Evandro Luiz; *et al.* **Área de relevante interesse mineral**: cinturão do Gurupi. Brasília: CPRM, Serviço Geológico do Brasil, 2017.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.9, n.3, p.327-343, jul. /dez. 2015. DOI: 10.22456/1982-6524.61133.

LLANOS-HERNANDEZ, Luís. O conceito de território e a pesquisa nas ciências sociais. **Agricultura, sociedad y desarrollo**, Texcoco, v.7 n.3, p. 207-220, dez. 2010. ISSN 1870-5472. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/scielo>. Acesso em: 09 mai. 2023.

LÓPEZ-GARCÉS, Claudia Leonor; GONZÁLEZ-PERÉZ, Sol Elizabeth; SILVA, Juliano Almeida da; ARAÚJO, Marluce Oliveira de; COELHO-FERREIRA, Márlia. Objetos indígenas para o mercado: produção, intercâmbio, comércio e suas transformações. Experiências Ka'apor e Mebêngôkre-Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 10 n.3, p. 659-680 set./dez. 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000300009>. Acesso: 07 ago. 2025

LOPES, Raimundo. Os tupis do Gurupi. In: XXV Congresso Internacional de Americanistas. **[Ensayo comparativo]**. Univ. Nac. de la Plata, Actas y trabajos científicos del, La Plata. Buenos Aires, 1932, p. 139-171.

LUCIANO, Gersem dos Santos - BANIWA. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAPBIOMAS. **Mapa de Uso e cobertura da terra**. 2023. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 04 mai. 2024.

MARANHÃO, Claudio. MA: Índio Ka'apor é barbaramente assassinado no Centro do Guilherme! A vingança dos madeireiros demora, mas não falha! **Acervo Combate Racismo Ambiental**, 2010. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2010>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MONDARDO, Marcos. Em defesa dos territórios indígenas no Brasil: direitos, demarcações e retomadas. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 1, e-17622, abril. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/176224>. Acesso: 24 fev. 2024.

MONDARDO, Marcos. Geografias Indígenas e Territórios Ancestrais. **Revista Tocantinense de Geografia Araguaína**, v. 12, n. 26 jan- abr/2023. DOI: <https://doi.org/10.20873/rtg.v12i26.15855>.

MORIN, Edgar. Entrevista. In: **Seminário Internacional Crise Civilizacional: Distintos olhares**. Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Civilizacional - França; Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, 2009.

MOUTINHO, Zaira Anislen; ROCHA, Deyvisson Felipe. As abordagens da geografia sobre os povos indígenas no Brasil nos últimos 10 anos. **Revista ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.13, n.1, p. 46-58, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.96834>.

NAVARRO, Alexandre Guida. Morando no meio dos rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 31, n, p. 73-103, 2018. ISSN 1982-1999. DOI: <https://doi.org/10.24885/>.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo. *Contexto*: 1994.

PAIVA, Daniel. **Manual de Métodos Qualitativos em Geografia**. Centro de Estudos Geográficos. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/paivadaniel>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PASQUINO, Gianfranco. Conflito. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: *Editora Universidade de Brasília*, 1998. p. 225-229.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social. In: SEOANE, José (comp.). **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 712–767, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12500>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

POVO INDÍGENA KA'APOR. Manifesto do Povo Indígena Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiaçu – MA (Brasil). Documento elaborado pelo povo Ka'apor. Maranhão, set. 2013. Disponível em: [https://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/noticias/arquivos/Manifesto\\_Kaapor\\_comentarios.pdf](https://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/noticias/arquivos/Manifesto_Kaapor_comentarios.pdf) Acesso em: 07 dez. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINTSLR, Suyá. Amazônia, Disputas Materiais e Simbólicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 11, n. 01, 2009. ISSN: 2447-7990. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p57>.

RIBEIRO, Antero. Estado e território: necessidade de reprodução do capital determinando a configuração do espaço, in **Desenvolvimento socioespacial: novos olhares/** Protásio César dos Santos, José Sampaio de Mattos Junior, (organizadores), São Luíz: EDUEMA, 2013, 240p.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor.** São Paulo: *Companhia das Letras*, 1996.

RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta G. **Arte Plumária dos Índios Kaapor.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.

SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: Os Índios Tembé - Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território.** Belém: UNAMA, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Murilo; ANDRADE, Maristela de Paula. **Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense.** São Luíz: EDUFMA, 2019.

SEPÚLVEDA, Bastien; *et al.* Andanças territoriais indígenas no Brasil: resistências e reconfigurações contemporâneas. **Confins** [En ligne], 53 | 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.43265>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. São Paulo: *Cortez*, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ccaab/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, Beatriz Barbosa da. Como um pássaro sem ter uma árvore para pousar: os movimentos de retomada e autodemarcação das sociedades indígenas no Brasil. In: XV ENANPEGE **[Anais...]**. Campina Grande: *Realize Editora*, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SILVA, Beatriz Barbosa da; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. Descolonizar e compreender a questão indígena como aporte aos estudos geográficos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Pernambuco, 6(2), 2017, p. 173-182. ISSN: 2238-8052.

SILVA, Gustavo de Godoy e. Língua de sinais, gestos e os perigos das cores: o caso Ka'apor. **Liames**, Campinas, SP, v. 22, 1-24, e022012, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/>. Acesso em set. 2023.

SILVA, E. C. de A. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

SILVA, M, A, C, *et al*, **Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives.** PNAS. 2020.

SMITH, Linda Tuhwai. **Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas.** Paraná: UFPR, 2018.

SODRÉ, Ronaldo Barros; JÚNIOR, José Sampaio de Mattos. **O Emaranhado dos Conflitos de Terra no Campo Maranhense**. GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território, Portugal, n.º 10, 2016. ISSN: 2182-1267. DOI: [10.17127/got/2016.10.016](https://doi.org/10.17127/got/2016.10.016).

SOUZA, Maria Lúcia de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: *Expressão Popular* (UNESP), 2008.

TAVARES, Elaine. **Darcy Ribeiro e os povos indígenas: acertos e equívocos**. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (Rebela), Santa Catarina, v.8, n.1. jan./abr. 2018. p. 156-164. ISSN: 2237-339X. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

TURNER, Terence. Os Mebêngokrê Kayapó: História e Mudança Social. De comunidades autónomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: *Companhia das Letras* (FAPESP), 1992.

WHITESPOON, D.J. *et al.* **Semelhanças genéticas dentro e entre populações humanas**. *Genética*, 2007

ZARAGOCÍN, Sofia. A geopolítica do útero: rumo a uma geopolítica feminista decolonial em espaços de morte lenta. In: CRUZ, Delma Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.). **Corpos, Territórios e Feminismos**. Compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Rio de Janeiro: Abya Yala, 2019, p. 81-98.

## APÊNDICES

**Apêndice A:** Campo na Aldeia Gurupiuna, Povo Kaàpor (Centro Novo. /MA. ago. 2023)



**Apêndice B:** Campo na Aldeia Turuzinho, lideranças Kaàpor (Zé Doca/ MA. jan. de 2024)



## ANEXOS

### **Anexo A:** Carta aberta do povo Ka'apor à sociedade brasileira (2016).

“Não aceitamos ser tutelados, estamos organizados. Respeitem nosso jeito de ser, viver e se organizar em nossa casa, nosso território e proteger nossa floresta”.

Nós povo Ka'apor sabemos cuidar, viver e proteger nosso território, cultivamos a vida e fazemos isso a mais tempo do que os livros dos Kamara contam. Fazemos a nossa parte, mas o governo ainda não fez a parte dele. Ficamos ameaçados se o governo não faz a parte dele e ainda fica interferindo em nossa organização e não respeita nossos direitos. Por isso a gente quer falar um pouco para o Brasil o que acontece com a gente, por que lutamos e não aceitamos mais ser mandado e controlado pelo governo.

A Terra Indígena Alto Turiaçu é uma pequena parte do grande território que a gente vivia antes ser invadido, tomado a força da gente, perseguindo e matando nossos parentes, e o governo nem consultou a gente. Por isso que a gente continua lutando pra não perder o que temos.

Lutamos sozinhos durante esses anos, enfrentamos e expulsamos madeireiros. Por causa disso, mataram 5 lideranças, agrediram e atiraram em nossos guardas florestais, invadiram duas aldeias, madeireiros sequestraram Iraúna ka'apor, estão ameaçando matar mais de 8 lideranças e apoiadores de nossa luta em defesa de nosso território. Tudo isso denunciamos para os órgãos do Estado, para Funai, IBAMA, para Polícia Federal, MPF em São Luís e para relatora da ONU em Brasília.

Agora nossos inimigos não conseguem entrar com tratores, jericos, motosserras, caminhões, atirar na gente. Estão usando funcionários da Funai e de outros órgãos do governo do Estado para dividir nossas lideranças, tirar nossa atenção de proteger nosso território, acabar com nossa organização e jeito de proteger nosso território. Eles estão fazendo reuniões, falam mal de nossa organização, querem tirar Itahu Ka'apor da CTL Zé Doca, acabar com nosso Conselho de Gestão Ka'apor, tomar e controlar nossa associação, afastar nossos apoiadores e parceiros, prometendo dar estrutura para aldeias e mudar o jeito de trabalho dos Ka'apor. Eles deveriam seguir o que o juiz mandou que é criar bases de vigilância e fiscalização em nosso território, prender os assassinos que mataram

nossos parentes esses anos, investigar o sumiço de nossa parente Iraúna Ka'apor, dar condições para os Kamara que moram perto de nosso território viverem bem para não explorar nosso território.

Desde 2009 a gente vem organizando nossa educação, saúde, assistência, protegendo com mais força nosso território e melhorando nossa alimentação. Em dezembro de 2013 em nossa assembleia decidimos voltar nossa forma tradicional de se organizar, decidir, proteger nosso território e viver sem ameaçar e destruir a floresta. Criamos o Conselho de Gestão Ka'apor que representa nossos antigos TUXÁ. Nossos Tuxá são guerreiros, guardam nossos costumes, nossa cultura original, trabalham para nosso povo servindo e protegendo nossa cultura e território. Nessa assembleia escolhemos um grupo de lideranças. A gente vem acompanhando o trabalho de todos. Criamos um Acordo de Convivência interno que diz que nosso povo, nossas lideranças não podem falhar com nossa cultura e adotar a cultura, costumes dos Kamará que enfraquece nossa cultura, nossa vida e ameaça nosso território. Não vamos aceitar que essas pessoas que chegaram no final do ano passado destruam nosso trabalho e organização que construímos com suor, muita luta pra melhoria de nossa vida. Assim como não aceitamos os ataques contra nossos parentes Guarany Kaiowá, Tupinambá, Munduruku, Pataxó Hãhãhãe, Gamela e outros<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Texto completo na Associação Brasileira de Antropologia, disponível em: <https://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.